



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

JOSAILTON FERNANDES DE MENDONÇA

**A SEMÂNTICA DOS NOMES PRÓPRIOS: DESCRITIVISMO
METALINGUÍSTICO E DESIGNAÇÃO RÍGIDA**

FORTALEZA

2014

JOSAILTON FERNANDES DE MENDONÇA

A SEMÂNTICA DOS NOMES PRÓPRIOS: DESCRITIVISMO
METALINGUÍSTICO E DESIGNAÇÃO RÍGIDA

Tese ou Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Andre Leclerc.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M495s Mendonça, Josailton Fernandes de.
A semântica dos nomes próprios: descritivismo metalinguístico e designação rígida / Josailton Fernandes de Mendonça. – 2014.
129 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2014.
Orientação: Prof. Dr. Andre Leclerc.

1. Nome próprio. 2. Metalinguístico. 3. Designação rígida. I. Título.

CDD 100

JOSAILTON FERNANDES DE MENDONÇA

A SEMÂNTICA DOS NOMES PRÓPRIOS: DESCRITIVISMO
METALINGUÍSTICO E DESIGNAÇÃO RÍGIDA

Tese ou Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Filosofia. Área de concentração: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento

Aprovada em: 18/03/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Andre Leclerc (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luís Filipe Estevinha L. Rodrigues
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Cícero Antônio Cavalcante Barroso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marco Antônio Caron Ruffino
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Adriano Neves Brito
Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)

A Deus.

Aos meus pais (In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Filosofia que acolheu este trabalho em sua fase inicial permitindo que resultasse na presente tese doutoral.

Ao Prof. Dr. Andre Leclerc, pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora Prof. Dr. Marco Ruffino, Prod. Dr. Adriano Brito, Prof. Dr. Luís Filipe Estevinha e o Prof. Dr. Cícero Antônio pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos professores doutores João Branquinho (Universidade de Lisboa), Guido Imaguire (UFRJ) e Cláudio Costa (UFRN) por seus comentários e correções nas primeiras versões do trabalho.

Aos colegas da turma de doutorado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

“For any successful theory the account must not be circular. The properties which are used in the vote must not themselves involve the notion of reference in such a way that it is ultimately impossible to eliminate.” (Saul Kripke)

RESUMO

A tese se insere em uma longa disputa na filosofia da linguagem em torno da semântica das expressões referenciais. Em particular, ocupa-se de duas questões: como conciliar o fenômeno da referência singular com a abertura semântica que caracteriza os nomes próprios? É possível tomar os nomes próprios como designadores rígidos *de jure* em uma concepção metalinguística acerca do seu significado? Examina-se estas questões á luz dos dois principais programas em filosofia da linguagem concernente a semântica dos nomes próprios: o programa fregeano e o programa milliano. Contudo, é assumido que estes programas não oferecem resposta satisfatória e definitiva para as questões indicadas. Discute-se então o problema do valor semântico dos nomes próprios e a noção de designação rígida. Argumenta-se que o nome próprio é parte integrante do sistema linguístico e aberto a múltiplas individualizações. Desse modo o valor ou também chamado conteúdo semântico de um nome próprio “N” é dado pela descrição “O atual portador de ‘N’”. Nesta condição, o nome próprio designa, com respeito a todo mundo possível, o indivíduo portador de “N” no mundo atual. Essa expressão é uma propriedade metalinguística objetiva com a função de regra ou norma semântica que orienta e reúne todos os usos referenciais singulares dos nomes próprios. O uso referencial singular dessas expressões decorre do arcabouço pragmático-comunicacional, portanto, compreende-se aqui como um fenômeno de ato de fala.

Palavras-chave: Nome Próprio. Metalinguístico. Designação Rígida.

ABSTRACT

The thesis is inserted into a lengthy dispute in the philosophy of language around the semantics of referring expressions. In particular, it occupies with two issues: how to reconcile the phenomenon of singular reference to the semantic openness that characterizes the proper names? Is possible to take the proper names as rigid designators de jure on a metalinguistic conception of its meaning? We examine these issues in the light of two main programs in philosophy of language concerning the semantics of proper names: the Fregean program and milliano program. However, it is assumed that these programs do not offer satisfactory and definitive answer to the questions mentioned. It is discussed the problem of the semantic value of proper names and the notion of rigid designation. It is argued that the name itself is an integral part of the linguistic system and open to multiple designations. Thus the value or also called semantic content of a proper name "N" is given by the description "The actual bearer of 'N'". In this condition, the name itself means, with respect to every possible world, an individual "N" in the world actual. This expression is an objective property with the metalinguistic function or semantic rule that guides and meet all natural referential uses of proper names. The singular referential use of these expressions resulting from the pragmatic-communicative framework, therefore, is understood here as a phenomenon of speech act

Keywords: Proper Name. Metalinguistic. Rigid designation

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 O SIGNIFICADO DOS NOMES PRÓPRIOS E A SUA FUNÇÃO REFERENCIAL | 16 |
| 2.1 Frege: Sentido (Sinn) e Referência (Bedeutung)..... | 18 |
| 2.2.1 <i>Russell: Objeções e respostas</i> | 34 |
| 2.4 Os limites do descritivismo revisado..... | 39 |
| 3 A REFERÊNCIA E A TESE METALINGUÍSTICA..... | 53 |
| 3.2 A referência dos nomes próprios na teoria metalinguística | 57 |
| 3.3 As objeções ao millianismo | 62 |
| 3.4.1 <i>A objeção da circularidade</i> | 67 |
| 4 A TEORIA METALINGUÍSTICA E OS ENIGMAS COM NOMES | 93 |
| 4.2 O problema dos enunciados de não existência | 102 |
| 4.3 O caráter proposicional dos enunciados acerca dos inexistentes | 104 |
| 4.5 Considerações sobre o capítulo | 121 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 123 |
| REFERÊNCIAS | 125 |

1 INTRODUÇÃO

Nomes próprios são expressões com quatro funções bem determinadas na linguagem: (1) referencial, designam os objetos/indivíduos do mundo; (2) lexical, em que desempenham as funções de sujeito, objeto, vocativo, etc., dos enunciados declarativos singulares de que são partes; (3) lógica, nomes próprios são simbolizados por constantes individuais representativas de indivíduos de um domínio da linguagem no cálculo quantificacional; e (4), comunicativa, em que funciona como signo convencionalmente estabelecido, para permitir a individualização dos entes por eles designados em um ato de fala.

Sem dúvida, essa classificação esmiúça a estrutura sintático-semântico e pragmática-comunicacional do nome próprio. Com efeito, em sua estrutura sintático-semântico o nome próprio é parte do sistema linguístico, é contado como substantivo e se aplica a qualquer número de objetos/indivíduos; enquanto em seu arcabouço pragmático-comunicacional, o nome próprio, como parte dos enunciados que os contêm, é um termo referencial singular, pelo que a referência singular usando nomes próprios resulta de um ato de fala.

Acredito que a referência singular como fenômeno pragmático, deve ser semanticamente fundada, isto é, o fenômeno da referência singular com o uso de um nome próprio N deve estar apoiado de antemão no valor semântico de N. Por valor semântico do nome próprio entendo o seu conteúdo, o seu significado, a contribuição que faz ao valor de verdade do enunciado que o contém.

O exame dessa tese remete a vários problemas, dentre os quais, como explicar a referência singular e a possibilidade do mesmo nome próprio estar aberto a múltiplas individualizações, isto é, como conciliar o fenômeno da referência singular com a abertura semântica que caracteriza os nomes próprios? O que é o objeto/indivíduo que exerce a função de referente singular do nome próprio? O valor semântico de um nome próprio N, esgota-se no seu referente? É possível tomar os nomes próprios como designadores rígidos *de jure* em uma concepção metalinguística acerca do seu significado? Tais questões emergem dos diferentes entendimentos das funções dos nomes próprios

Examino estas questões á luz dos dois principais programas em filosofia da linguagem concernente à natureza da referência: o programa fregeano e o programa milliano. Contudo, acredito que estes programas não oferecem uma resposta satisfatória e definitiva para as questões indicadas, embora eu procure preservar de Kripke o princípio segundo o qual o nome

próprio é um designador rígido; e, do programa fregeano a tese de acordo com a qual o uso referencial singular dos nomes próprios exige um critério pelo qual se reconheça um objeto/indivíduo como portador do nome.

Sendo assim, escapando desses paradigmas no que têm de insatisfatórios, ofereço uma versão para a chamada e insistentemente rejeitada teoria metalinguística a qual demonstro ser adequada para dirimir os problemas concernentes à análise dos nomes próprios. Em particular, tomo como hipótese geral do trabalho o seguinte: um nome próprio genuíno contém uma descrição definida que o menciona prefixado o qualificativo “atual”. Desse modo, o valor semântico de um nome próprio N é a descrição, “O atual portador de ‘N’” e, claramente, ela não tem o cunho identificador.

Embora seja comum esperar que a descrição definida fornecesse resposta à pergunta “quem é N” ou “O que é N”, podemos sempre compreender a descrição como expressão de uma propriedade geral que associada ao nome permite que o falante, ao usar N, se refira a quem quer que porte ou exemplifique a propriedade. Assim, apesar de não especificável, a descrição, “O atual portador de ‘N’” garante a significado de N.

Ademais, essa expressão funciona como propriedade sortal – propriedade denotada por um designador de espécie, como em “ser coelho” ou “ser um gato”, etc., mas que não tem papel na determinação da referência. Trata-se, então, de uma regra, norma ou característica sintático-semântica que orienta e unifica todos os usos referenciais dos nomes próprios no mundo atual. Nesta condição, o nome próprio designa, com respeito a todo mundo possível, o indivíduo portador de “N” no mundo atual. Incluo, nesta condição, a referência singular como um fenômeno dos atos comunicacionais.

Considero então que a regra sintático-semântica que define um nome próprio genuíno N como expressão referencial captura o significado lexical do nome, permitindo tomá-lo como expressão da língua e assumi-lo como um designador rígido *de jure*. Sugiro neste último sentido que a expressão “atual” funciona como um indexical, garantindo que a descrição definida “O portador de ‘N’” seja rígida, ou seja, remeta em todo mundo possível ao portador de “N” (quem quer que seja) no mundo atual.

A hipótese de que o valor semântico dos nomes próprios é dado pela descrição definida que o menciona já foi defendida por outros (por exemplo, Bach (1981), Loar (1976), Schiffer (1978, 2003), Castañeda. (1988), Kneale (1962), Katz (1994)) e, mesmo a ideia de designação rígida tem sido aceita por diversos filósofos (McGinn, 1982, Almog, 1986, Stanley, 1997). Outros, por sua vez, manifestam dúvidas ou são reticentes quanto a essa marca distintiva dos nomes próprios, por exemplo, Bach (1981) e Recanati (1997). Neste estudo, no

entanto, a partir da versão que proponho para a tese metalinguística, saliento o caráter de rigidez *de jure*, dos nomes próprios.

Análises como a de Kripke em *Naming and Necessity* (1980, prefácio nota 21)) tomam os nomes próprios como designadores rígidos *de jure*. De acordo com ele, essa rigidez tem origem nas regras semânticas da linguagem, mas se justifica e é compreendida intuitivamente. O que quer dizer que a principal evidência em favor da noção de rigidez *de jure* encontramos na intuição, como ele mesmo diz (1980, p.19): “Minha principal observação então é que temos uma intuição direta da rigidez dos nomes, apresentada em nossa compreensão das condições de verdade dos enunciados particulares”¹.

A discussão desse tema se desenvolve tendo como pano de fundo o problema do vínculo entre a descrição definida, o nome próprio, e o seu *designatum*. A análise desta relação exige que eu considere o modelo descritivo de conteúdo dos nomes próprios na versão de Frege, na de Russell e na de Searle, que são seus tradicionais proponentes. Este modelo é atacado por Kripke através de muitos argumentos, sobressaindo-se na literatura os argumentos semântico, epistêmico e modal, ainda que escape a tais objeções o assim denominado modelo descritivo de referência. Segundo esse modelo o modo como os nomes próprios remetem a indivíduos no mundo é através de descrições definidas identificadoras ou fixadoras da referência, mas estas descrições não determinam o conteúdo semântico do nome. Contudo, procuro mostrar que nem todo modelo descritivo do conteúdo é incompatível como a noção de rigidez semântica dos nomes próprios. Em particular, sustento com apoio nas análises de Stanley (2005, p.555-585) que descrições definidas que dão o conteúdo dos nomes próprios podem conter termos indexicais. Com efeito, estas descrições definidas são imunes às objeções kripkeanas. .

Finalmente, especial atenção é dispensada aos enigmas (*puzzles*) envolvendo nomes. Argumento que os modelos semânticos de explicitação do significado dos nomes próprios são constantemente desafiados, ao que parece, por estas obscuridades: o caso da referência aos não existentes, o caso do caráter proposicional dos enunciados acerca desses não existentes, o caso dos enunciados de atitude proposicional, e o caso dos enunciados de identidade – o chamado enigma de Frege. Em geral, o tratamento dessas questões envolve certo compromisso ontológico com as noções de objeto, propriedades e existência. Contudo, procuro desvencilhar-me das questões ontológicas de fundo no exame destas questões, oferecendo uma análise estritamente semântica-pragmática.

¹ No original: “My main remark, then, is that we have a direct intuition of rigidity of names, exhibited in our understanding of the truth conditions of particular sentences” (KRIPKE, 1980, p. 19).

Neste sentido, apoiado na tese metalinguística desenvolvida no decorrer do trabalho, demonstro que os chamados nomes próprios vazios têm conteúdo semântico e preservam o caráter proposicional singular dos enunciados acerca do inexistente. Considero esse um passo decisivo para esclarecer as demais questões, sobretudo, o problema dos enunciados de atitude proposicional, bem como preservar a noção fregeana de que não é possível ter uma crença acerca de um objeto, sem pensar esse objeto de certo modo.

Subjacente a essa discussão encontra-se a distinção que faço entre referência e o ato de referir. Este último, à medida que é dependente das condições perceptivas e contextuais do falante ao proferir o nome para individualizar alguém, é sempre um ato extralinguístico; por outro lado o referente, como entendo, trata-se sempre de signo interpretante. Este conceito, que examino no capítulo 2 e no capítulo 3, remete a Pierce (1993) que o caracteriza como aquilo que o próprio signo cria na mente de alguém. Assim, referir é o ato de indicar esse signo interpretante. Nesta condição, a regra que define o valor semântico do nome próprio reúne e unifica todas as possibilidades de referente do nome como signo interpretado.

Fez-se necessário ignorar neste estudo certos problemas muito embaraçosos e nem sempre precisos, tais como: às questões em torno dos nomes de espécie naturais (“tigre”, “leão”, “água”, “ouro”, etc.), nomes parcialmente descritivos (“a Universidade Federal do Rio Grande do Norte”, “João Paulo II”, “Estados Unidos da América”, etc.) e alguns temas reservados a teorias dos atos de fala: redes histórico-causais que firmam o uso dos nomes, significado do falante, nomes como expressões anafóricas, inferencialismo, etc. E, mesmo questões que exigiam um tratamento lógico e ontológico foram preteridas por exigir análises as quais fugiriam ao foco do trabalho, a saber, a distinção entre proposição geral e proposição singular, a noção de objeto e propriedade, predicação e condições de verdade.

Desenvolvo então a tese em três capítulos: no capítulo 1, apresento os principais elementos da controvérsia entre fregeanos e millianos, com respeito à questão do valor semântico dos nomes próprios. Neste propósito, inicialmente exponho a teoria da referência de Frege (seção 1.1), as teses de Russell (seção 1.2) concernentes aos nomes próprios e as objeções a ela suscitadas. Na seção 1.3 discuto os limites do descritivismo revisado a partir do exame do descritivismo de Searle. Finalmente, na seção 1.4, apresento as objeções ao modelo descritivista do conteúdo semântico nos argumentos de Kripke.

No capítulo 2, examino as principais versões da tese metalinguística e proponho uma nova (seção 2.1); na sequência (seção 2.2) trato do problema da referência singular na teoria metalinguística para depois discutir as objeções ao millianismo (seção 2.3). Examino ainda na seção 2.4 as objeções mais contundentes à teoria metalinguística — circularidade, o

argumento da generalização e o argumento modal — e incorporo os argumentos em sua defesa. Por último, analiso a relação da tese metalingüística na versão aqui proposta com a tese da rigidez *de jure* dos nomes próprios (seção 2.5).

No capítulo 3 investigo o comportamento da teoria metalingüística, aqui desenvolvida, frente aos enigmas com nomes: o enigma da referência aos não existentes (seção 3.1); discuto o problema dos enunciados de não existência na seção 3.2 e o enigma dos enunciados de atitudes proposicionais na seção 3.3; na seção 3.4, analiso o problema dos nomes próprios co-referenciais em contextos de crença (o enigma de Frege).

2 O SIGNIFICADO DOS NOMES PRÓPRIOS E A SUA FUNÇÃO REFERENCIAL

O propósito deste capítulo é apresentar um quadro teórico da discussão sobre a qual se apoiará a tese metalinguística, aqui defendida, do significado dos nomes próprios. A questão é a seguinte: o valor ou conteúdo semântico dos nomes próprios se esgota no seu referente? Entendo como nome próprio a palavra paradigmaticamente aplicada a um possuidor com a finalidade de fazer-lhe referência no contexto, mas disso não se segue que nomes necessitem ter um único *denotatum*, ao contrário, o mesmo nome próprio pode se aplicar a muitos indivíduos sem que implique mudança semântica. A palavra “verde” aplicado a um gramado e depois aplicado a um partido político revela uma mudança semântica, mas a palavra “João” aplicado a indivíduos diversos permanece semanticamente inalterada. Normalmente é considerado nomes próprios os nomes de pessoas, nomes de locais, nomes de rios, nomes de empresas e entidades geográficas. Entendo ainda que o que faz uma expressão ser um nome próprio é o modo como o seu referente é determinado, modo esse que o separa dos demonstrativos, indexicais, anáforas e descrições definidas.

Há uma tese amplamente aceita de que nomes próprios são termos singulares com a função semântica de introduzir o referente na proposição que o contém, considero tal afirmação bastante problemática e discutirei adiante esta tese e as questões que ela suscita. Por enquanto, neste capítulo, examinarei o problema, a meu ver, mais fundamental, aquele do valor semântico. Esse problema é mais fundamental porque, por um lado, remete ao tema da função semântica do nome próprio na proposição em que comparece e por outro lado ampara a discussão a respeito do modo como o referente dos nomes próprios é determinado.

Apresento assim dois modos distintos de responder à questão do conteúdo ou valor semântico dos nomes próprios: o descritivismo e o modelo kripkeano. O primeiro, apoiado no projeto lógico-semântico de Frege; e o segundo, na teoria da nomeação de Kripke, a qual envolve aspectos da teoria da referência direta e uma teoria causal dos nomes próprios². O

2 A teoria causal dos nomes de Kripke é uma alternativa ao modelo descritivista para o qual ele levanta uma série de objeções. Usualmente a literatura toma esse modelo kripkeano como situado no quadro da teoria da Referência Direta. Por essa teoria transmite-se uma concepção, segundo a qual, a relação nome-mundo prescinde da mediação feita pelas descrições definidas. Assim, acredita-se que em geral a individualização dos objetos é independente das descrições, logo, o referente ou portador é que contribui para o significado de uma frase na qual um nome próprio ocorre. Acontece, como explicitarei adiante, que, em geral, os proponentes da Referência Direta, em particular, a teoria semântica de Kripke para os nomes próprios, admitem as descrições definidas como fixadores da referência ou transmissores do conteúdo intencional do falante, ainda que rejeitem as

projeto lógico-semântico de Frege defende que a função referencial dos nomes próprios se cumpre pelo exercício de mediação semântica dos sentidos (*Sinne*) ou modos de apresentação, especificados por descrições definidas. Assim para a questão, “o valor ou conteúdo semântico dos nomes próprios se esgota no seu referente?” a teoria do sentido, argumenta a favor de uma resposta negativa. Algo é referente de uma expressão linguística se esse algo satisfaz à condição fixada pelo sentido. A teoria da referência direta, por sua vez, ao assumir que aquela função referencial dispensa a satisfação de condições, argumenta na defesa de uma resposta afirmativa e ressalta que às descrições definidas é reservada uma função epistêmica e nada mais.

Desse modo é apropriado examinar primeiramente (seção 1.1) a teoria do sentido e da referência de Frege conforme apresentado particularmente em *Über Sinn und Bedeutung*, de 1892³. O objetivo é mostrar que, para Frege, a função referencial dos nomes próprios se cumpre pela intermediação dos sentidos como mediadores semânticos.

Na seção 1.2, apresentarei os argumentos fundamentais da teoria dos nomes próprios de Russell. Será enfatizada a concepção dos nomes próprios comuns como abreviação de descrições definidas. O objetivo é mostrar como essa teoria de Russell responde algumas dificuldades do modelo semântico de Frege. Examinarei ainda nesta seção (1.2.1) algumas objeções a essa teoria russelliana.

Na seção 1.3 analisarei as concepções descritivistas de John Searle tendo em vista que se constitui numa das principais referências com respeito ao programa descritivista.

Finalmente, na seção 1.4, discuto o modelo millianista, em particular, a tese da referência dos nomes próprios de Kripke. Pergunto se tal modelo constitui uma superação da tese descritivista. Examino assim os argumentos contra o descritivismo de conteúdo semântico dos nomes próprios, mostrando que a teoria da referência de Kripke, em alguma medida, apoia-se numa leitura equivocada do modelo fregeano.

descrições definidas como modelos definidores do conteúdo semântico daquelas expressões. Mas, em virtude do que um nome próprio designa o seu portador? Para teoria da referência direta de Kripke (1980) a origem da semântica do nome é explicada a partir de um evento histórico-causal — o batismo inicial— seguido por uma cadeia de usos que determina em uma comunidade o modo como os falantes usarão aquele nome para se referir ao objeto nomeado. É, portanto, uma tese específica para explicar a rígida transmissão referencial do nome numa comunidade de falantes. Nem todos os proponentes da referência direta assumem esta explicação. Por exemplo, a teoria da referência direta de Mill (1979) e mais recentemente de Barcan Marcus (1993) e Kaplan (1989) não aceitam a tese da cadeia histórico-causal para a referência.

³ Farei referência a esta obra e a “Função e Conceito” de 1891, “Sobre o conceito e o objeto” de 1892, a partir da tradução de Paulo Alcoforado em: FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: EDUSP, 2009.

2.1 Frege: Sentido (Sinn) e Referência (Bedeutung)

O conceito de significado é naturalmente problemático⁴. A princípio, parece uma noção bastante clara: expressões da linguagem designam objetos no mundo. Esta concepção, em geral é de caráter pré-científico e, na verdade, só aparenta clareza. O exemplo de Quine (1975) é providencial com respeito a esse ponto: assumindo que todas as criaturas com coração possuem rins e vice-versa, a extensão dos termos “criaturas com rins” e “criaturas com coração” é exatamente a mesma. Mas, como estes termos diferem em significado, deve haver outra dimensão para o termo “significado” além de extensão. Esta outra dimensão é a intensão.

O par extensão-intensão remete aqui à teoria semântica de Carnap (1956)⁵. Para ele extensão relaciona-se com o nomear, com a verdade, enquanto a intensão tem a ver com a sinonímia, com analiticidade, mais precisamente, a representação conceitual contido em uma expressão linguística, logo, o conceito individual é a intensão de uma expressão individual. Segundo Carnap (1956), quando dois termos têm a mesma intensão eles são L-equivalentes, isto é, há entre eles uma relação puramente lógica ou linguística. Já em seu famoso artigo de 1955 “Meaning and Synonymy in Natural Languages” Carnap havia dado uma pista do que ele chama de intensão. Diz ele (1955, 34), “Uso ‘intensão’ como termo técnico que designa o significado de uma expressão ou, mais especificamente, seu componente de significado designativo [...]”⁶. Entretanto a relação entre intensão e significado designativo ou cognoscitivo não é clara, como pode ser constatado no mesmo artigo quando Carnap (1955, p.37) apenas diz, “[...] o termo técnico ‘intensão’ que uso aqui ao invés da palavra ambígua ‘significado’ aplica-se somente ao componente de significado cognoscitivo ou designativo. Não tentarei definir este componente”⁷. Contudo ele dá um critério para a intensão, de acordo com o qual, duas expressões têm a mesma intensão se e somente se têm a mesma extensão em todas as descrições de estado.

De toda maneira considero conclusões como a de Putnam (1996) mais prudentes: para ele “intensão” é tão pouco esclarecedor do “significado” quanto o termo “conceito”, que por

4 Devitt e Sterelny (1999, p. 19), por exemplo, dizem que, muito embora seja um termo popular, é naturalmente vago e tem muitas aplicações que não têm nada a ver com a linguagem. E as teorias da referência para os nomes próprios operam, na grande maioria dos casos, com diferentes concepções de significado.

5 Com respeito ao par extensão-extensão ver Carnap, (1956, p.23)

6 No original: “[...] I use 'intension' as a technical term for the meaning of an expression or, more specifically, for its designative meaning component;[...].” (CARNAP, 1955, p.34).

7 No original: “The technical term 'intension,' which I use here instead of the ambiguous word 'meaning,' is meant to apply only to the cognitive or designative meaning component. I shall not try to define this component” (CARNAP, 1955, p. 37).

sua vez pode remeter a alguma coisa mental.

Realmente, a expressão “significado” tem aplicações que nada têm a ver com a linguagem. Por exemplo, em frases como “O seu choro significa tristeza”, ou em: “As ações tiveram um significado desconhecido pelo juiz”. Mesmo em muitas análises da linguagem na literatura filosófica apresentam-se diferentes concepções de significado. Comparemos, por exemplo, concepções como a de Locke – significado como ideia ou imagem mental — a dos neo-positivistas — significado de um enunciado é o seu método de verificação — a de Wittgenstein no *Tractatus logico-philosophicus* — significado de um enunciado consiste em suas condições de verdade — a de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* — significado como uso —, a de Paul Grice — significado do falante. Putnam (1996) é contundente no diagnóstico: a dimensão da linguagem associada com a palavra “significado”, apesar de grandes esforços, está mal orientada e a expressão revela-se claramente pouco inteligível.

De todo modo, usarei aqui o termo “significado”, para expressar o valor ou conteúdo semântico das expressões da linguagem. Na linha do que afirma Stalnaker⁸ (1997), por “valor semântico” compreendo aquilo, o que quer que seja que prover numa teoria semântica, uma interpretação para expressões simples e são argumentos e valores para as funções, e ainda explica o poder que essas expressões simples têm de afetar o valor e verdade dos enunciados em que ocorre.

É claro que outras questões concernentes ao significado (valor semântico) das expressões linguísticas oferecem impulso fundamental à filosofia da linguagem. Questões como: “Como se relaciona a noção de significado com a noção de verdade?”, “É o significado de um enunciado uma espécie de coisa?”, “Existe algo como o significado literal das expressões linguísticas?”. Questões como essas orientam muitas teorias do significado. Mas a questão concernente a este trabalho é, “que espécie de coisa é o valor semântico dos nomes próprios?”. Esta questão encaminha outra, a saber, “o que é para um termo ser um nome próprio ou ser usado como nome próprio?”.

Questões como essas que proponho examinar são importantes entre muitas outras pelo que chamo aqui de contribuição proposicional do nome, isto é, mesmo que saibamos o significado de uma frase⁹, é preciso compreender como o valor semântico de suas partes

8 Conforme definição e uso de Stalnaker (1997, p.535): “[...] The term ‘semantic value’, as I am using it, is a general and neutral term for whatever it is that a semantic theory associates with the expressions of the language it interprets: the things that, according to the semantics, provide the interpretations of simple expressions, and are the arguments and values of the functions defined by the compositional rules that interpret the complex expressions.”

9 Usarei “frase” ou “enunciado” no lugar de “sentença”. A expressão “sentença” em português remete tanto a

constituintes contribui para o significado dela.

Mas, se o valor semântico dos enunciados está relacionado diretamente ao valor semântico de suas partes constituintes — pelo princípio da composicionalidade — é natural pensar que essas têm uma espécie de poder semântico. Este poder semântico decorre, ao menos como o concebe Frege, do fato de essas expressões particulares estarem associadas a uma entidade extralinguística: notadamente, o referente. A questão é saber se esse poder está na origem e explica sozinho o valor semântico das expressões.

Nomes próprios, tal como os nomes comuns, manifestam esse poder semântico. Com efeito, o aspecto mais importante de um nome próprio consiste em que ele é sempre o nome de algo, ou pelo menos, é usado como se fosse.

Agora, é natural distinguirmos nomes próprios e nomes comuns pelo fato de estes invocarem uma qualidade comum a muitos enquanto os nomes próprios no uso particular que dele é feito por um falante designa algo ou alguém, mas não uma propriedade comum a muitos. É este exercício por parte de quem usa o nome que se constitui o mecanismo de referência singular. Neste sentido, o nome, “faca”, por exemplo, invoca qualquer instrumento cortante constituído por lâmina e cabo, já o uso particular de um nome como “Sócrates” individualiza alguém que é o *designatum* do nome.

Nestas condições é dito que o uso do nome próprio distingue e especifica algo. O problema que incomoda é como o nome próprio cumpre essa função. E mais ainda: se essa função é suficiente para a determinação de seu valor semântico.

A teoria da referência de Frege tem destaque na filosofia contemporânea e pode servir como orientação no exame dessas questões. Branquinho (1992) elenca as expressões que para Frege podem ser contadas como nomes próprios¹⁰: (i) constantes individuais; (ii) enunciados assertivos em face da referência de suas palavras; (iii) termos descritivos. Portanto, além de termos singulares sintaticamente simples, os nomes próprios fregeanos incluem descrições definidas, predicados que são nomes próprios de função e frases completas que são nomes próprios de valores de verdade.

Para Frege (2009, p. 131) há algo a mais na semântica de um termo, que a sua função

frases declarativas ou expressões lógicas, como também a decisão final de um juiz, julgamentos divinos a respeito de atos humanos e pensamento sucinto dotado de um sentido geral. Os termos “frase” e “enunciado” são mais precisos, remetem a unidades lingüísticas produzidas por um sujeito, em determinado contexto; locução, expressão.

10 A rigor Frege não discrimina nomes próprios genuínos de outras expressões usadas para referir, como por exemplo, as descrições definidas, os indexicais e demonstrativos. Na verdade, ele usa a expressão *Eigennamen* (nomes próprios) para tratar das expressões referenciais que têm a função de simbolizar os objetos particulares determinados.

referencial. Com efeito,

É natural agora pensar que há conectado com um signo (nomes, combinação de palavras, letras) além do que o signo refere, o que pode ser chamado a referência do signo, algo que pode ser chamado de o sentido do signo, no qual está contido o modo de apresentação.

Assim, é possível distinguir dois modos do significado: o sentido (*Sinn*) e a referência (*Bedeutung*). O *Bedeutung* fregeano alude à entidade extralinguística a que uma expressão da linguagem — Frase, nome próprio e predicado — está associada. E o *Sinn* é aquilo em que está incluído o modo pelo qual o indivíduo é apresentado pelo nome.. Em uma acepção mais estrita, o *Sinn* é um aspecto constitutivo do valor semântico – o outro é o *Bedeutung* —, uma condição que o objeto deve satisfazer para ser o referente de uma expressão. Portanto, o que está na origem do poder semântico do nome próprio é o modo particular do objeto se apresentar como referente, isto é, o sentido.

Considere por exemplo o enunciado (1):

(1) Pelé é Edson Arantes do Nascimento

Como Frege argumenta (2009), se o valor semântico consistisse apenas na referência, enunciados de identidade verdadeiros como (1) deveria ter o mesmo conteúdo informativo de enunciados analíticos como (2):

(2) Pelé é Pelé.

Mas (1) e (2) têm diferentes conteúdos informativos¹¹: é possível apreender algo novo com (1), mas não com (2), logo, apreender o sentido, estritamente falando, é relacionar o nome a um modo particular de introduzir o referente¹². Nestas condições, o sentido é o modo de apresentação do referente e determina a referência.

João Branquinho (1992, p.11) enumera pelo menos quatro modos nos quais alguém

11 Não para o millianismo, em particular, não para Kripke. Eles admitem que haja diferenças entre (1) e (2), mas negam que sejam diferenças semânticas. Tal diferença deve ser buscada alhures na pragmática. O que é consistente com sua tese segundo a qual a função semântica de referir é determinada basicamente pelo objeto e pelo caráter social da linguagem, não pelo conhecimento identificador que permitiria identificar o objeto. A esse respeito remetemos a seção 1.4 deste capítulo e ao capítulo 3 em que discutimos os “enigmas com nomes”.

12 Frege (2009, p. 132. Nota 14) explicitamente associa a noção de sentido com a noção de conhecimento, compreensão.

pode dizer que o sentido determina a referência: (1) funcional, isto é, há uma função que dirige cada sentido a um referente, tal que não é possível dois objetos distintos serem apresentados com o mesmo sentido; (2) descritivista, certo referente é tomado como o único objeto (se é que existe) que satisfaz certo conjunto de condições de maneira conceitual e contexto-independente; (3) verificacionista, isto é, “sentido como alguma espécie de procedimento efetivo para identificar um objeto particular como seu referente” e finalmente (4) Causal, isto é, “um referente está sendo tomado como aquele objeto que está na origem de certa informação importante obtida por um falante, por exemplo, informação que ele adquire com base em um encontro perceptual com o objeto”.

Ao que parece tem-se aqui uma dificuldade, representada pela afirmação de que o sentido determina a referência. Evans (1982), por exemplo, defende que o sentido determina a referência não identificando, mas fixando um modo particular de pensar este referente¹³. Com efeito, segundo Evans o modo de apresentação está associado ao pensamento não a descrições, de maneira que para compreender um proferimento contendo um termo singular o ouvinte deve não somente pensar o objeto particular, mas, sobretudo, pensar o objeto de um modo particular. E pensar o objeto de um modo particular determina diferentes atitudes, valorações e modos de fazer coisas. Nestas condições é possível dizer que alguém que pensa um cavalo como “o animal montado pela rainha” e aquele que pensa o mesmo cavalo como “o corcel montado pela rainha” têm o mesmo pensamento, pois, independente das descrições associadas, o pensamento determina as mesmas atitudes com relação ao cavalo. Obviamente, lembra Evans (1982, p.20) que esta não é a maneira como Frege entende o sentido como modo de apresentação e como determinante do referente, contudo é uma maneira plausível de preservar a exigência de objetividade da noção de sentido.

De qualquer maneira, embora Frege (2009) não ofereça nenhuma visão definitiva quanto à tese de que o sentido determina a referência, esta encontra-se na base de sua teoria semântica. Como a categoria linguística fundamental nessa teoria é o enunciado, resta saber o que é para um enunciado declarativo ter um valor semântico. Essa tarefa nos remete à seção seguinte.

13 Diz Evans (1982, p. 17) “To summarize, then, I suggest we take Frege's ascription of a sense to a Proper Name to mean that not only must one think of an object — the referent of the term — in order to understand a sentence containing it, but also anyone who is to understand the sentence must think of the referent in the same particular way. It is therefore, for Frege, as much a public and objective property of a term that it imposes this requirement, as that it has such and such an object as its referent.” e depois esclarece (p.21) “... To say that a sense is a way of thinking about an object is to say that the sense of a given singular term corresponds to an answer to the question ‘How did S V’, when the relevant substitution for ‘V’ is, e.g., ‘Think of Viena’, or ‘think of position P’, or ‘think of Winston Churchill’.”.

2.1.1 O Sentido e a função referencial dos nomes próprios

Como é sabido, Frege atribui sentido aos nomes e predicados da linguagem e explica o sentido dos enunciados declarativos em função do sentido dessas suas partes. Assim a análise semântica dos enunciados se orienta pela análise semântica de suas expressões constituintes. Com efeito, Frege distingue argumento de função. Uma função, essencialmente, descreve relações entre dois ou mais elementos, intuitivamente é uma maneira de associar a cada valor de um argumento x um único valor da função $f(x)$. De acordo com Frege (2009) então os enunciados, em geral, podem ser divididos em duas partes: uma completa em si mesma – o nome próprio, que denota certo objeto do domínio - e outra incompleta ou insaturada – o predicado, cuja referência é um conceito. Um conceito é a função de um argumento cujo valor é sempre um valor de verdade¹⁴. Em vista disso se essa parte insaturada é completada pela inserção de um nome próprio no espaço vazio, o resultado é um enunciado. Tomemos, por exemplo, o enunciado S seguinte:

(S): César conquistou as Gálias.

Em “César” e “conquistou as Gálias” a segunda parte é insaturada, ela contém um lugar vazio, e somente quando este lugar é preenchido através de um nome próprio, ou de uma expressão que represente um nome próprio, aparece o sentido completo. Aqui também denomino de função de referência desta parte insaturada. Neste caso o argumento é César. (FREGE, 2009, p. 95)

Em outras palavras

conquistou as Gálias (Cesar) = Valor de verdade verdadeiro.

O ponto crucial, portanto, é que às proposições são atribuídos valores de verdade como valor semântico, ou seja, o verdadeiro ou o falso. Numa frase declarativa, os nomes próprios ocupam o lugar do objeto. De modo análogo, na lógica de predicado, predicados interpretados denotam relações. Uma generalização universal é verdadeira se a função correspondente produz o valor de verdade verdadeiro para cada objeto do domínio. Caso contrário é atribuído o valor de verdade falso.

Nestas condições a análise da estrutura dos enunciados exige, de acordo com Frege (2009), a descrição dos processos através dos quais estes enunciados são construídos. O

¹⁴ Em “Função e conceito” de 1891, Frege (2009, p.94) afirma “um conceito é uma função cujo valor é sempre um valor de verdade”.

processo de formação dos enunciados simples envolve a caracterização de seus constituintes básicos – nomes próprios e predicados. O que resulta, ao inserir um nome próprio no espaço em branco de um predicado ou nos espaços em branco de uma expressão relacional, é um enunciado. Já a formação de enunciados complexos em Frege envolve, segundo o modo como Dummett (1981) explica, o uso de operadores proposicionais e o sinal de negação, predicados n-ários e a prefixação de quantificadores para o predicado n-ário.

Notemos então que é fundamental na filosofia da linguagem de Frege, tomar os nomes próprios como expressões linguísticas completas ou saturadas¹⁵. Ademais, o critério para a aplicação dos “nomes próprios” é relativo ao comportamento linguístico das expressões, antes que as características das entidades para as quais aponta. Examinemos então os enunciados,

(3) Napoleão foi derrotado em Waterloo.

(4) O exilado em Elba morreu em Santa Helena

As expressões “Napoleão” e “O exilado em Elba” são classificados como nomes próprios, porque são expressões linguísticas saturadas — termos singulares — que atuam como argumentos das funções denotadas por “... foi derrotado em Waterloo” e “...morreu em Santa Helena”, isto é,

(3*) Derrotado em Waterloo (Napoleão) = Verdadeiro

(4*) Morreu em Santa Helena (O exilado em Elba) = Verdadeiro

Nestas condições podemos afirmar que as funções remetem ao mesmo valor de verdade, o verdadeiro, tomando os termos singulares que ocupam o espaço do objeto, Napoleão, como argumento.

Aos termos singulares estão associados diferentes sentidos ou modos de apresentação do referente. Consideremos o indivíduo Napoleão. Ele pode ser pensado de diferentes modos, como “Napoleão”, como “O exilado em Elba”, como “O esposo de Josefina”, como “O último imperador dos franceses”, etc. Todas essas descrições definidas indicam um sentido ou modo

15 Frege (1903) esclarece: Also the domain of what is admitted as argument must be extend – indeed, to objects quite generally. Objects stand opposed to functions. I therefore count as an object everything that is not function: thus, examples of objects are numbers truth-values, and the ranges to be introduced further on. The names of objects – or proper names – are not therefore accompanied by argument-places, but are ‘saturated’ like the objects themselves.(Cf. translation of parts of Frege’s *Grundgesetze der Arithmetik*, em 1970, p.154)

de apresentação de Napoleão. Sugerindo assim que um objeto pode ser determinado de diferentes modos¹⁶.

A título de corolário desta tese, Frege (2009) subscreve dois princípios fundamentais, a saber, o princípio da composicionalidade para o sentido e para a referência e o princípio da substituição. O princípio da composicionalidade para referência assevera o seguinte: a referência de uma frase declarativa é determinada pela referência de suas partes. O que quer dizer que o valor de verdade de um enunciado é dependente tão somente da referência de seus constituintes e da maneira como eles se combinam, não dos seus sentidos. Consideremos, por exemplo, a frase (4) acima, “O exilado em Elba morreu em Santa Helena”; pelos dados históricos sabemos que (4) é a expressão da verdade; em termos da distinção fregeana entre objeto e função (4) se deixa representar da seguinte forma: Tomando N para “O exilado em Elba”, temos, Morreu em Santa Helena (Ref(N)) = Verdadeiro, isto é, $f(\text{Ref}(N))=V$, caso em que o valor de verdade, verdadeiro da frase (seu referente) é determinado ou melhor, é uma função da referência de sua parte (o referente da descrição “O exilado em Elba”).

Uma ratificação, por assim dizer, do princípio da composicionalidade para a referência é o princípio da substituição: duas expressões co-referenciais podem ser substituídas uma pela outra em um enunciado, deixando inalterado o valor de verdade. Seja P^1 a frase “O esposo de Josefine morreu em Santa Helena” e seja, P a frase (4) acima. Sabendo que a expressão “O esposo de Josefine” —representado por J— e “O exilado em Elba” são co-referenciais, isto é, $\text{Ref}(N) = \text{Ref}(J)$, P^1 pode ser obtido de P, substituindo, em P, N por J, conservando o valor de verdade de P em P^1 .

O princípio da composicionalidade para o sentido, por sua vez, assevera o seguinte: o sentido de um enunciado é constituído pelo sentido de seus constituintes. Em outras palavras, compreendemos o sentido de uma frase declarativa compreendendo o sentido de seus constituintes e de como estão juntos em um enunciado. Em uma frase como “Napoleão Morreu em Santa Helena” o sentido decorre de como estão estruturados o sentido do predicado “Morreu em Santa Helena” e o sentido do nome “Napoleão”, isto é, tomando o sentido do predicado como função temos, $f(\text{Sen}(N))$ como expressão do pensamento contido na frase “Napoleão morreu em Santa Helena”. Se, ao invés de “Napoleão” apresentarmos a descrição “O exilado em Elba” teremos $f(\text{Sen}(J))$, que é a expressão de um pensamento diferente.

16 “An object can be determined in different ways, and very one of these ways of determining it can give rise to a special name, and these different names then have different senses...” (FREGE, conforme carta escrita a Philip Jourdain no ano de 1914, citado por Evans 1982, p.14-15).

Mas, agora, examinemos o enunciado (5):

(5) Teseu é o homem que matou o minotauro.

Tomando t para representar “Teseu” e f para representar a parte insaturada “o homem que matou o minotauro” temos, de acordo com o princípio da composicionalidade para a referência,

(5*) $f(t) = (\text{Ref}(t))$

Mas $\text{Ref}(t)$ é inexistente, logo, o argumento $\text{Ref}(t)$ não determina um valor de verdade para função “... homem que matou o minotauro” simplesmente porque o nome “Teseu” é referencialmente vazio. Contudo, o sentido do enunciado é preservado. Isto porque “[...] somente o sentido, não o referente da parte, é relevante no sentido do conjunto do enunciado” (FREGE, 2009, p.138). E visto que podemos atribuir um sentido ao nome “Teseu”, a frase (5) é dotado de um valor semântico, a saber, expressa um pensamento. Dummett (1981)¹⁷ explica que expressões desse tipo tem um sentido, porque, a rigor, temos um critério para o objeto ser reconhecido como referente do nome, ainda que não haja tal objeto que satisfaça a condição determinada pelo sentido. Nestas condições é possível não sabermos de que objeto se trata e ainda assim dizer significativamente algo dele.

Parece-me, assim que a compreensão que um falante tem de uma expressão linguística não consiste exatamente em associar um referente a essa expressão, mesmo que esses referentes sejam valores de verdades. A rigor, se os nomes são vazios e têm sentido, não é possível compreender esse sentido em termos de relação de determinação de existência do objeto.

Contudo devo ressaltar, apoiado na literatura sobre o tema, que o interesse de Frege pela linguagem esteve sempre orientado pelo seu projeto de desenvolvimento de uma linguagem científica. E dessa maneira ele não se ateve à análise detalhada dos aspectos concernentes ao uso geral dos nomes próprios. O foco de sua investigação era, portanto a

17 Dummett (1981, p.160) explica o seguinte: [...] Such an expression has a sense because we have criterion, perhaps quite sharp, at any rate at least as sharp as for most names having a genuine reference, for an object's being recognized as the referent of the name: but it lacks a reference, because as a matter of fact there is nothing which would identify any object as the referent of the name; there is no object which satisfies the condition determined by the sense for being its referent.[...].

função semântica dessas expressões em enunciados da linguagem científica. Nesta linguagem os nomes próprios precisam ter um sentido e uma referência definida, para assim desempenhar sua função semântica nos enunciados em que comparecem. Mas essa exigência não cabe estritamente nos processos comunicacionais não científicos.

Consideremos, por exemplo, $\exists x(Fx)$, que representa formalmente um enunciado. Este enunciado será verdadeiro se, e somente se, existe pelo menos um objeto a que satisfaça o predicado F. O procedimento para verificar se esse objeto existe é percorrer o domínio de referência do enunciado para ver se há algum objeto que satisfaça F. Em outras palavras $\exists x(Fx)$ é verdadeiro se, e somente se, a função $F()$ tem como valor o verdadeiro para ao menos um argumento do domínio estipulado. E no caso de $\forall x(Fx)$ é verdadeira se, e somente se, a função $F()$ tem como valor o verdadeiro para qualquer argumento do domínio. Observemos que, neste caso, não há a menção a nenhum objeto específico como há no tratamento dos nomes próprios. Ocorre que uma função como $f(x)$, por exemplo, é um enunciado aberto e como tal não podemos atribuir-lhe valor de verdade. A fim de receber valoração, esse enunciado deve ser fechado. O que podemos obter através de dois procedimentos: pela instanciação — uma constante preenche o lugar da variável, fx/a — ou pela quantificação — a variável aberta se tornará ligada pelo quantificador. Neste último caso, a valoração fica a depender do exame do conjunto de objetos que compõem o domínio de referência estipulado para o enunciado. Do ponto de vista semântico, então nomes próprios e quantificadores são drasticamente diferentes. O nome próprio, de acordo com Frege faz uma pressuposição acerca de um objeto que é único a ter certa propriedade; a quantificação liga a variável e vincula a um objeto do domínio de referência estipulado.

Frege aceita que na linguagem comum, enunciados, como (5), envolvendo nomes próprios não referenciais, sejam desprovidos de valor de verdade. O que implica em rejeitar a princípio do terceiro excluído para esses casos, e em linguagem logicamente perfeita postular um referente geral, que chamou de classe zero, para os casos dos nomes sem referentes.

Contra esta posição de Frege se insurgirá a teoria descritivista de Russell. Com efeito, Russell intencionava resolver o problema envolvendo a referência de frases em que comparecem nomes de objetos inexistentes (daqui em diante nomes vazios) preservando os princípios fundamentais da lógica clássica, em particular o terceiro excluído e não contradição. Trata-se do descritivismo abreviativo. Para Russell (1905, 1918) nomes não denotam, antes abreviam descrições. Essa tese será objeto de análise na seção que se segue. A partir dessa argumentação, o estudo segue, indicando as objeções ao descritivismo de

Russell e examinando a concepção descritivista de Searle (1958) como uma alternativa de reabilitação do descritivismo.

2.2 Russell: o descritivismo abreviativo e nomeação

As concepções semânticas de Russell em torno dos nomes próprios são uma extensão da sua teoria descritivista, que foi elaborada entre os anos de 1903 e 1905 e tem seu ponto alto com a publicação do ensaio *On Denoting* (1905).

Nesta obra, Russell endossa de modo peculiar a concepção de nomes próprios de Frege. E, como consequência, promove uma forte crítica a teses metafísicas como a de Alexius Meinong (1960), de acordo com a qual objetos que não existem concretamente (*Existenz*) têm alguma espécie de ser (Subsistência = *Bestand*) para além dessa existência concreta. E, assim, os nomes desses objetos referem.

O problema básico que Russell constatou em concepções de nomes próprios como a de Frege é a seguinte: Se um enunciado como (6),

(6) O maior rio em volume d'água do mundo fica no Brasil

é analisada ao modo de Frege, então se comportará semanticamente nos termos de uma função proposicional (Fa), em que (a) é um nome próprio — aqui identificado com uma descrição definida — e F o predicado “ficar no Brasil”. Ademais, o significado de (6) é muito claro: de acordo com Frege (1984, 2002), tal sentença exprime um pensamento a que se pode atribuir um claro valor de verdade, o verdadeiro. Contudo, Russell (1905) sugere que um enunciado como (7),

(7) O atual rei da França é calvo

analisada sob o modelo de Frege é problemática. Primeiro, porque o indivíduo ao qual deveria referir-se o nome próprio —no caso, a descrição definida —atualmente não existe. Como o valor de verdade do enunciado depende da determinação deste indivíduo, (7) parece ferir o princípio do terceiro excluído. Frege (2009) aceita esse resultado sem renunciar o sentido de (7), com o argumento de que “somente o sentido, não a referência, da parte é relevante para o sentido do conjunto do enunciado” (FREGE, 2009, p.138). Mas se a (7) não pode ser atribuído valor de verdade, como explicar o seu caráter proposicional singular, supondo que

proposições determinam um valor da verdade? Para Frege (1956) uma proposição – ou o pensamento que o enunciado expressa – é algo sobre o qual se pode perguntar pela verdade: “Conto entre os pensamentos tanto o que é falso, quanto o que é verdadeiro. Consequentemente posso dizer: o pensamento é o sentido de uma sentença, sem querer com isso afirmar que o sentido de todo enunciado seja um pensamento” (FREGE, 1956, p.292)¹⁸.

A solução de Russell (1905, 1956) é radical: descrições definidas não podem ser incluídas na categoria dos nomes próprios¹⁹. Precisamente, a inteligibilidade das descrições definidas não exige que estas apontem ou designem objetos, isto é, sejam expressões objeto-dependentes. Na verdade, assevera Russell (1905): proposições em que comparecem descrições definidas na posição de sujeito têm a forma lógica distinta de sua forma gramatical. Por exemplo, o enunciado (6) diz o seguinte, usando agora, G para a descrição “O maior rio em volume d’água do mundo” e F para “ficar no Brasil

- (i) Há uma coisa que é G.
- (ii) Há apenas uma coisa que é G
- (iii) Essa coisa é F.

E estas condições podem ser capturadas nos termos seguintes, usando o quantificador existencial (\exists) e o quantificador universal (\forall),

$$(iv) \quad (\exists x) (Gx \ \& \ ((\forall y)(Gy \rightarrow y=x)) \ \& \ Fx)$$

Neste caso, a solução do problema básico concernente às descrições defectivas (descrições de objetos inexistentes) é muito natural. O enunciado (7), por exemplo, tem a mesma forma lógica que (iv) para G = Ser rei da França e F= Ser calvo, isto é.

(7') $(\exists x)(x \text{ é atualmente rei da França} \ \& \ ((\forall y)(y \text{ é atualmente rei da França} \rightarrow y=x)) \ \& \ x \text{ é calvo})$

18 "So I ascribe what is false to a thought just as much as what is true. So I can say: the thought is the sense of the sentence without wishing 'to say as well that the sense of every sentence is a thought. The thought, in itself immaterial, clothes itself in the material garment of a sentence and thereby becomes comprehensible to us." (FREGE, 1956, p. 292)

19 Em Russell (1978, p.242) lemos o seguinte: “A primeira coisa a se perceber acerca de uma descrição definida é que ela não é um nome. Consideraremos “o autor de Waverley”. Esta é uma descrição definida, e é fácil ver que ela não é um nome. Um nome é um símbolo simples [...]” .

satisfaz a exigência do princípio do terceiro excluído, sem o compromisso com o objeto de referência²⁰. Assim o valor de verdade dos enunciados em que aparecem as descrições defectivas é garantido, ele é falso.

O segundo movimento de Russell (1956) para dirimir a questão foi então tratar os nomes próprios comuns como descrições truncadas ou abreviações de descrições²¹. Ocorre que nome próprio, ao menos *no sentido lógico estrito*, é uma expressão referencial por excelência²². Nesta condição, um nome próprio é introduzido quando desejamos individualizar ou indicar um dado objeto com o qual estamos em contato direto. O que encontra apoio na conhecida doutrina russelliana (2008), segundo a qual “você não pode nomear qualquer coisa que não esteja familiarizada ou em contado”. Esta condição distingue um nome próprio de uma descrição definida. Mas ocorre que é possível introduzir nomes para objetos inexistentes como, por exemplo, o nome “Vulcano” dado pelos astrônomos ao suposto planeta entre Mercúrio e o Sol, que seria responsável pela perturbação da órbita do primeiro. Estamos diante de uma situação em que os nomes podem falhar em corresponder a um objeto apropriado. Em geral, a introdução de nomes próprios comuns para objetos e indivíduos com os quais não se está em contato ou são inexistentes ou obedece ao princípio russelliano do conhecimento por descrição. Daí em geral tanto os nomes próprios comuns quanto os nomes vazios ao nível de sua forma lógica não são realmente nomes. Assim, é possível tratá-los do mesmo modo que as descrições definidas: em termos quantitativos. Nestas condições, um enunciado como (8),

(8) Vulcano é menor que a Terra.

Tem a forma lógica seguinte:

(8') $(\exists x) ((x \text{ é planeta que interfere na órbita de Mercúrio} \ \& \ (\forall y)(y \text{ é planeta}$

20 Neale (1990, p. 20) esclarece: Russell realized that phrases of the form ‘the F’ are not more referring expressions than are quantified noun phrases of the forms ‘an F’, ‘some F’ and ‘every F’ [...] definite descriptions belong with the quantified phrases not with the referring expressions [...].

21 Em Russell (1978, p. 71) é asseverado, [...] os nomes que comumente usamos como ‘Sócrates’ são realmente abreviações para descrições; **não somente isso, mas o que eles descrevem não são particulares, mas complicados sistemas de classes ou séries.** (grifo nosso).

22 Russell (1978, p. 71) diz que “A única espécie de palavra que teoricamente é capaz de representar um particular é um nome próprio, e a questão completa dos nomes próprios é bastante curiosa. Nomes próprios =_{Def} palavras para os particulares.” Claro, a incoerência com relação ao que ele diz depois (nosso grifo da nota anterior) é desfeita quando consideramos que para Russell a definição dada se presta apenas para os nomes próprios lógicos, não os nomes próprios comuns.

que interfere na órbita de Mercúrio $\rightarrow y=x$) & x é menor que a Terra).

Nela as condições de verdade estão logicamente determinadas, e não precisa assumir o compromisso com a existência de um objeto chamado “Vulcano”, que não existe.

Do ponto de vista de Russell (1956, 1978) a epistemologia é um fator importante para a compreensão de seu descritivismo semântico. Na verdade, Russell (2008) assevera que não é possível nomear o que quer que seja na ausência de um contato direto com o objeto²³. Nesta situação descrições definidas concernem ao conhecimento que temos de certas propriedades do objeto, na impossibilidade de contato direto com este²⁴. Ora, como um nome se aplica apenas a um particular com o qual o falante esteja em contato direto, conclui então Russell (1956) que nomes, em sentido lógico estrito, restringem-se apenas às expressões demonstrativas “isto” ou “aquilo”²⁵. Nomes próprios comuns não têm esse caráter lógico-epistêmico. A esse propósito ele (1905, p. 492) afirma o seguinte:

[...] quando há algo com o que não estamos em contato imediato, mas do qual temos apenas definições por frases denotativas, então a proposição na qual essa coisa é introduzida por meio de frases denotativas não contém realmente essa coisa como constituinte, mas contém, ao invés disso, os constituintes expressos por muitas palavras da frase denotativa²⁶. (Tradução nossa)

Isto sugere que descrições definidas introduzem objetos indiretamente no discurso; ou melhor, introduzem objetos, descrevendo. O caso de expressões como “Napoleão” “Sócrates”, “Pedro”, enfim, no caso dos nomes próprios, não apreendemos diretamente o objeto do qual estamos a falar quando usamos estas expressões. Antes, por meio dessas expressões, o objeto é introduzido no discurso por descrição definida. Por exemplo, “Napoleão, o marido de

23 No original: Knowledge by acquaintance and knowledge by description (2008, p. 114) Russell exemplifica: “Suppose some statement made about Bismarck. Assuming that there is such a thing as direct acquaintance with oneself, Bismarck himself might have used his name directly to designate the particular person with whom he was acquainted. In this case, if he made a judgment about himself, he himself might be a constituent of the judgment. Here the proper name has the direct use which it always wishes to have, as simply standing for a certain object, and not for a description of the object.

24 No original lemos: I shall say that an object is known by description when we know that it is ‘the so-and-so’ i. e. when we know that there is one object, and no more, having a certain property; and it will generally be implied that we do not have knowledge of the same object by acquaintance. (RUSSELL, 2008, p. 114).

25 Conforme, Russell (1956, p. 200), na coleção Os Pensadores, Russell (1978, p.71-72).

26 No original: One interesting result of the above theory of denoting is this: when there is anything with which we do not have immediate acquaintance, but only definition by denoting phrases, then the propositions in which this thing is introduced by means of a denoting phrase do not really contain this thing as a constituent, but contain instead the constituents expressed by the several words of the denoting phrase. Thus in every proposition that we can apprehend (*i.e.* not only in those whose truth or falsehood we can judge of, but in all that we can think about), all the constituents are really entities with which we have immediate acquaintance. (RUSSELL, 1905, p.492).

Josephine”, “Sócrates, o mestre de Platão”, “Pedro, o primeiro Papa”. Daí conclui Russell (1956, 1978) que nomes próprios são, na verdade, descrições definidas abreviadas. Assim, “Isto quer dizer que o pensamento na mente de uma pessoa usando um nome próprio só pode geralmente ser explicitamente expresso se substituirmos no nome próprio por uma descrição” (RUSSELL, 2008, p. 114)²⁷.

Até aqui, parece-me, tudo se passa “no melhor dos mundos”: o descritivismo russelliano consegue eximir-se dos obstáculos impostos à análise semântica dos nomes próprios em Frege. Particularmente, consegue preservar as leis da lógica mesma para enunciados em que comparecem descrições defectivas e nomes vazios, constituindo-se numa aplicação brilhante da “navalha de Ockham”. Enunciados cuja forma gramatical expressa proposições singulares são analisadas, segundo sua forma lógica, como proposições gerais. E compreender um nome próprio comum é, ademais, associar o nome com a descrição definida; já compreender um nome próprio genuíno é referir com ele ao objeto com o qual estamos em contato. Com efeito, a teoria descritivista de Russell parece constituir-se numa teoria completa do significado dos nomes próprios.

Mas as teses de Russell no tocante aos nomes próprios comuns, apesar de bem sucedida em resolver os enigmas aplicáveis aos nomes próprios²⁸, tem sido objeto de críticas severas. Consideremos inicialmente a seguinte passagem de *The Philosophy of Logical Atomism* (RUSSELL, 1978, p.105):

Vemos, portanto, que esta proposição ‘Rômulo existiu’ ou ‘Rômulo não existiu’ introduz uma função proposicional, porque o nome ‘Rômulo’ não é realmente um nome, mas uma espécie de descrição truncada. Representa uma pessoa que fez tais e tais coisas, que matou Remo, fundou Roma, e assim por diante. Ele é limitado por aquela descrição; se desejarmos ele é limitado por, ‘a pessoa que se chamava ‘Rômulo’”²⁹.

Transparece aqui três concepções para o significado dos nomes próprios:

- (i) O significado dos nomes próprios pode ser estabelecido em termos de uma descrição definida: “o nome ‘Rômulo’ não é realmente um nome,

27 “That is to say, the thought in the mind of a person using a proper name correctly can generally only be expressed explicitly if we replace the proper name by a description”. (RUSSELL, 2008, p. 114).

28 Os enigmas sobre inexistentes (os chamados nomes próprios vazios), sobre os existenciais negativos, sobre o princípio da substituição em enunciados de atitude proposicional e sobre a identidade. Trato desses enigmas no terceiro capítulo.

29 No original: You see, therefore, that this proposition “Romulus existed” or “Romulus did not exist” does introduce a propositional function, because the name “Romulus” is not really a name but a sort of truncated description. It stands for a person who did such and-such things, who killed Remus, and founded Rome, and so on. It is short for that description; if you like, it is short for “the person who was called ‘Romulus’”. (RUSSELL, 1956, p 243).

mas uma espécie de descrição truncada.”

- (ii) O significado dos nomes próprios pode ser estabelecido em termos de feixe de descrições: “Representa uma pessoa que fez tais e tais coisas, que matou Remo, fundou Roma, e assim por diante.”
- (iii) O significado dos nomes próprios pode ser estabelecido em termos metalinguísticos: “Ele é limitado por aquela descrição; se desejarmos ele é limitado por, ‘a pessoa que se chamava ‘Rômulo’”.

A concepção (i) afirma a tese forte segundo a qual os nomes próprios “abreviam” descrições. Mas o que isso quer dizer? Se com isso é afirmado que nomes são descrições resumidas não haveria diferença entre a expressão “Rômulo” e a sigla “EUA”, ambos não deixam de serem abreviações: “Rômulo” abrevia “O fundador de Roma” e “EUA” abrevia “Estados Unidos da América”. O que é muito estranho, pois ninguém compreende “Rômulo” como um sigla nem “EUA” como um nome. Por outro lado, dizer que nome “abreviam” descrições pode sugerir uma tese mais fraca, segundo a qual nomes são equivalentes a descrições. É o que transparece na concepção (ii).

Com efeito, já em *Knowledge by acquaintance and knowledge by description* (2008), Russell sugeria que o significado dos nomes próprios estaria associado às diferentes descrições definidas que os falantes, a partir do tipo de conhecimento que têm do objeto referido, vinculam a este objeto. Por exemplo, diz Russell (2008, p.114), que Bismark poderia usar seu nome para designar diretamente uma pessoa com a qual ele tem contato direto³⁰. Mas também o nome ‘Bismark’ poderia ser usado para designar uma pessoa acerca da qual falamos porque estamos em contato direto³¹. E, finalmente poderia ocorrer que usássemos o nome para designar uma pessoa da qual possuímos apenas informações históricas³². Nesta situação o significado dos nomes próprios estaria sujeito às vicissitudes das condições cognitivas do falante.

Mas não apenas isso, Searle (1958) objeta que se o nome “Wilfrid Sellars” é para mim equivalente a “O indivíduo x e o único indivíduo x que é F e G e...”, em que F, G e o restante são predicados que eu aplicaria ao indivíduo em questão, então nada impede que aplique uma

30 “[...] Bismark himself might have used his name directly to designate the particular person with whom he was acquainted” (RUSSELL, 2008, p. 114)

31 But if a person who knew Bismark made a judgement about him, the case is different. What this person was acquainted with were certain sense-data which he connected (rightly, we will suppose) with Bismark’s body. (RUSSELL, 2008, p. 114)

32 When we, who did not know Bismark, make a judgment about him, the description in our minds will probably be some more or less vague mass of historical knowledge – far more, in most case, than is required to identify him.(RUSSELL, 2008, p.115)

descrição muito específica para identificar “Wilfrid Sellars”, por exemplo, “O filósofo com quem tive uma discussão violenta na sala de George Pappas em 1979”. Ocorre que descrições dessa espécie somente aparecem quando o falante é incitado a oferecer uma descrição demasiada específica. Em geral, as descrições que são associadas ao nome como equivalente depende do gênero de informação que o falante pensa que o ouvinte deseja acerca do indivíduo. Ademais, em geral, estas descrições estão na mente do falante apenas tacitamente. Quando o nome “Wilfrid Sellars” é usado irrefletidamente pelo falante ele não tem qualquer descrição particular em mente. Portanto a tese mais fraca que explicita a ideia de que nomes são abreviações de descrições definidas em termos de equivalência, é, ainda assim, pouco precisa.

Na próxima seção aprofundarei a análise das objeções que questionam a definição de nomes próprios comuns como abreviações de descrições e discutirei a que questiona o uso referencial das descrições definidas defectivas, como por exemplo, “O mamífero aquático voador”. E a partir dessas análises apresentarei uma forma de descritivismo moderno, notadamente, aquela sugerida por John Searle (1958). Argumento que, com respeito à explicação do uso referencial das descrições, a tese de Searle é inconclusiva.

2.2.1 Russell: *Objeções e respostas*

Para Russell, nomes próprios comuns, vazios ou não, são tratados como abreviações de descrições definidas. Um argumento que sustentaria essa tese poderia ser construído a partir do caso dos nomes vazios, da seguinte forma:

- (i) Nomes vazios como “Vulcano” têm valor semântico.
- (ii) Uma vez que não têm portadores, não são a rigor nomes.
- (iii) A não ser que sejam descrições definidas abreviadas, eles não têm valor semântico.
- (iv) A conclusão é que nomes vazios são descrições abreviadas.

Contudo a seguinte réplica é possível: consideremos o enunciado verdadeiro (9).

- (9) Vulcano não é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio.

Se tratarmos a expressão “Vulcano” como um nome próprio legítimo (o que não ocorre na tese descritivista de Russell), então o enunciado expressa uma proposição singular verdadeira,

em que a expressão “Vulcano” está na proposição pelo objeto. Por outro lado se admitirmos que o nome “Vulcano” abrevia a descrição “O planeta que interfere na órbita de Mercúrio”, então o enunciado (9*)

(9*) O planeta que interfere na órbita de Mercúrio não é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio.

refere o princípio da identidade, de maneira que um falante estaria disposto a assumir a verdade de (9) mas não de (9*). Assim, ao que parece, nomes próprios, vazios ou não, não abreviam descrições. Entretanto, a depender do escopo que se dê a descrição definida, (9*) poderá revelar-se paradoxal ou não. A teoria de Russell tem uma consequência importante no que diz respeito à negação. Existe uma ambiguidade quando negamos proposições contendo descrições definidas na posição de sujeito. Neste caso, a proposição (9*) pode ser lida de duas maneiras diferentes, a saber,

(9**) Existe um x que é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio, e x é único, mas x não é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio. Ou seja, $(\exists x) ((Px \ \& \ (\forall y)(y=x \rightarrow Py) \ \& \ \sim Px)$

(9***) Não é o caso que existe um x que é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio, e x é único, mas x é o planeta que interfere na órbita de Mercúrio. Ou seja, $\sim(\exists x) ((Px \ \& \ (\forall y) (y=x \ \& \ Py) \ \& \ Px)$.

Em (9**) temos uma ocorrência primária da descrição definida e em (9***) temos uma ocorrência secundária. Isto é, o sujeito ocorre dentro do escopo de negação em (9**) e implica a existência de um objeto, enquanto em (9***) não implica esta existência. Ora, dizer que existe um objeto (Planeta) com a propriedade de interferir na órbita de Mercúrio, mas que, na verdade, não interfere, parece ser paradoxal. Afirma-se que o objeto tem e não tem a mesma propriedade. Por outro lado, em sua ocorrência secundária a descrição definida não se refere a nada, haja vista que o âmbito do operador de negação abrange o sujeito, logo (9***) assevera ser falso que exista uma entidade com o atributo de “ser o planeta que interfere na órbita de Mercúrio”. Nesta leitura então (9*) não é paradoxal.

A teoria dos nomes próprios de Russell é uma extensão de sua teoria das descrições

mediada por sua teoria do conhecimento, em particular, pelo princípio do conhecimento por contato ou familiaridade (*acquaintance*). Com efeito, de acordo com Russell, os nomes próprios são expressões referenciais, no sentido de que seu portador entra em toda proposição expressa por um enunciado contendo o nome. Neste caso, a rigor, não há nomes próprios sem portadores. É o caso de se asseverar que compreender um nome exige que estejamos em contato com o objeto nomeado, pois na impossibilidade do contato com o objeto, os nomes próprios funcionam semelhantes às descrições definidas, oferecendo as condições de identificação do objeto. Segundo Russell (1978. 72) “[...] quando estamos familiarizados com aquele particular, temos um entendimento completo e adequado do nome, e não se requer nenhuma informação adicional”. Contudo, através de expressões como “Aristóteles”, “João”, “Pedro” o objeto se perde, pois não se apreende imediatamente do que estamos falando quando se usam nomes como esses. Para tanto é necessário descrever o objeto: “Aristóteles, o filósofo estagirita”, “João, o discípulo amado”, “Pedro, o primeiro apóstolo”. Portanto, nomes próprios comuns, inclusive nomes vazios, não referem. E como tais, não são nomes; antes, são descrições abreviadas.

É importante chamar a atenção agora para o pomo da discórdia entre Russell e muitos de seus críticos: o uso referencial das descrições definidas, em particular, as descrições definidas defectivas. Entre esses, destaca-se como uma das mais discutidas na literatura, as objeções de Donnellan³³.

Donnellan (1998) argumenta em favor da distinção entre uso atributivo e uso referencial das descrições definidas. Um falante usa referencialmente uma descrição definida quando ele pretende chamar a atenção acerca do indivíduo ou do objeto sobre o qual está falando, caso em que o contexto é essencial na determinação do referente. No uso atributivo, é asseverado que algo, o que quer que seja, é tal-e-tal, caso em que a determinação depende apenas do significado semântico das palavras que compõem a descrição. Portanto, enquanto o uso referencial quer chamar a atenção para uma pessoa ou coisa, ou seja, o que importa é o alvo referencial, no uso atributivo o mais importante é a relação de satisfação.

Poucos questionariam a distinção estabelecida por Donnellan. Mas o ponto de maior controvérsia gira em torno do significado das descrições definidas defectivas³⁴.

Em geral é aceito que Russell (1905) tem uma solução muito consistente com respeito

³³ Apesar das objeções de Peter Strawson em *On Referring* (1950) serem ainda mais célebres e incisivas que as de Donnellan, quero por em evidência aqui as objeções que discutem as descrições definidas defectivas. As críticas de Dannellan (1998) atendem ao meu propósito, além de serem igualmente importantes.

³⁴ Irei me concentrar nas análises feitas por Donnellan (1998) em objeção a Russell, e na avaliação de Kripke a essas objeções. São as análises das quais decorrem toda uma literatura posterior sobre o assunto.

aos casos das descrições definidas defectivas. E esta solução vem no interior de sua tese acerca do comportamento semântico das descrições definidas em geral. A seu favor está o fato de Russell garantir os princípios da lógica clássica, prescindindo da postulação de entidades inexistentes. Contudo, seus críticos resistem à ideia de que descrições definidas, sejam defectivas ou não, em geral, não referem. Isto é assim porque, de acordo com Russell, na análise lógica dos enunciados em que comparecem descrições definidas na posição de sujeito gramatical, estas descrições deixam de exercer tal função. E ainda mais, porque descrições definidas são termos quantificados.

Se a situação é essa Donnellan (1998) sugere que o uso referencial das descrições definidas, defectivas ou não, são inexplicáveis na teoria de Russell, pois de acordo com ele, quando uma descrição definida é usada referencialmente, o alvo é o *designatum*. Por exemplo, consideremos uma situação em que um homem se agita e grita desesperadamente com uma faca em punho sobre o corpo mortalmente ferido de Smith. Um falante x , presente neste contexto, profere a seguinte asserção; “O assassino de Smith é insano”. A descrição “O assassino de Smith” individualiza alguém, ou seja, no enunciado proferido naquele contexto específico, a descrição está pelo objeto. Em outra situação em que apenas o corpo mortalmente ferido de Smith se encontra à vista de alguém, esse poderá proferir a mesmo enunciado, “O assassino de Smith é insano”, fazendo uso da mesma descrição, mas de forma atributiva, isto é, o alvo agora é quem quer que satisfaça a descrição. Mas como é sabido, o uso atributivo do enunciado “O assassino de Smith é insano”, nos termos da análise quantificacional de Russell, expressa o seguinte:

$$(\exists x) ((x \text{ é assassino de Smith} \ \& \ (\forall y)(y \text{ é assassino de Smith} \rightarrow y = x) \ \& \ x \text{ é insano}).$$

A descrição não individualiza — observemos que as variáveis do enunciado não representam alguém em particular. Antes na análise de Russell a descrição deixa de estar pelo objeto para ocupar a função de atributo que pode ser satisfeito por alguém — na forma lógica do enunciado proferido. Isto é, a descrição tem uso atributivo. Igual situação se passa com descrições como “O atual rei da França”. Em um contexto em que um falante com a intenção de se referir ao atual presidente da França, profere o enunciado “O atual rei da França é careca”, o uso da descrição é referencial. Mas na análise russelliana, tal uso escaparia.

A argumentação, portanto, quanto a esse ponto é a seguinte³⁵: Um falante x , em um contexto C , usando uma descrição definida defectiva ‘ $O \square$ ’ pode dizer algo verdadeiro ou falso, ao proferir um enunciado como ‘ $O \square$ é G ’. Ora, de acordo com Russell (1905) descrições não nomeiam. Mas, seu aparecimento como sujeito nos enunciados em que ocorrem, expressa, na verdade uma imprecisão lógica, corrigida perfeitamente quando o enunciado é apresentado em termos quantificacionais — sua forma lógica. Nestas condições, o que a forma lógica do enunciado apresenta não é o sentido original do uso da descrição definida: tendo sido usada referencialmente, o aparecimento da descrição, na forma lógica do enunciado, expressa sempre um uso atributivo. Portanto, conclui Donnellan (1998), o uso referencial das descrições definidas, em particular das descrições defectivas, são inexplicáveis na teoria de Russell.

Entretanto penso que não podemos ser tão contundentes assim. Há descrições definidas cujo uso é tão somente referencial. E tais descrições são perfeitamente contempladas na teoria russelliana. Consideremos, por exemplo, o enunciado (6) “O maior rio em volume d’água do mundo fica no Brasil”, e ainda, “O primeiro homem a pisar no solo da lua” ou “O ponto mais oriental da América do Sul”. Neste caso uma réplica à objeção de Donnellan deve, portanto, ressaltar que, em alguns casos, a forma lógica dos enunciados em que comparecem certas descrições preserva o sentido original do uso destas descrições definidas, a saber, referencialmente.

Convém ainda ressaltarmos que o uso referencial ou atributivo de uma descrição definida, defectiva ou não, emerge das intenções de um falante em uma comunidade linguística. Portanto, os argumentos que Donnellan (1998) aduz contra Russell pressupõem análises de um fenômeno – o uso referencial das descrições definidas por parte de um falante, em proferimentos particulares em um contexto - que, em um sentido estrito, não estaria guiando a teoria russelliana, embora possamos aludir a esse fenômeno dado o enorme poder expressivo da teoria das descrições. E nestas condições, considero difícil examinar como ou em que grau de pertinência as críticas de Donnellan atingem Russell.

De qualquer forma, é importante notar que, de acordo com Russell (1956) enquanto nomes próprios genuínos são expressões referenciais, no sentido de serem objeto-dependentes, descrições definidas não o são. Assim as descrições definidas não são termos singulares, mas antes expressões quantificadas de determinado gênero. Com efeito, então, é possível a alguém compreender uma descrição apesar de não ser satisfeita. Mas não é

35 Tomo por base nesta argumentação algumas passagens do texto de Donnellan (1998, p. 170, 181, 183, 185).

possível, de acordo com Russell, compreender um nome genuíno sem conhecer o seu portador. O que temos então como resultado? Como já ressaltai, nomes próprios comuns, a rigor não são nomes, mas expressões descritivas abreviadas. Daí tratar as descrições como expressões referenciais, em seus usos – ocupando a posição de sujeito dos enunciados em que aparecem – é insistir que estas expressões têm a mesma função semântica que os nomes próprios genuínos, a saber, são objeto-dependentes. Esta é uma situação em que estamos, em linhas gerais, assumindo a tese fregeana dos nomes, à qual Russell quer corrigir em seus aspectos lógicos e semânticos. Mas, é possível assumir, com respeito ao significado dos nomes próprios, concepções como a de Frege, prescindido de análises como as de Russell? Tal questão remete ao esforço do programa descritivista levado a efeito por Searle (1958).

2.4 Os limites do descritivismo revisado

O programa descritivista tem, em Searle um dos seus principais proponentes. Para ele as condições de aplicabilidade dos nomes próprios são definidas por um agregado vago e inespecífico de descrições satisfeito por um objeto³⁶. Neste sentido os nomes não são equivalentes a uma só descrição, antes são como que cabides no qual dependuramos descrições³⁷. O que esta metáfora sugere revela-se na distinção feita por Searle (1958) entre nomes próprios e descrições. Segundo ele, as descrições referem dizendo o que o objeto é, enquanto os nomes próprios referem sem o compromisso de afirmar o que o objeto é³⁸. Daí o nome refere a qualquer objeto que satisfaça um número suficiente, mas vago e inespecífico das descrições que geralmente lhe estão associadas. Portanto, Searle não fala que os nomes são associados a descrições definidas, o que ele fala é que os nomes são associados com características do objeto, e que ao usar o nome o falante deve pressupor a verdade de certos enunciados que envolvem o nome.

Assim, a resposta para a questão “Ao que ou a quem você se refere quando chama por N?” somente será respondida adequadamente se forem estabelecidas as condições de aplicação do nome as quais, como asseverei, estão associados com características do objeto.

³⁶ Searle (1958, p.171) afirma: “Now what I am arguing is that the descriptive force of 'This is Aristotle' is to assert that a sufficient but so far unspecified number of these statements are true of this object. Therefore, referring uses of 'Aristotle' presuppose the existence of an object of whom a sufficient but so far unspecified number of these statements are true.”

³⁷ Afirma Searle (1958, p. 172): “They function not as descriptions, but as pegs on which to hang descriptions”.

³⁸ Afirma Searle (1958, p. 172) “[...] definite descriptions refer only in virtue of the fact that the criteria are not loose in the original sense, for they refer by telling us what the object is. But proper names refer without so far raising the issue of what the object is.”

Nesta perspectiva Searle (1958, p. 168) esclarece:

A menos que nosso estudante já conheça outro nome próprio do objeto, podemos apenas identificar o objeto (a preliminar necessária para ensinar o nome) por ostensão ou descrição; e, em ambos os casos, podemos identificar o objeto em virtude de certas características suas. Parece agora, como se as regras para os nomes próprios precisassem, de algum modo, estar logicamente ligadas a determinadas características do objeto, de tal modo que o nome tivesse um sentido e uma referência. De fato, parece que ele não poderia ter uma referência se não tivesse um sentido, pois, como se o nome não tem um sentido, ele pode estar relacionado com o objeto?³⁹ (Tradução nossa).

Agora, essas condições de aplicação dos nomes estão associadas, então ao seu sentido. O sentido, portanto, é especificado através das descrições definidas. De acordo com Searle (1969, p. 168),

Qualquer um que use um nome próprio deve estar preparado para substituir uma descrição identificadora [...] do objeto para se referir por um nome próprio. Se ele é incapaz de fazer isso, ele está dizendo que não sabe de quem ou do que está falando e esta é uma consideração que nos inclina a dizer que nomes próprios devem ter um sentido e que a descrição identificadora constitui esse sentido⁴⁰. (Tradução nossa).

Contudo, o que quer dizer “descrição identificadora constitui o sentido” não é claro em Searle. É possível que com essa concepção se esteja a defender a substituição do nome pela descrição definida nos enunciados em que o nome aparece, *salva veritate*. Mas também é possível que se esteja a afirmar que descrições definidas definem o sentido do nome próprio, ou mesmo as duas coisas. Searle não é conclusivo neste aspecto.

De qualquer modo, ao que parece, com o seu descritivismo, ele pretende estabelecer que os falantes nos processos comunicacionais possam falar sobre um objeto com o uso de um nome próprio sem precisar discutir ou concordar sobre que propriedades identificadoras constituem a identidade desse objeto. É a noção de vagueza que ele atribui como característica dos nomes próprios. Simultaneamente, afirma Seale, que um falante precisa assumir um número suficiente de pressupostos descritivos sobre, por exemplo, Aristóteles para se referir a

³⁹ No original: But unless our student already knows another proper name of the object, we can only *identify* the object (the necessary preliminary to teaching the name) by ostension or description; and, in both cases, we identify the object in virtue of certain of its characteristics. So now it seems as if the rules for a proper name must somehow be logically tied to particular characteristics of the object in such a way that the name has a sense as well as a reference; indeed, it seems it could not have a reference unless it did have a sense, for how, unless the name has a sense, is it to be correlated with the object? (SEARLE, 1969, 168)

⁴⁰ No original: “Anyone who uses a proper name must be prepared to substitute an identifying description (remembering that identifying descriptions include ostensive presentations) of the object referred to by a proper name. If he were unable to do this, we should say that he did not know whom or what he was talking about, and it is this consideration which inclines us [...] to say that proper names must have a sense, and that the identifying description constitutes that sense” (SEARLE, 1969, 168).

Aristóteles com o nome “Aristóteles”⁴¹. Isto traz alguns problemas, como por exemplo, se tudo que um estudante sabe dizer sobre Aristóteles é que foi o aluno mais famoso de Platão, que foi o autor da *Ética a Nicômaco*, o criador do Liceu, o mestre de Alexandre, o Grande e foi o filósofo que influenciou Santo Tomás de Aquino, ele estaria se referindo a mesma pessoa com o uso do nome “Aristóteles” que seu professor que tem um conhecimento maior sobre Aristóteles? Dúvidas como esta se multiplicam. Suponha que não há um indivíduo que satisfaça certo número de propriedades, então as condições de determinação deste indivíduo ficam enormemente prejudicadas, isto é, o seu nome não refere, é vazio. Por exemplo: para que um falante possa usar com sucesso o nome “Vulcano”, é preciso que ele esteja familiarizado com um feixe de descrições que especifique o objeto referido. Neste caso “o planeta situado entre Mercúrio e o sol”, “O planeta que interfere na órbita de Mercúrio”. Mas, como as descrições do pacote não são satisfeitas não há um uso referencial bem sucedido do nome “Vulcano”.

Na verdade, os elementos do conjunto das descrições as quais está vinculado um dado nome próprio, não é nem pode ser um conjunto fechado. Isto é, tais elementos não precisam nem podem ser todos listados, conforme explicação que Searle (1958, p.171) fornece:

O que estou defendendo é que a força descritiva de ‘isto é Aristóteles’ consiste em asserir que um número suficiente, mas até aqui não especificado, de enunciados são verdadeiras com respeito a esse objeto. Assim, usos referenciais de ‘Aristóteles’ pressupõem a existência de um objeto sobre o qual um número suficiente, mas indeterminado de enunciados seja verdadeiro⁴². (Tradução nossa).

Nestas condições certas dificuldades do descritivismo clássico parecem superadas no descritivismo de Searle (1958). Por exemplo, podemos perguntar ao descritivismo clássico: todas as crenças que o falante associa ao nome são plausíveis na fixação do sentido desse nome –uma espécie de holismo – ou é necessário selecionar algumas dessas crenças, a fim de constituir o feixe de descrições associadas ao nome? Na teoria de Searle, esta questão não se constitui numa objeção séria, já que, de acordo com ele, muitas das descrições associadas ao nome pela comunidade de falantes podem ser acomodadas no pacote (*cluster*). Ainda ao

⁴¹ Isto é pressuposto na seguinte tese de Searle (1950, p.171): “I am suggesting it is a necessary fact that Aristotle has the logical sum, inclusive disjunction, of properties commonly attributed to him: any individual not having at least some of these properties could not be Aristotle”

⁴² No original: Now what I am arguing is that the descriptive force of 'This is Aristotle' is to assert that a sufficient but so far unspecified number of these statements are true of this object. Therefore, referring uses of 'Aristotle' presuppose the existence of an object of whom a sufficient but so far unspecified number of these statements are true. (SEARLE, 1958, p.171).

descriptivismo clássico a seguinte questão é desafiadora: Se nem todas as crenças que estão associadas ao nome são plausíveis, com base em que princípio são selecionadas algumas descrições, a fim de constituir o pacote?⁴³ No descriptivismo de Searle isso não se constitui um desafio importante. A teoria não exige que se escolha uma das muitas descrições possivelmente associadas ao nome para portar a carga referencial, uma vez que, essa carga é suportada pelo pacote. E finalmente a teoria de Searle não exige que todas as descrições no pacote refiram ao portador do nome.

Em geral, acredito que, a intuição fundamental de Searle (1958) é, sem dúvida, correta: os objetos nos são dados de diferentes maneiras. Assim quando uma expressão – um nome próprio ou uma descrição definida – nos dá um objeto, não está determinado que este seja o único modo de individualizá-lo. Daí, a ideia de feixe ou pacote de descrições que, associadas ao objeto, garantiria a sua individualização. O problema é que essa individualização estaria assegurada somente se a descrição definida, tal como acontece com os indexicais e demonstrativos, fosse capaz de referir àquilo que o nome nomeia, da mesma maneira que os demonstrativos referem àquilo que a demonstração demonstra. Entretanto, o que as descrições definidas fazem é apresentar o objeto de uma forma particular – um modo próprio. E este modo se encontra diretamente ligado às experiências e intenções comunicativas do falante ao usar referencialmente uma descrição. Consequentemente, as descrições definidas, isoladas ou em pacotes são, segundo penso, em geral incapazes de constituir conteúdo semântico do nome próprio. Entretanto, ao especificar o objeto referido cumpre uma importante função epistêmica: tornar o falante competente no uso do nome e permitir esclarecer o que é intencionado transmitir. Acredito quanto a este último ponto que formulamos descrições na ausência do objeto descrito quando temos boas razões para acreditar que há um único objeto que satisfaz aquela descrição.

O pano de fundo dessas objeções é a teoria causal da referência. Com efeito, essa teoria nega o modelo descritivo de conteúdo, isto é, rejeita que os nomes próprios precisem da mediação das descrições definidas no cumprimento de sua função semântica, embora suas objeções não alcancem o modelo descritivo de intencionalidade – Kripke chega a afirmar o uso das descrições definidas para fixar a referência. Na seção seguinte, examino essa tese.

43 Uma resposta possível é dizer que não é preciso que haja um princípio único. Pode ser que para cada nome próprio haja uma regra de ordem superior (convencionada implicitamente) que nos diga como escolher as descrições. Entretanto esta solução não é muito precisa. Se a regra for de natureza epistêmica será relativa ao estado cognitivo do falante. Para cada nome próprio o falante escolheria o pacote que determina o sentido do nome. Uma tese assaz questionável, quando a validade de escolha e fixação do pacote. Se a regra for de natureza semântica, seria única e o problema retorna. Finalmente se for de natureza metafísica é precisa firmar que premissas metafísicas justificam escolhas semânticas, o que é igualmente questionável.

2.5 O Millianismo: Superação da tese descritivista?

Sob o nome de millianismo reúne-se um grupo de teses de acordo com as quais os nomes próprios não têm conteúdo descritivo. Isso significa que, diferentemente da tradição fregueana, a função linguística dos nomes próprios é completamente satisfeita no fato dos nomes remeterem a um portador. E não têm outra função que referir a esse portador. Uma consequência possível, mas não necessária, dessa tese é aquela segunda a qual os nomes próprios não precisariam da mediação das descrições definidas no cumprimento de sua função semântica. Refere diretamente. Neste caso, o “diretamente” quer dizer, simplesmente, que o termo vai direto ao referente sem passar por regras ou modos de apresentação; estes mecanismos são irrelevantes para o conteúdo semântico do termo referencial. Contudo é possível assumir posições millianistas com respeito a análise de termos referenciais sem comprometer-se com a referência direta. Por exemplo, se a análise feita por Kaplan (1989) das expressões indexicais estiver correta, estas expressões são notadamente millianista, mas não de referência direta, pois de acordo com Kaplan têm significado e sistema de regras que determinam a referência no contexto. O mesmo não ocorre com relação a sua concepção semântica dos nomes próprios que para ele não tem conteúdo descritivo⁴⁴.

O modelo milliano de explicação do caráter referencial dos nomes próprios remete à tese de Mill (1979, p.101). Segundo ele,

Nomes próprios não são conotativos; eles denotam os indivíduos que são chamados por eles, mas não indicam ou implicam qualquer atributo como pertencentes a estes indivíduos. [...] nomes próprios estão associados aos objetos em si mesmos e não são dependentes da continuidade de atributo do objeto.

O que captura a ideia segundo a qual o nome designa o objeto. Nesta linha de pensamento, enunciados que contêm nomes próprios expressariam proposições singulares. Diferente, portanto, da tese descritivista, segundo a qual numa proposição como “N é F”, o valor semântico de “N” é determinado pela informação que se encontra associada, ou transmitida por “N”. Assim, a função semântica de “N” se cumpre através da mediação do modo de apresentação, isto é, um mecanismo ou procedimento semanticamente associado a “N” que determina a conexão entre “N” e o objeto, em virtude do objeto satisfazer certas

⁴⁴ Sobre a distinção entre millianismo, referência direta e o descritivismo consultar, Kaplan (1989), Kripke, (1979), Marti (1995).

condições.

Temos então um desacordo entre o millianismo e o fregeanismo acerca do valor semântico dos nomes próprios.

As diretrizes básicas desse desacordo entre millianos e fregeanos encontram-se na teoria causal de referência de Saul Kripke (1980).

A teoria causal afirma o seguinte, quanto ao caráter referencial do nome: Um falante, usando um nome N, em uma ocasião particular, denota algum indivíduo x, se existe uma cadeia causal de preservação da referência, que partiu do batismo inicial - na presença do objeto - e a qual determinará x como o portador do nome N. Através de um processo gradual, o nome é transmitido, preservando sempre a referência original. Assim, qualquer uso do nome N designa um objeto/indivíduo em virtude da sua ligação, através de cadeia causal, a esse objeto/indivíduo.

A teoria então responde a duas questões: como explicar a introdução de um nome N para um objeto/indivíduo x? E como ocorre a transmissão desse nome N dentro da comunidade linguística? A primeira questão remete à tese da fixação da referência; e a segunda, à sua transmissão. Por exemplo, como explicar a introdução, em nossa linguagem, do nome “Quine”? De acordo com a teoria causal, esse nome remete a um evento formal ou informal que fixou, na presença do indivíduo, para ele, o nome “Quine”. A partir de então, Quine é o portador do nome “Quine”. A referência foi fixada. Mas como explicar que outros que não foram testemunhas desse evento perceptual de fixação da referência possam usar o nome para designar Quine? Kripke (1980, p.96) explica: ”Quando um nome é “passado de elo em elo” o receptor do nome tem, eu penso, de intencionar, quando ele o aprende, a usá-lo com a mesma referência com que o homem, de quem ele ouviu o nome, o usou.”⁴⁵

Assim, dentro da comunidade linguística, os que usam o nome “Quine” acrescentam um novo elo dentro da cadeia causal, sem a necessidade da presença do indivíduo, porque estão ligados a ele pela rede causal. É a transmissão da referência. Neste sentido Kripke (1980, p.91-92) explica:

Alguém nasce, digamos um bebê, seus pais o chama por certo nome. Fala dele aos seus amigos. Outras pessoas o conhece. Através de distintas espécies de discurso o nome vai se espalhando de elo em elo como se tratasse de uma cadeia. Um falante que se encontre ao final dessa cadeia e ao qual tenha ouvido falar, por exemplo, de Richard Feynman, no mercado ou em outra parte, pode referir-se a Richard Feynman, mesmo que não possa recordar quem lhe falou pela primeira vez de Richard Feynman

45 No original: “When the name is ‘passed from link to link’ the receiver of the name must, I think, intend when he learns it to use it with the same reference as the man from whom he heard it.” (KRIPKE, 1980, p.96)

ou de quem ouviu falar alguma vez de Feynman. Ele sabe que Feynman foi um físico famoso. Determinada transmissão de comunicação, que conduz em último termo até o homem mesmo, chega ao falante. Ele então se refere a Feynman apesar de não poder identificá-lo.⁴⁶ (Tradução nossa)

Assim, Kripke (1980) acredita que o falante *x*, em uma comunidade linguística *C*, ao proferir um nome *N*, preserva a referência da origem. Isto é, prescindindo do contato original com o objeto, o falante cumpre a intenção de usar o nome *N*, preservando a referência fixada na origem, transmitida na cadeia de comunicação. Estas condições definem a teoria causal dos nomes de Kripke e se constituem em modelo alternativo ao descritivismo do conteúdo semântico.

O descritivismo do conteúdo ou valor semântico é o modelo segundo o qual nomes próprios são sinônimos de descrições definidas e Kripke atribui este modelo a Frege e Russell. Suas objeções ao modelo descritivista assim compreendido, apoia-se na tese de que nomes próprios, como expressões referenciais, são designadores rígidos.

Em *Naming and Necessity* (1980) Kripke apresenta várias objeções ao modelo descritivista de conteúdo, irei salientar três tipos de argumentos contra este modelo, justificado pelo fato de prestarem apoio à tese rigidez semântico dos nomes próprios: o argumento semântico, o argumento epistêmico e, particularmente, o argumento modal.

O argumento semântico assevera o seguinte: um falante *x* profere o nome “Mateus”, o qual se encontra associado à descrição “O autor do primeiro evangelho” que vincula o nome ao portador. Porém, o uso do nome vinculado a essa descrição é equivocado, porque, na verdade, Marcos é o autor do primeiro evangelho. Portanto, todas as vezes que o falante *x* profere o nome “Mateus” com a intenção de se referir ao “O autor do primeiro evangelho”, a descrição sempre remeterá a Marcos. Neste caso, o referente do nome “Mateus” não é especificado pela descrição costumeiramente a ele associado. Em geral, um conjunto de descrições que se vincula a um nome é completamente ineficaz em especificar o referente, porque, depois de tudo não sabemos se esse conjunto é capaz de selecionar o único objeto intencionado. Além do mais, uma pessoa, por exemplo, que não conheça as teorias de Einstein e, portanto, não seja capaz de prover qualquer descrição satisfeita unicamente por ele, pode, ainda assim, usar o nome “Einstein” para se referir ao famoso Físico.

46 No original: Someone, let's say, a baby, is born; his parents call him by a certain name. They talk about him to their friends. Other people meet him. Through various sorts of talk the name is spread from link to link as if by a chain. A speaker who is on the far end of this chain, who has heard about, say Richard Feynman, in the marketplace or elsewhere, may be referring to Richard Feynman even though he can't remember from whom he ever heard of Feynman. He knows that Feynman was a famous physicist. A certain passage reaching ultimately to the man himself does reach the speaker. He then is referring to Feynman even though he can't identify him uniquely. (KRIPKE, 1980, p. 91)

O que ocorre é que há um deslize semântico todas as vezes que o falante usa um pacote de descrições associadas a um nome, para determinar um almejado indivíduo, já que as descrições poderão, na verdade, contemplar um indivíduo não referido. Isso decorre da própria natureza da descrição: ela resulta sempre da disposição do falante em fazer certas associações às quais nem sempre são semanticamente relevantes.

O argumento epistêmico é o seguinte: seja a descrição “O autor do primeiro evangelho” usada para vincular o nome “Mateus” ao homem Mateus, conforme exige o modelo descritivista. Seja ainda essa vinculação justificada por uma relação de sinonímia entre o nome e a descrição. Neste caso um falante saberia, *a priori*, que “Mateus é o autor do primeiro evangelho” da mesma forma que é conhecido, *a priori*, que “O autor do primeiro evangelho é o autor do primeiro evangelho”. Entretanto, a informação de que Mateus é o autor do primeiro evangelho é francamente de natureza empírica *a posteriori*. E, como tal, revista a partir das descobertas arqueológicas dos manuscritos do Mar Morto em 1945. Logo o valor semântico de enunciados contendo “Mateus” não é o mesmo que o valor semântico de enunciados contendo a descrição “O autor do primeiro evangelho”. Em outras palavras a situação epistêmica de enunciados contendo nomes é diferente da situação epistêmica do enunciado contendo a descrição vinculada ao nome.

Finalmente, o argumento modal, o mais contundente em mostrar que o valor semântico do nome não pode ser dado em termos do modo de apresentação a ele vinculado. O raciocínio é o seguinte: Consideremos o nome “Aristóteles” usado para se referir ao famoso filósofo grego nascido em Estagira no século V a.C. Consideremos ainda as propriedades que os falantes associam ao nome “Aristóteles” em uma ocasião particular, a saber, “O criador da lógica silogística” e “O Aluno mais famoso de Platão” e “O fundador do Liceu”, e “O mestre de Alexandre, o Grande”. Estas propriedades são usadas como critério para identidade de Aristóteles. Chamemos de F o conjunto dessas características associadas ao nome “Aristóteles”. Nestas condições alguém é Aristóteles se e somente se for portador de F. As descrições funcionam como sinônimos do nome “Aristóteles”. Portanto, a proposição “Aristóteles é o portador de F” se constitui numa verdade necessária — verdadeira em todos os mundos possíveis. Mas ocorre que Aristóteles poderia não ter nenhuma das propriedades a ele associadas. É um fato contingente que Aristóteles tenha sido “O criador da lógica silogística” e “O aluno mais famoso de Platão” e “O fundador do Liceu” e “O mestre de Alexandre, o Grande”. Portanto a proposição “Aristóteles é o portador de F” expressa uma verdade contingente. Logo o conteúdo ou valor semântico de nome próprio não pode ser dado em termos de modo de apresentação, em particular, o significado do nome “Aristóteles” não

pode ser dado em termos descritivos, os quais apresentam atributos contingentes de Aristóteles.

A intuição por trás do argumento é que nomes próprios continuam a se referir a mesma pessoa com respeito aos mundos possíveis nos quais o indivíduo deixa de ter algumas das propriedades com as quais o identificamos; contudo, isso não pode incluir as propriedades essenciais que ele possui em todos os mundos possíveis. Os nomes próprios são assim designadores rígidos. O nome “Aristóteles” continua a se referir a Aristóteles, mesmo numa situação contrafactual em que ele não tenha nenhuma das descrições F.

Esta característica dos nomes próprios os diferencia das descrições definidas. Tomemos, por exemplo, a descrição “O mestre de Alexandre”. A proposição que “O mestre de Alexandre é o autor da lógica silogística” é verdadeira em um mundo possível qualquer w_i se e somente se existe um indivíduo x que foi “O mestre de Alexandre” em w_i e esta pessoa foi “O autor da lógica silogística”. Desde que é possível que diferentes pessoas poderiam ter sido “O mestre de Alexandre”, em diferentes mundos, a descrição “O mestre de Alexandre” não é rígida. A noção de rigidez envolve, portanto, avaliar a expressão com respeito a outras situações possíveis.

Kripke (1980) estabelece uma distinção entre o uso das descrições definidas como valor semântico dos nomes próprios e como meios para fixar a referência. Esta distinção é um ponto chave para a compreensão da sua crítica ao descritivismo. Diz ele (1980, p.50):

Deixe-me dizer [...] que há dois modos pelos quais a teoria do pacote de conceitos ou a teoria que requer uma descrição única, pode ser vista: um modo de considerar é dizer que a teoria do pacote ou da descrição única, atualmente, dá o significado do nome; e quando alguém diz ‘Walter Scott’, ele significa ‘o homem tal e tal’. Agora, outra visão pode ser que, embora, a descrição em algum sentido não dê o significado do nome, é ele que determina sua referência e, embora, a frase ‘Walter Scott’ não seja sinônimo com ‘o homem tal e tal’ ou mesmo ainda com a família (se alguma coisa pode ser sinônimo com uma família), a família ou a descrição única é o que é usado para determinar a quem alguém está se referindo quando diz ‘Walter Scott’.⁴⁷
(Tradução nossa)

Temos então, de acordo com Kripke, dois modelos indicadores do uso das descrições definidas: sob o primeiro modelo é designado o conteúdo semântico do nome próprio,

47 No original: Let me say [...] that there are two ways in which the cluster concept theory, or even the theory which requires a single description, can be viewed. One way of regarding it says that the cluster or the single description actually gives the meaning of the name; and when someone says ‘Walter Scott’, he means the man such that such and such and such. Now another view might be that even though the description in some sense doesn’t give the meaning of the name, it is what determines its reference and although the phrase ‘Walter Scott’ isn’t synonymous with ‘the man such that such and such and such and such, or even maybe with the family (if something can be synonymous with a family), the family or the single description is what is used to determine to whom someone is referring when he say ‘Walter Scott’. (KRIPKE, 1980, p. 50).

conforme já indiquei; e sob o segundo, é fixada a referência. Ademais, esse último modelo responde a seguinte questão: em virtude de que um termo tem o referente que tem? A resposta é que este termo encontra-se associado a uma descrição ou a um feixe ou família de descrições que podem satisfazer a uma entidade a qual conta então como referente do termo. É o chamado modelo descritivista de referência. Já o problema com o descritivismo do conteúdo semântico é que estabelece de acordo com Kripke (1980), uma relação de sinonímia entre nomes próprios e descrições.

Para Kripke nomes próprios não são sinônimos de descrições definidas⁴⁸. Nomes próprios, ao contrário das descrições definidas, são designadores rígidos⁴⁹. O argumento, apresentado por Kripke, do comprimento da barra de platina em Paris para definir um metro é exemplar a este respeito. O argumento tem alvo certo, a saber, a teoria do significado – sinonímia - dos nomes de Frege e Russell. Uma barra de platina em Paris, de um metro de comprimento, serve de padrão para um metro. Neste caso, alguém poderia dizer que “O comprimento da barra de platina em Paris” define “um metro”. Se esta definição dá o significado de “um metro” ou “um metro” é sinônimo daquela descrição, então o enunciado “Um metro é o comprimento da barra de platina em Paris” é uma verdade necessária. Imaginemos uma situação em que aquela barra submetida a forças de tensão e dilatação passe a medir um metro e três centímetros. Neste caso o comprimento da barra de platina em Paris não pode ser sinônimo de “um metro”. Entretanto, não existe conflito, diz Kripke, entre o enunciado contrafactual “Um metro é o comprimento da barra de platina de um metro e três centímetros em Paris”, porque o comprimento da barra de platina define “um metro”, mas não é sinônimo de “um metro”. A definição apenas determina ou fixa que “o comprimento da barra de platina em Paris” identifica “um metro”. E “um metro” é um designador rígido enquanto “O comprimento da barra de Platina em Paris” não. Assim “um metro” designa rigidamente um comprimento, que no mundo atual é o comprimento da barra de platina de Paris. Em outras situações contrafactuais, a barra de platina de Paris pode ter outros comprimentos, e ainda assim “um metro” continua designando rigidamente um comprimento.

Nestas condições, se os nomes próprios fossem sinônimos das descrições definidas co-referenciais, seriam expressões designativas não-rígidas. Mas afirmar que nomes próprios são

⁴⁸ A rigor não se pode atribuir esta relação de sinonímia a Frege. Ao que parece a análise que Kripke faz de Frege sobre os nomes próprios e as descrições definidas concentrou-se na discutida nota rodapé em “Sobre o sentido e a referência” (2009, p.132. nota 14), e não considerou outras observações de Frege sobre a diferença de sentido entre nomes próprios e descrições identificadoras do mesmo referente (conforme observado por SCHIRN, 2008, p.30). Também parece inapropriado atribuir esta relação de sinonímia a Russell, pois segundo ele descrições definidas não tem sentido.

⁴⁹ O problema das descrições definidas que designam rigidamente remeto à análise no próximo capítulo.

expressões designativas não rígidas tem efeitos problemáticos para a semântica da quantificação da lógica modal –tratarei desse tema no próximo capítulo. De qualquer maneira, acredito que se a quantificação da lógica modal respalda a ideia de que nomes próprios são designadores rígidos, afirmar a tese descritivista do conteúdo semântico é bastante problemático, Kripke o demonstrou.

Penso que se deva observar ainda que a tese da rigidez dos nomes não implica que todos os modelos descritivistas de conteúdo semântico daquelas expressões sejam falsas. Uma descrição como “O atual autor de *Word and Object*” pode designar rigidamente Quine, tomando o termo “atual” como um indexical que indica o mundo como contexto. Portanto, um enunciado contendo o nome “Quine” e outro distinto daquele por conter a descrição definida prefixada pelo termo “Atual”, não difere em conteúdo –Tratarei este tema de maneira acurada no próximo capítulo. Ao que parece a tese da rigidez dos nomes é incompatível somente com a hipótese de que o conteúdo semântico dos nomes pode ser dado por descrições definidas que expressam o que alguém sabe em virtude do uso competente daquela expressão, caso em que, enunciados contendo nomes próprios expressariam proposições gerais.

Mas, a tese da rigidez dos nomes próprios, da qual decorre o argumento modal, não implica na refutação de todo modelo descritivista do conteúdo semântico. Tudo que a tese da rigidez afirma é que o proferimento de um enunciado P, contendo nomes próprios, e o proferimento de um enunciado Q, o qual difere de P por conter descrições não-rígidas no lugar ocupado pelos nomes próprios, diferem em conteúdo. No caso em que o enunciado P, contendo um nome próprio e o enunciado Q contendo uma descrição definida rígida no lugar, em P, ocupado por um nome próprio, tal que P e Q não diferem em conteúdo, a tese se mantém. Kripke concordaria, por exemplo, que o nome “2” e a descrição co-referencial “O menor número primo”, designam rigidamente o mesmo objeto, a saber, o número 2. O comportamento lógico em contextos modais da descrição é o mesmo que o do nome “2”.

Finalmente, parece-me que a teoria causal dos nomes sugerida como alternativa ao modelo descritivista é notadamente pouco precisa. A rigor ignora a descrição identificadora e defende que a referência do nome é alcançado através da chamada “cadeia causal de comunicação”. Evans (2007, p. 532) observa que essa explicação não considera a importância do contexto próximo e toma a referência como algo mágico que, uma vez tendo sido estabelecido no passado, não pode mudar. Mas é sabido que mudanças de nomes ocorrem e, em geral, não estamos em condições de reconstruir completamente a cadeia de comunicação, descrita por Kripke, até o membro inicial. Além disso, não é claro como um nome é passado de um membro para outro na mencionada cadeia. Com efeito, posso dizer que a cadeia causal

de comunicação que subsiste para um dado nome não é garantia de preservação da referência inicial desse nome. Se através de uma cadeia de comunicação nos chegou o nome “Feynman”, mas nunca vimos sua pessoa, nem sequer em fotografia, não poderíamos diferenciá-lo de Gell-Mann (o ganhador do prêmio Nobel de Física de 1969), mesmo que, em outra situação, chegar para mim a informação nova que Feynman é um físico famoso, não terei, com base unicamente na cadeia de comunicação, como distinguir ambos os referentes dos nomes. Assim, ao que parece, a cadeia de comunicação não garante a referência precisa do nome de forma alguma. Finalmente lembro um exemplo dado por Evans (2007, p. 534) que contraria a teoria causal dos nomes como a adequada na explicação do uso referencial dessas expressões: Evans diz que “Madagascar” era um nome usado pelos nativos para uma parte da África. Marco Polo acreditou erroneamente que estava seguindo o uso dos nativos ao aplicar o nome “Madagascar” a uma ilha.⁵⁰ . Kripke trata desse exemplo em *Naming and Necessity*, (1980, adendo “e”, p.159) mas é inconclusivo. Reconhece a exigência de uma análise mais precisa do tema ainda que arrisque admitir que a cadeia de comunicação pode sofrer desvios.

Assim em muitos pontos a teoria causal dos nomes de Kripke falha em plausibilidade, tanto quanto os argumentos contra o descritivismo, sobretudo o argumento modal, falha em sua pretensa refutação desse modelo.

2.6 Considerações sobre o capítulo

Em geral tenho assumido neste capítulo que os dois grandes modelos de explicação para o comportamento semântico dos nomes próprios, a saber, o descritivismo e o millianismo, em particular, a teoria causal da referência de Kripke, não oferecem alternativas satisfatórias de explicação do mecanismo referencial singular dessas expressões, bem como o papel que tem o contexto nesse processo. No capítulo 2 oferecerei um modelo que permite contemplar de maneira plausível estas duas exigências.

A questão de saber se o conteúdo semântico dos nomes próprios se esgota em seu referente permitiu examinar os modelos mencionados oferecendo um pano de fundo para a discussão subsequente a respeito do modelo metalinguístico. Assim este capítulo constitui-se basicamente numa revisão crítica da literatura filosófica sobre a questão tratada.

⁵⁰ De acordo com Evans (2007, p. 534), “Change of denotation is similarly decisive against the Causal Theory of Names. Not only are change of denotation imaginable, but it appears that they actually occurs. We learn from Issac Taylor’s *Names and Their History* (1898): “ ‘In the case of ‘Madagascar’ a hearsay report of Malay or Arab sailors misunderstood by Marco Polo[...] has had the effect of transferring a corrupt form of the name of a portion of the African mainland to the great African Island””.

No tocante ao modelo descritivista argumentei no sentido de demonstrar algumas imprecisões da teoria fregeana dos nomes próprios, sobretudo a sua tese, de acordo com a qual, o sentido determina a referência e o caso do valor de verdade dos enunciados em que comparecem os chamados nomes vazios. Para salientar a importância da abordagem metalinguística que defendo, voltarei a discutir estas imprecisões da teoria fregeana, em particular sua noção de sentido, no próximo capítulo. Ademais, apresentei a teoria russelliana dos nomes procurando demonstrar suas ambivalências. Neste ponto reporte-me ao descritivismo de feixes a partir da tese de John Searle. A rigor essas análises permitiram-me concluir o seguinte: se considerarmos o modelo descritivista a partir da teoria dos nomes próprios de Frege, salientando que as teses subsequentes são esforços de corrigir discrepâncias dessa teoria, então o descritivismo, assim caracterizado, não se encontra numa situação melhor do que aquela que decorre da teoria de Frege. E um ponto fundamental que favorece essa conclusão é a problemática noção de sentido –será que não poderíamos indicar a noção de sentido por meio de uma regra linguística?– e a própria noção de modelo descritivista de conteúdo semântico. Procurei caracterizar como elemento comum das várias abordagens descritivistas exatamente esse aspecto. A meu ver o que marca o descritivismo é a defesa da hipótese segundo a qual o conteúdo semântico dos nomes próprios é dado por uma descrição definida que fixa o seu referente. No capítulo 2 volto a discutir este ponto na perspectiva de fundar a abordagem metalinguística como forma peculiar do modelo descritivista de conteúdo dos nomes próprios.

Agora, quanto ao modelo kripkeano, procurei tornar claro que não pode resolver todos os problemas com que ele caracteriza o descritivismo. Sobretudo, porque se apoia numa discutida compreensão do descritivismo segundo a qual este se caracterizaria na defesa da sinonímia entre nomes próprios e descrições definidas. O que parece não corresponder à tese dos nomes próprios de Frege, muito menos de Russell. Além disso, o argumento modal, conforme procurei evidenciar, bem sucedido em seu ataque a uma abordagem do descritivismo, a saber, aquela que considera as descrições definidas como termos gerais e assumindo que o conteúdo semântico dos nomes próprios pode ser dado dessa forma, mas o argumento, apoiado na ideia da rigidez semântica dos nomes próprios, não se constitui numa refutação de todos os modelos descritivistas do conteúdo.

Acredito assim, que o problema relativo ao milianismo é que ele parece excluir da língua os nomes próprios. Eles são excepcionais, por não ter sentido ou conotação. A vantagem da tese metalinguística é precisamente de reintroduzir os nomes próprios na língua.

Nesta perspectiva demonstro que a tese metalinguística provê os nomes próprios de uma

propriedade geral que os caracteriza como expressões lexicais, semanticamente abertas, no sentido de reunir sob esta propriedade todas as possibilidades de seu uso referencial singular pelos falantes. Esta propriedade geral tipo (*Type*) define o valor semântico do nome próprio. Contudo, não obstante as dificuldades do modelo kripkeano, envolvendo suas objeções dos descritivismo e a sua teoria causal da referência, há uma tese de Kripke que procurarei preservar: aquela que concebe os nomes próprios como designadores rígidos, em particular, designadores rígidos *de jure*. No capítulo 2 examinarei o argumento de Kripke em favor dessa tese. O problema é que o argumento que mostra que os nomes são designadores rígidos *de jure* parece também mostrar que eles não têm conteúdo descritivo. Portanto o desafio é demonstrar que a abordagem metalinguística que proponho é perfeitamente compatível ou preserva os nomes próprios como designadores rígidos *de jure*. Ademais tem algumas vantagens importantes, quando orienta a resposta à questão acerca do que é para um termo ser usado como nome próprio.

3 A REFERÊNCIA E A TESE METALINGUÍSTICA

Neste capítulo, proponho uma variante da tese metalinguística para o significado dos nomes próprios. Um nome próprio denota a classe de todos aqueles indivíduos para os quais o nome tem sido dado; em outras palavras, um nome próprio aponta para uma propriedade geral – também designada como propriedade sortal - que qualifica o nome próprio como expressão de um sistema linguístico. Essa propriedade tipo qualifica o nome próprio a ser aplicado significativamente a qualquer número de objetos e é literalmente expresso pela descrição “O atual portador de ‘N’”. Esta propriedade está inserida no quadro das análises desenvolvidas nos últimos anos por Brian Loar (2006), Stephen Schiffer (1978), Kent Bach (1981), Castañeda (1988), Katz (1994), François Recanati (1997) e outros. Mas há insistentes objeções a essa tese. Focalizo aqui as mais contundentes na literatura, a saber, a objeção da circularidade, a objeção da generalidade e a objeção que decorre do argumento modal.

O capítulo, então, se encontra assim configurado: apresento primeiramente a teoria metalinguística, nas suas principais versões (seção 2.1); depois, examino o problema da referência nesta teoria (seção 2.2) para em seguida tratar das objeções que a teoria faz ao millianismo (seção 2.3); na sequência levanto as objeções, consideradas aqui como as mais incisivas à teoria metalinguística e apresento os argumentos em sua defesa (seção 2.4); finalmente, em decorrência da discussão em torno do argumento modal, sustento, contra as versões da teoria metalinguística desenvolvidas nos últimos anos, uma variante desta teoria, que é compatível com a concepção dos nomes próprios como designadores rígidos *de jure* (seção 2.4).

3.1 A teoria metalinguística

Examino nesta seção a teoria metalinguística do valor ou conteúdo semântico dos nomes próprios. Para este fim, apresento as versões mais discutidas na literatura, e por isso mesmo, tomadas aqui como as caracterizadoras da teoria.

O desenvolvimento da teoria milliana da referência, promovida por Nathan Salmon (1982), David Kaplan (1989), Hilary Putnam (1996), Keith Donnellan (1998), Scott Soames (2002) e outros, suscitou um debate profícuo em torno de determinadas questões relativas ao comportamento semântico das expressões da linguagem, como indexicais, demonstrativos, descrições definidas e, sobretudo, nomes próprios. Na esfera dessa discussão compreendo a, assim chamada, tese ou teoria metalinguística dos nomes próprios.

A origem da tese metalinguística remete a um aspecto do descritivismo de Russell (1905). De acordo com ele “nomes abreviam descrições” e descrições não nomeam ou designam coisas, os enunciados que as envolvem têm estrutura lógica que é diferente de sua estrutura gramatical. Por exemplo, o enunciado “O ϕ é G” é capturada pela forma lógica da proposição $(\exists x)(\phi_x \ \& \ (y) (\phi_y \rightarrow y = x) \ \& \ G_x)$. Nesta situação, enunciados envolvendo descrições da coisa, na posição de sujeito, são decomponíveis em funções proposicionais que expressam propriedades das coisas e não têm a função de nomear que Frege afirma ter.

Se esta ideia é correta, o problema da referência dos nomes próprios se transforma no problema da referência das descrições definidas que, por sua vez, destituída dessa função referencial, apenas enuncia as propriedades exemplificadas ou não pelos objetos.

A teoria metalinguística é uma resposta possível ao referencialismo, ao mesmo tempo, não deixa de ser uma nova leitura de certos aspectos da teoria descritivista para os nomes próprios. Talvez, por isso mesmo, e face às progressivas retificações da teoria milliana da referência, a explicação para o comportamento semântico dos nomes próprios, sob a ótica da teoria metalinguística, apesar de correta — ao menos é o que aqui defendo — tenha sido sujeita a contínuas rejeições, constituindo-se numa tese minoritária na discussão.

Em linhas gerais, a teoria propõe uma relação entre o nome próprio e uma descrição que faz menção ao nome. Neste sentido estrito penso que podemos compreender que o nome próprio abrevia aquela descrição definida. Trata-se, portanto de uma relação em que uma expressão linguística é objeto de análise em outra expressão linguística que o menciona. Temos assim a teoria caracterizada como metalinguística.

Vigora em apoio à teoria a distinção que faço entre característica da linguagem e característica do uso da linguagem; o significado linguístico de um enunciado e o que é comunicado pelo proferimento sincero e literal desse mesmo enunciado. O valor semântico ao nome é a regra linguística representada pela descrição definida que menciona o nome e que constitui o seu conteúdo léxico fundamental. Em resumo, um falante S refere-se a um particular x , ao proferir “N”, antes de tudo porque o nome próprio “N” tem um valor semântico nos termos da regra linguística que explica o seu poder referencial.

Como já ressaltado esta regra diz exatamente que um nome próprio é semanticamente equivalente a uma descrição que o menciona. Tal descrição varia conforme as especificidades aduzidas para a teoria. Por exemplo, para Loar (2006, p. 512), “[...] o significado convencional de um nome N em certo grupo de falantes [...] é o mesmo que o significado convencional da descrição definida ‘A coisa ou a pessoa chamada N’”; para Bach (1994), o nome N significa “O portador de ‘N’”; Para Katz (1994), o sentido de um nome próprio ‘N’

tem a forma “A coisa a qual é o portador de ‘N’”; para Kneale (1962), o nome N significa “O indivíduo chamado ‘N’”.

Mas, apesar de todas as teorias metalinguísticas explicarem o significado dos nomes próprios, em termos desse significado literal, diferem entre si quanto ao entendimento da descrição que funciona como significado literal. Kneale (1962), por exemplo, sugere com a descrição “O indivíduo chamado ‘N’”, uma relação entre o nome e uma propriedade real do portador, tal que somente essa propriedade é capaz de satisfazer à exigência fregeana de determinação de referência, embora não seja informativa. Para Loar (2006, p. 526), a relação não envolve a rigor a existência de propriedades reais, mas uma regra de uso causalmente fixada, que ele formula em termos de “ser chamado N”: x é o referente para o uso geral de N tanto por aqueles que estão na origem do uso referencial de N como por aqueles que atualmente são os utilizadores potenciais desse uso de N para se referir a x. São eles que sustentam e garantem o uso referencial de N. Para Bach (1994) aquela descrição é semanticamente equivalente ao nome mencionado, e invoca apenas uma relação nominal com quem porta o nome. Katz (1994) tem uma ideia semelhante, embora tome a descrição “a coisa que é o portador de N” como constitutiva do sentido do nome. Bach (1994) não invoca a noção de sentido.

Mas o que justifica, em linhas gerais, essa tese metalinguística? Inicialmente é importante destacar que a tese compartilha da pressuposição básica de toda teoria do significado: o significado de uma expressão da linguagem não é um fato bruto. Por exemplo, não é um fato bruto que a palavra “Cavalo” signifique Cavalo, nem que a palavra “proton” signifique próton. A questão, portanto é: que fatos dão a uma expressão da linguagem o seu valor semântico? No caso dos nomes próprios, que fatos fazem com que um nome próprio particular usado por um falante num determinado contexto, tenha o valor semântico que tem? Há então os que respondem asseverando que os objetos, propriedades e relações do mundo determinam o valor semântico das expressões. E há os que defendem que as expressões da linguagem têm seu valor semântico alicerçado no pensamento, isto é, as coisas que pensamos determinam o significado das expressões. Conforme apresentado no capítulo anterior a divergência entre estas respostas torna-se mais acirrada quando aplicada aos nomes próprios. A tese metalinguística dirige-se ao problema do valor semântico dos nomes próprios afirmando que o significado dos nomes próprios é superveniente, isto é, decorre de uma regra linguística. E, como parte de um sistema linguístico, nomes próprios são como diz Castañeda (1989, p.37), “variáveis sortais”. O que significa dizer, um nome próprio denota simplesmente a classe de todos aqueles indivíduos para os quais o nome tem sido dado; em outras palavras,

um nome próprio aponta para uma propriedade geral da forma “ser chamado tal e tal”, ou “o portador de N”.

Acredito que é preciso ainda explorar as possibilidades que esta visão metalinguística oferece à explicitação dos aspectos pragmáticos e semânticos dos nomes próprios, tais como, o problema da referência singular e da co-referência, o fato de um número massivo de objetos/indivíduos do mundo poder partilhar o mesmo ou diferentes nomes e explicar como enunciados contendo nomes próprios envolvem referência singular.

Neste sentido, compreendo que os nomes próprios, como parte de um sistema linguístico, podem aplicar-se a qualquer número de objeto/indivíduos; a classe dos indivíduos denotados pelo nome instancia ou exemplifica a propriedade tipo “O portador de ‘N’” que invoca uma relação nominal entre o nome e o seu portador e não transmite qualquer informação acerca dele, exceto que é o portador do nome. Neste caso, à única relação que se pode fixar entre o nome e a propriedade descrita “O Portador de N” é intralinguística.

Nesta condição, a propriedade é transmitida o valor semântico do nome citado. Consideremos, por exemplo, as frases (11) a (13) abaixo:

(11) “Cícero” tem seis letras

(12) “Incipiente” é um adjetivo

(13) “Sócrates” significa “O portador de “Sócrates””.

Em cada caso, o predicado se aplica a um objeto linguístico. Fala acerca da expressão linguística. Noutras palavras, toma as expressões que ocorrem entre aspas nestas frases como sendo mencionadas antes que usadas. No caso que aqui interessa, exemplificado na frase (13), é dito que entre o nome e a descrição que o menciona vigora uma relação de equivalência semântica a qual especifica o valor semântico do nome.

Portanto, uma análise do comportamento semântico dos nomes próprios, em termos metalinguísticos, tem por fundamento o seguinte: Um nome “N” significa literalmente “O portador de ‘N’”, isto é, um nome “N” abrevia uma propriedade geral da forma “O portador de ‘N’”.

Isso suscita a seguinte questão: o que podemos saber acerca de Aristóteles ou Einstein em virtude exclusivamente de seus nomes? “nada”, exceto quando seu uso é não literal. Mas sob a perspectiva do meu tratamento da tese metalinguística, o uso não literal do nome é uma ocorrência de um ato de fala metafórico. Por exemplo, é possível usar o nome “Einstein” para se referir a Pedro, querendo, com isso qualificá-lo como pessoa muito inteligente em um

enunciado como “No exame Pedro revelou-se um Einstein”. Nestes casos então o nome transmite alguma informação, no entanto é um equívoco tomar tais usos comunicacionais como constitutivo do valor semântico do nome próprio. Tais usos atendem a um requisito do contexto e o nome próprio é livre para transmitir qualquer informação ao operar em um enunciado proferido no contexto de um ato de fala. Como parte do sistema linguístico o que conta como valor semântico do nome próprio é o fato de se constituir na expressão de uma propriedade tipo, que reúne ou unifica, como num arquivo, todos os possíveis usos dos nomes segundo o contexto, as crenças e as informações do falante. Neste sentido enquanto expressão linguística o nome próprio não é um termo singular, como mencionei, trata-se de “uma variável sortal”.

A esse respeito dois pontos precisam ser esclarecidos: o primeiro deles é que esta concepção pressupõe a distinção entre o uso e as regras da linguagem; o segundo é que a análise metalinguística dos nomes próprios não é uma teoria da referência, no sentido de que não tem como objetivo central fornecer resposta à seguinte questão: quais são as condições necessárias e suficientes para que um indivíduo P, através de um nome N, se refira a um objeto x?

De fato, as regras da linguagem estão situadas no nível-tipo, constituídas pelas normas semânticas e sintáticas. Já as características de uso da linguagem estão sujeitas às vicissitudes inerentes ao que é dito num certo contexto por certo falante. São os *tokens* linguísticos. A relação entre as regras e o seu uso efetivo no que é dito é um problema à parte nesta discussão em torno dos nomes próprios. De qualquer maneira, é importante ressaltarmos, para os fins pretendidos nesse estudo, que a distinção entre regras linguísticas e uso efetivo é fundamental em teoria da comunicação. A ideia de significado natural e significado não natural é decisivo em trabalhos como o de Grice (1975) e Searle (1958; 1969); a concepção de que é possível que um enunciado diga mais do que o literalmente expresso encontra respaldo nas motivações cognitivas do falante e no impacto cognitivo sobre o ouvinte, das crenças e desejos que o falante imprime ao que é dito. Sem dúvida, estes resultados, por assim dizer, não podem ser desconsiderados em uma análise semântica, seja dos nomes próprios, seja dos termos gerais.

Assim, chegamos ao segundo ponto, a saber, a concepção metalinguística não é uma teoria da referência. Remeto a justificativa dessa concepção à seção seguinte.

3.2 A referência dos nomes próprios na teoria metalinguística

Em geral o que em filosofia da linguagem é chamado de referencialismo é a tese que

promove o referente de uma expressão nomeadora, seja um nome próprio, uma descrição definida, um demonstrativo ou ainda um indexical, à condição de constituinte fundamental do seu conteúdo semântico. Ocorre que essa tese é uma resposta a um problema fundamental em filosofia da linguagem, a saber, como uma expressão linguística nos conecta a algo no mundo? Em particular, como explicar que o nome próprio nos conecte a algo no mundo? A questão e a sua resposta, traduzida no referencialismo, com relação aos nomes próprios não deixa de ser embaraçosa, pois cria uma série de outras questões igualmente complexas como, por exemplo, o problema do significado dos nomes próprios sem referentes, os chamados nomes vazios, o problema de definir o caráter proposicional de enunciados que contém estas expressões. Alguns teóricos, como por exemplo, Strawson (1950), Kripke (1980), assumem que o referir é um fenômeno particular extralinguístico e o referente é o que está fora da rede linguística, é o objeto a que o nome próprio está associado na forma de seu conteúdo semântico. Penso que o exame da relação entre nomes próprios e objetos por eles nomeados, isto é, a conexão nome-mundo, não pode prescindir da distinção entre essas noções fundamentais.

A princípio compreendo que referir não é uma peculiaridade dos nomes próprios. É possível fazê-lo com indexicais, figuras, e muitos outros códigos convencionalmente estabelecidos. E em todos estes casos o ponto comum, seguindo aqui Geurts (1997), é que alguma associação é feita entre o nome e o seu portador, logo, referir é uma ação interna do falante, neste sentido incorpora elementos contextuais e psicológicos. Mas se o ato de referir é extralinguístico, não o pode ser o referente.

Por referente entendo o interpretante a que o signo, em particular, o nome próprio remete⁵¹. Consideremos por exemplo o nome “Pelé”. Como signo, o nome representa um objeto, não em sua totalidade – talvez nem a mãe de Pelé o conhecesse assim! – mas em relação a um quadro de referência que contém os aspectos perceptuais, as crenças, as atitudes e o contexto do falante que, com o uso do nome, quer indicar a pessoa Pelé. Mas para que o falante cumpra seu objetivo ele deverá conhecer um conjunto de fatos em relação a Pelé - sempre de acordo com um quadro de referência - e, tais fatos são representados no signo a partir do qual o falante apreenderá aspectos do objeto. Portanto, um signo (nome próprio)

⁵¹ Adoto no decorrer de minha análise do conceito de referente o conceito pierceano de “interpretante”. Com efeito, de acordo com Pierce (1995) “Um signo ou representamen, é uma coisa qualquer que está para alguém em lugar de outra coisa qualquer sob um aspecto ou a um título qualquer. Dirige-se a alguém, isto é, cria no espírito desta pessoa um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. A este signo que ele cria dou o nome de interpretante do primeiro signo. Este signo está no lugar de qualquer coisa: do objeto. Está em lugar deste objeto, não sob todos os aspectos, mas em referência a uma espécie de ideia a que por vezes tenho dado o nome de fundamento do representamen” (1993, Collected papers, 2.228)

engendra outro signo que interpreta o objeto sob certo modo. É esse signo com base no qual o falante apreende aspectos do objeto que denomino, na linha de Peirce (1993), interpretante.

Como interpretante, o referente não pode se confundir com o objeto tomado em si mesmo. Ora, o objeto fora da rede de signo linguístico não nos é acessível, portanto, trata-se sempre de uma relação entre o signo, o seu interpretante e um conjunto de fatores contextuais e intencionais. Nestas condições o referente-interpretante de um nome próprio pode existir como coisa/indivíduo real ou concreta ou, simplesmente não existir nesta condição. Quando o referente-interpretante existe como coisa/indivíduo real ou concreta digo que o nome próprio denota ou ainda que tal referente-interpretante tem a função de *denotatum* do nome, mas quando o referente-interpretante não existe como coisa/indivíduo real ou concreta digo que o nome próprio designa ou que tal referente tem a função de *designatum* do nome⁵².

Finalmente tomo por referência ou referencial precisamente a propriedade léxica do nome próprio, isto é, a regra que permite esta expressão ser usada para referir. Se for assim, o que caracteriza o nome próprio, como signo linguístico que é, é a disposição para referir, dada sua propriedade referencial. Esta propriedade é expressa através da descrição “o portador de ‘N’” – adiante, pelas razões que serão aduzidas, acrescentarei a expressão “atual”. Considerando que nem sempre é muito claro o modo como a tese metalinguística explica a relação nome próprio e objeto do mundo e observando que esta relação é fundamental na caracterização semântica do nome próprio, acredito que a distinção aludida entre referir, referente e referência, permite à tese metalinguística esclarecer com maior rigor a caracterização semântica do nome próprio. Duas consequências trato como as mais importantes nesta perspectiva: a primeira é que a condição de possibilidade do ato de referir é a existência da referência como norma linguística, do referente como signo verbal ou linguístico objetivo, autônomo e da coisa referida que se apresenta no signo interpretante. Isto faz do referir uma relação triádica: sujeito falante-referente-referência. A referência, enquanto função do nome próprio representada nos termos da descrição metalinguística “o portador de ‘N’”, é exemplificada no ato de referir a um signo interpretante⁵³ – denotando ou designando - o qual não está fora da esfera linguística. Portanto a referência não se esgota na norma,

⁵² Peirce (1993, Collected papers 1538) diz “Todo signo representa um objeto independente dele mesmo, mas ele só pode ser signo deste objeto na medida em que este objeto tem, ele mesmo, a natureza de um signo, de um pensamento”. A distinção a que aludo procura conforma-se a esta assertiva pierciana. Desde que o objeto, por um lado, engendra o signo e por outro este signo é independente do objeto, é possível falar de signos enquanto remetem a objetos reais e concretos e enquanto remetem a objetos inexistentes. Observo que o signo é sempre indicador; engendra o aparecimento do objeto segundo um quadro de referência.

⁵³ Em consonância com a definição pierciana na nota 1, compreendo o interpretante como o que produz na mente do intérprete aquilo a partir do qual a interpretação se realiza. Portanto é um fenômeno essencialmente circunscrito à esfera da pragmática.

embora esta seja indicadora da disposição do nome próprio designar ou denotar um referente-interpretante. A outra consequência é para o caráter proposicional singular dos enunciados que contêm o nome.

Segundo sua função pragmática os enunciados são classificados em interrogativos (“João está aí?”), imperativos (“João, apanhe o livro!”), interjectivas (“Ah, se chovesse em Fortaleza!”) e declarativas (“Russell é alto”). Os enunciados declarativos são os únicos que têm valor de verdade. Nosso interesse recai sobre estes enunciados. O interesse particular por estes enunciados decorre de sua estreita ligação com a noção de proposição. Em geral o que faz um enunciado verdadeiro ou falso é a proposição expressa por ele numa dada ocasião. Proposição é o pensamento literal expresso por um enunciado declarativo com sentido. Enunciados declarativos contendo termos singulares (nomes próprios, demonstrativos e indexicais) transmitem, segundo uma tradição referencialista, uma proposição singular, é o caso das teses sobre nomes próprios de Mill, Kripke, Donnellan e outros; enunciados declarativos contendo descrições definidas na posição de sujeito gramatical transmitem, de acordo com essa mesma tradição referencialista, proposições gerais, como parece ser o caso de Frege com seu conceito de “modo de apresentação” associado ao sentido do nome próprio, e certamente é o caso de Russell com a tese de que nomes próprios abreviam descrições definidas e a forma lógica de enunciados declarativos singulares são proposições gerais. Os proponentes da tese metalinguística são vagos com relação a essa distinção. A primeira vista os enunciados declarativos contendo nomes próprios são proposições gerais, pois o valor semântico do nome próprio é uma descrição metalinguística. Entretanto a descrição metalinguística não tem conteúdo informacional identificador, logo, parece incapaz de explicar o fenômeno da referência singular.

Entretanto a meu ver, a partir das distinções aludidas acima entre referir, referente e referência, é admissível compreender a referência singular como um fenômeno pragmático que ocorre no interior de uma estrutura sintático-semântica. Nestas condições quando um falante A profere o enunciado “Aristóteles morreu em Calcis” a capacidade referencial do nome “Aristóteles” é assegurada pela regra semântica que associa ao nome “Aristóteles” a descrição “O portador do nome 'Aristóteles', como o seu significado léxico; a unicidade do referente-interpretante está assegurada pelo contexto e a intenção de referir do falante; e finalmente, o falante neste percurso possui certa inclinação, tendência ou disposição de associar ao nome próprio uma descrição definida cuja função é apresentar ou explicitar, designando ou denotando algo, que funciona sempre como o referente-interpretante neste percurso. Nestas condições, nomes próprios em enunciados declarativos que os contêm

transmitem proposições singulares e estas resultam de um fenômeno pragmático. Portanto, é na esfera de uso da linguagem que cada nome próprio remete a um *denotatum* ou a um *designatum*, isto é, é nesta esfera que o nome nos conecta a algo no mundo. Assim a função referencial singular do nome próprio é assegurada por um conjunto de fatores – contexto, a intenção de referir do falante, suas crenças e percepções- que estão na base da associação que é feita entre o nome e o objeto, apresentado na como signo interpretante.

Penso assegurar assim um importante desiderato, a saber, o fenômeno da referência singular deve considerar por um lado a abertura semântica dos nomes próprios – definido em termos de sua liberdade de aplicar-se sempre a novos indivíduos interpretantes sem com isso constituir uma mudança semântica; por exemplo, quantas Luizas, quantas Marias, etc. existem – e ao mesmo tempo a propriedade geral “O portador de ‘N’” que como a regra semântica fundamental reúne e justifica a universalidade dessa abertura semântica e o nome próprio como expressão com função referencial singular.

Como indicado anteriormente, os proponentes da tese metalinguística divergem quanto à questão da referência singular. Loar (2006, p.508), por exemplo, argumenta que para explicar a função semântica de um termo singular não é exigida a função de referir. O fato é que um proferimento pode ser da espécie referencial, ainda que falhe em referir. Talvez Loar estivesse pensando aqui o caso dos chamados nomes próprios vazios que trato mais adiante. De qualquer modo penso que nomes próprios preservam sua função referencial singular. De fato cada uso de um nome próprio num enunciado representa um exercício pelo falante de um mecanismo de referência singular, ou como diz Castañeda (1988), tal uso seleciona uma fatia do conjunto dos indivíduos portadores daquele nome. Nestas condições o nome é um mecanismo linguístico formal – expressão tipo - dotado de uma função referencial que se efetiva pelos seus tokens.

Havia introduzido esta discussão a respeito da função referencial dos nomes próprios a partir da caracterização do referencialismo. Procurava assim apresentar no quadro da tese metalinguística uma resposta a seguinte questão: como cada uso de um nome “N” por um falante que tem “N” em seu sistema linguístico pode nos dar como referente (*denotatum* ou *designatum*) um indivíduo que é uma parcela do conjunto dos indivíduos possíveis que associamos a “N”? A questão é crucial à semântica dos nomes próprios. Os modelos referencialistas de análise dos nomes próprios procuram respondê-la assumindo que o referente de uma expressão linguística, em particular do nome próprio, é sempre algo outro que escapa à natureza de signo linguístico: o referente é o fato, a matéria, o objeto do mundo. Decorre daí algumas posições firmemente estabelecidas quanto ao caráter referencial singular

dos nomes próprios. O caso paradigmático dessa concepção é o modelo millianista de semântica dos nomes próprios (conforme apresentado no capítulo anterior).

Contudo o exame do problema sob a ótica da tese metalinguística tratada até agora, sugere um encaminhamento diferente para a resposta a essa questão: a referência singular de um nome próprio “N” é construída considerando a noção de referente-interpretante, e um conjunto de fatores contextuais e intencionais, tomando por base a norma ou regra semântica, “N” significa “O portador de ‘N’” a qual incorpora “N” ao léxico da língua como expressão referencial. Precisamente, o nome próprio enquanto expressão tipo não é um termo singular, mas cumpre essa função no ato de referir feito por um falante ao proferir um enunciado contendo um nome próprio. É o que explicitarei afirmando com Casteñeda (1988) que a referência singular é um fenômeno pragmático no interior de uma estrutura sintático-semântica.

Na seção seguinte procurarei aprofundar a análise dessa questão, a partir do exame das objeções que são levantadas ao referencialismo millianista. Depois desenvolvo o exame das objeções à tese metalinguística com o mesmo propósito. Ambas as seções indico como centrais ao objetivo desse capítulo: propor uma teoria para os nomes próprios a partir da tese metalinguística e desenvolver suas bases de apoio, mostrando que é a mais adequada à análise da semântica dos nomes próprios, em particular, à explicitação de seu caráter referencial.

3.3 As objeções ao millianismo

Examinando agora as objeções suscitadas na discussão em torno das novas teorias da referência contra a posição milliana. Em geral a teoria metalinguística assume como inconsistente a análise semântica dos nomes próprios desenvolvidas pelo millianismo. Examinar essas réplicas permitirá aprofundar a caracterização da teoria metalinguística, tendo em vista a sua semântica dos nomes próprios.

Embora o millianismo pareça oferecer uma visão intuitiva acerca da conexão entre linguagem e mundo, sobretudo, uma visão bastante atrativa acerca do comportamento semântico dos nomes próprios, algumas objeções têm motivado alguns filósofos a rejeitar o programa: (1) o millianismo não teria uma resposta adequada ao problema do significado cognitivo dos enunciados simples em que comparecem nomes próprios correferenciais; (2) valor de verdade para as atribuições de atitude proposicionais representa um problema, ao que parece incontornável ao millianismo; (3) é pouco preciso e completamente problemático, no millianismo, o valor semântico dos nomes próprios que não referem ou os chamados nomes

próprios vazios; e, finalmente, (4) o problema do caráter proposicional das frases existenciais negativas, como, por exemplo, “Clark Kent não existe”.

A primeira objeção tem origem no fato de que nomes distintos que se referem à mesma pessoa deveriam, de acordo com o millianismo, partilhar o mesmo significado, desde que para o millianismo o valor semântico do nome é constituído tão somente do objeto ao qual se refere. Mas, consideremos as enunciados (14) e (15):

(14) Cícero é Cícero

(15) Cícero é Túlio.

Se tudo se passa sob a ótica do millianismo, ambas as enunciados deveriam expressar a mesma proposição. No entanto, (15) é informativo, sintético e *a posteriori*, (14) não é informativo; é analítico e *a priori*. Portanto, do ponto de vista epistêmico são expressões distintas, mas se é a mesma proposição deveria ter mesmo o estatuto epistêmico. Portanto, é um desafio ao millianismo uma explicação para a diferença epistêmica entre os enunciados em que comparecem distintos nomes próprios que co-referem.

A segunda objeção exige que consideremos os enunciados envolvendo verbos de atitude proposicional. Por exemplo, (16) e (17):

(16) Carolina acredita que Cícero é Cícero

(17) Carolina acredita que Cícero é Túlio

podem diferir em valor de verdade. (16) é certamente verdadeiro, mas não se pode afirmar o mesmo com respeito a (17), ainda que saibamos que “Cícero” e “Túlio” correferem. Mas de acordo com o millianismo, da mesma forma que (14) e (15) expressam a mesma proposição, (16) e (17) também expressam a mesma proposição e não poderiam diferir em valor de verdade. Portanto, outro desafio ao millianismo é explicar esta diferença de valor de verdade entre enunciados que envolvem atitudes proposicionais.

A terceira objeção considera o fato de que, apesar de os nomes próprios serem expressões referenciais, há nomes próprios que parecem não possuir essa função, como é o caso de nomes como “Pégaso”, “Aquiles”, “Papai Noel” – referencialmente vazios. Ocorre que, de acordo com o millianismo, uma frase como (18)

(18) Aquiles é o maior herói da Guerra de Troia

por ser um enunciado simples é estruturado na forma de <Objeto, Propriedade>, expressaria assim, uma proposição singular. Entretanto “Aquiles” é um nome vazio. Logo, parece que nenhuma proposição singular é expressa em (18). Consequentemente, o millianismo parece ter que admitir – contrariando aquilo que lhe parece evidente — que enunciados que envolvem nomes vazios não expressam proposição.

Finalmente, a quarta objeção decorre da terceira. Se enunciados que contêm nomes vazios não têm caráter proposicional, então não têm significado. Mas frases como (18) parecem perfeitamente significativas. E mais ainda: se alguém somente profere sinceramente uma frase se acredita na proposição que expressa, não poderia proferir sinceramente (18). Mas parece que é possível proferir com sinceridade (18). Portanto, o millianismo talvez não seja capaz de explicar o caráter proposicional e significativo de enunciados contendo nomes vazios.

Tais objeções sugerem que o millianismo deve ser rejeitado em favor do programa fregeano. Com efeito, o programa fregeano, é bem sucedido, entre outras coisas, em explicar como o fracasso da referência não destrói o significado e a compreensão, o que lhe permite passar incólume pela segunda e terceira objeções ao millianismo. Esclarece ainda como dois proferimentos podem fazer a mesma predicação para o mesmo objeto, e ainda diferir em significado, o que permite responder a primeira objeção ao millianismo; explica o motivo pelo qual o referente de um termo singular é, algumas vezes, irrelevante em sua contribuição para as condições de verdade em contextos opacos; e, finalmente, esclarece, ainda que carente de exatidão, porque o que temos a intenção de transmitir com o proferimento de um nome próprio toma a forma de uma descrição individualizante. Mas o programa fregeano, sobretudo a teoria dos nomes próprios de Frege, é notadamente problemática em muitas de suas proposições, por exemplo, a noção de sentido parece não se aplicar aos casos dos nomes próprios vazios, pois como explicar que nomes como “Pégaso” e “O cavalo alado de Belerofonte” determinem o mesmo indivíduo se tal indivíduo não existe? É o caso de o princípio segundo o qual o sentido determina a referência, ter uma exceção? Além do mais Frege (2009, p. 132 n. 14) afirma que, enquanto a referência permanecer a mesma, oscilações de sentido dos nomes próprios na linguagem natural são permitidas. No entanto, em “O pensamento” (Der Gedanke 2009) ele exige que a cada nome próprio na linguagem comum esteja associado um único modo de designá-lo, pois no caso em que uma pessoa A apenas soubesse que “Aristóteles” nasceu em estagira e uma pessoa B apenas soubesse que ele morreu em Calcis, ambos teriam a respeito do nome “Aristóteles” diferentes pensamentos, à

medida que associaria a esse nome diferentes descrições sem saberem que designam por elas o mesmo indivíduo, ou seja, uma comunicação na mesma língua entre A e B seria impossível. Mas, caso não se admita a oscilação de sentido aos nomes próprios da linguagem natural, terá que ser admitido que nomes próprios devem manifestar uma propriedade identificadora singular, o que contraria exatamente sua abertura semântica, que marca caracteristicamente a natureza referencial dos nomes próprios.

Há insistência por parte de muitos proponentes de teses acerca do comportamento semântico dos nomes próprios (por exemplo, Searle, 1958; Kripke, 1980 e outros) em conceber descrições definidas como sinônimo ou definição do nome próprio. Esta concepção, todavia não encontra respaldo em Frege, ao menos explicitamente. Como bem reconheceu Wittgenstein (1994, p.229, § 689), a ligação entre “N” e o seu referente existe, mas não na forma de um “mecanismo espiritual”, isto é, algo que se “passa em mim” durante o proferimento do nome. Schirn (2008, p. 26) dá um exemplo muito convincente desta situação:

Se eu uso o nome 'Beethoven' não me vem à mente, em geral, uma descrição do seu portador, a qual me indicasse o sentido desse nome. E eu suponho que o leitor compartilhará a minha opinião de que, em geral tal mecanismo não existe. Se alguém me perguntasse: 'Quando você pronunciou a sentença 'Beethoven está entre meus compositores preferidos' você teve em mente aquele homem que compôs os três quartetos para cordas 'Rasumowsky' e a Sonata Aurora?', eu responderia “Sim” sem rodeios. De fato tive em mente o homem que fez isto ou aquilo [...] [mas] não na forma de um estado atual, mas sim na forma de uma disposição.

Assim para o caso em que um falante e um ouvinte compreendam da mesma maneira uma sentença em que ocorre um nome “N”, não implica a substituição tácita de “N” por uma descrição associada ao referente de “N”. A rigor se exige apenas que ambos compartilhem, no ato de fala, ao menos uma descrição interpretante do referente. Consequentemente ao manifestar atributos individualizantes ou caracterizadores do *designatum* as descrições definidas têm uma função epistêmica ou cognitiva que é exercida de modo disposicional, isto é, remete a certa inclinação, tendência ou capacidade de associar ao nome próprio uma descrição individualizante interpretadora do referente.

Nestas condições, a abordagem metalinguística, como a entendo, deverá garantir dois aspectos fundamentais na relação entre nomes próprios e descrições definidas: o primeiro a abertura semântica dos nomes próprios, isto é, a possibilidade dessas expressões se aplicarem a uma multiplicidade de objetos sem haver mudança semântica. Por exemplo, se aplico a palavra “verde” ao jardim de minha casa e se aplico a mesma palavra a um partido político

claramente houve mudança na semântica da palavra, mas se aplico o nome “João” a uma pessoa x assim designada e a mesma palavra “João” se aplica a uma pessoa y também assim designada, claramente não se pode afirmar que isso representa uma mudança semântica no uso do nome “João”. O outro aspecto que a abordagem metalinguística deverá garantir é o uso disposicional da função individualizante das descrições definidas

O primeiro aspecto está apoiado ao significado léxico do nome próprio. Sua propriedade sortal ou regra semântica que representa a garantia de seu uso como expressão referencial. O segundo aspecto assegura a unicidade da referência singular ou o modo como os nomes próprios nos conectam com indivíduos no mundo.

Portanto, é preciso concluir com Castañeda (1988) que o nome próprio, tomado em seu conteúdo reflexivo ou significado léxico, não é um termo singular, mas é usado ou cumpre uma função referencial singularizadora no uso da frase em que é constituinte. Assim, compreendo que sob a perspectiva do conteúdo reflexivo um nome próprio em um enunciado literal caracterizará este como um enunciado geral, contudo o exercício da função proposicional desse enunciado é um fenômeno pragmático que associa o nome próprio a um interpretante, mas sem nunca descrevê-lo de modo unívoco.

Examino agora duas objeções contundentes à teoria metalinguística: a objeção da circularidade e a objeção que decorre do argumento modal de Kripke. Além disso, ainda há o desafio colocado pelo, assim chamado, argumento da generalização. A seguir investigo o teor dessas réplicas e os argumentos em contrário.

3.4 Objeções à teoria metalinguística e respostas às objeções

Duas grandes objeções têm favorecido o descrédito da teoria metalinguística: a primeira, e talvez a mais grave para os defensores da teoria metalinguística, é de que a teoria viola a condição exigida de toda teoria da referência, a saber, a não circularidade. Segundo, assumindo que a teoria metalinguística é um caso específico do descritivismo acerca da semântica dos nomes próprios, o argumento modal, que parece refutar este último, também reprova aquele. Finalmente, desde que o significado de um nome “N” é dado pela descrição, “O portador de ‘N’” então por paridade de raciocínio, o significado de uma palavra como “Cavalo” inclui “ser chamado ‘Cavalo’”. Isto é, ao defendermos que a análise correta do comportamento semântico dos nomes próprios é aquela apresentada pela teoria metalinguística, devemos querer explicar a razão pela qual os nomes próprios são, de modo relevante, diferente de outras palavras. É o argumento da generalização, que a rigor não se

constitui numa objeção, antes um desafio colocado pelos críticos da teoria. Primeiramente discuto a objeção da circularidade e o argumento da generalidade para então examinar a objeção mais séria a todo descritivismo, a saber, o argumento modal. Em todos os tópicos apresento como resposta às objeções, as posições de Loar (2006), Katz (1994), Bach (1981) e Recanati (1997), que são os proponentes das abordagens metalinguísticas mais discutidas na literatura.

3.4.1 A objeção da circularidade

Em *Naming and Necessity* Kripke (1980, p. 69) estabelece a seguinte condição (C) para qualquer teoria descritivista dos nomes próprios:

(C) Para que uma teoria tenha êxito, a explicação não pode ser circular. As propriedades usadas na votação não devem supor elas mesmas a noção de referência de tal maneira que estas resultem ao fim impossível de eliminar⁵⁴. (Tradução nossa)

Um exemplo claro deste tipo de violação é apresentada por Devitt (2006, p.521): suponha uma teoria que aponta como descrição identificadora, “O indivíduo chamado N”. Neste caso, admitiríamos a seguinte transmissão da referência: um falante y, ao proferir N, estará associando a N a descrição “O indivíduo a que x refere por N”, um falante z, ao proferir N estará associando a N a descrição “O indivíduo a que y refere por N”, mas y refere por N ao indivíduo que x refere por N, e x refere por N ao “O indivíduo chamado N”. Mas quem é “O indivíduo chamado N”? Aquele que o falante y associa a descrição “O indivíduo que x refere por N”. Uma teoria assim infringiria a condição (C).

Kripke (1980) atribui tal situação à teoria metalinguística. E, dessa forma, justifica a rejeição de hipóteses como a sugerida por Kneale (1962) para o conteúdo semântico dos nomes próprios. Segundo Kneale (1962) “é obviamente trivial que Sócrates é chamado Sócrates” porque Sócrates significa “O indivíduo chamado ‘Sócrates’”. A trivialidade é explicada pelo fato de qualquer falante competente da língua portuguesa que possua o nome “Sócrates” no seu repertório linguístico está em posição de reconhecer imediatamente como verdadeira a frase “Sócrates chama-se ‘Sócrates’”. Mas, de acordo com Kripke (1980) essa teoria não é aceitável à medida que propõe o que deseja explicar: Diz Kripke (1980, p. 70):

⁵⁴ No original: “Let any successful theory, the account must not be circular. The properties which are used in the vote must not themselves involve the notion of reference in a way that it is ultimately impossible to eliminate” (KRIPKE, 1980, p. 69)

Perguntamos “A quem ele se refere com ‘Sócrates’?” E então a resposta: “Bom, ele se refere ao homem ao qual se refere”. Se isto for tudo que há a respeito do significado de um nome próprio então não se lograria nenhuma referência em absoluto⁵⁵. (Tradução nossa).

Em outras palavras, Kripke (1980) diz que a teoria metalinguística é insatisfatória como teoria da referência.

Entretanto, mais recentemente, Bach (2002) tem sugerido que o argumento da circularidade é equivocado. Basicamente Kripke relaciona a propriedade “Ser chamado” com “Ser referido” ou “Ser nomeado”. Contudo há uma diferença fundamental a ser considerada: portar um nome ou ser chamado por um nome, não é a mesma coisa que ser referido por um nome. Por exemplo, uma coisa é dar a Renato Cartesius o nome de “Descartes” outra coisa é ser referido por esse nome. O mesmo caso de portar um número da cédula de identidade e ser referido por esse número. Com efeito, esclarece Bach (2002, p. 101)

Embora seja mais apropriado referir a uma pessoa pelo nome, podemos referir ao invés pelo número de seu seguro social [...] Números e seguros sociais de fato não são usados (para referir), mas poderiam ser. Nomes próprios são usados (para referir), mas poderiam não ser”.⁵⁶ (Tradução nossa)

Portanto, referir e portar um nome são propriedades distintas. Sócrates é chamado ‘Sócrates’, ele porta esse nome. Dado então que referir é algo que as pessoas fazem ao utilizar a expressão e que o valor semântico é alguma coisa que a expressão tem, e considerando que a teoria metalinguística trata do valor semântico do nome próprio, ela não é uma teoria da referência como Kripke (1980) compreende e muito menos viola a condição de não circularidade.

Loar (2006) utiliza-se de um argumento semelhante para dirimir a objeção de circularidade à sua tese. Em sua abordagem metalinguística considera que o significado convencional de um nome próprio “N” é o mesmo que o significado convencional da

⁵⁵ No original: “We ask, ‘To whom does he does refer to by “Socrates”?’ And then the answer is given, ‘Well, he refers to the man to whom he refers.’ If this were all there was to the meaning of a proper name, then no reference would get off the ground at all.” (KRIPKE, 1980, p.70)

⁵⁶ No original: “Although it is certainly more convenient to refer to people by their names, we could refer to them instead by their Social Security numbers. Just imagine a society in which proper names were used only on special occasions or in which people had trouble remembering proper names but were very good at remembering 9-digit numbers. If these were made public, there could then be a practice of referring to people by that number. In that society, a number like ‘213-98-4057’ could occur as the subject of a sentence, the numeric equivalent of NDT would apply to it, and it would be used to refer to the person with that number. Social Security numbers are not in fact so used, but they could be. Proper names are so used, but they might not have been.”(BACH, 2002, p. 101)

descrição definida “A coisa ou a pessoa chamada “N””. Isto quer dizer que existe uma relação de sinonímia entre o nome e esta descrição, a qual, de acordo com Loar (2006), age como um qualificador referencial do nome⁵⁷, que, por sua vez obtém esse significado com o batismo inicial. Nestas condições, o valor semântico de um nome “N” não pressupõe a referência ou como ele diz “o conceito de nome não pressupõe o referir”⁵⁸. Contudo, para além deste significado literal existem, segundo Loar (2006), descrições definidas cujo uso identificador do referente é essencial. E tais descrições transmitem, ao final, as intenções individualizadoras e as crenças do falante numa determinada ocasião de uso daquelas descrições aplicadas a certo particular, independente da existência deste.

Todavia, argumentos como esses de Loar (2006) não passam incólumes às contestações como a apresentada por Michael Devitt (2006). Consideremos, por exemplo, o caso, diz Devitt, de uma comunidade de quatro pessoas, cada qual referindo a certo corvo pelo nome “Oscar”—supondo que não há nada anterior na comunidade que transmita a referência (DEVITT, 2006, p.523). Neste caso, cada um significa com o nome “Oscar”, o corvo chamado Oscar na comunidade, conceito exemplificado somente por Oscar. Mas o que faz cada um usar “Oscar” para se referir a Oscar? Parte da resposta é que Oscar é objeto da referência de outro. Mas é essa relação de referência que queremos explicar, ou seja, esse outro refere a Oscar com o nome “Oscar” porque um terceiro o faz, e assim, a abordagem de Loar (2006), segundo Devitt (2006), não explica a relação referencial, exceto violando a condição de não circularidade.

Ocorre, no entanto, que de acordo com Loar (2006, p. 525) é incontroverso que “Em uma teoria causal, assim como no meu tipo de teoria da descrição, a dependência referencial da origem tem que ser acomodada”⁵⁹. Tal dependência da origem fica evidenciada no fato da abordagem metalinguística de Loar tomar o uso referencial do nome no passado como dado fundamental na análise do significado dessa expressão. Em outras palavras, a transmissão do uso referencial do nome, na comunidade, a partir de um batismo inicial, explica em virtude do que surgiu a prática de se referir a um determinado particular dessa forma. Loar (2006, p.525) oferece a esse respeito o seguinte exemplo:

⁵⁷ De acordo com Loar (2006, p.497) “[...] the function of a singular term is to introduce an individual concept into what is meant or expressed on its particular uses.[...] The concepts which they do literally express are normally non-individuating, class concepts, which we might call referential qualifiers; so, for example, being an oak, and being female, are referential qualifiers of “that oak” and “she”[...].”

⁵⁸ No original: Now the concept of name is clearly not presupposed in my account of ‘refers’, and since to dub is to make known a decision or agreement to use a certain vocable to refer to certain thing, neither does the explication of ‘x was dubbed N’ presuppose the concept of name.” (LOAR, 2006, p.513).

⁵⁹ No original: “On a causal theory, just as on my sort of description theory, referential dependence on source has to be accommodated; I assume this to be uncontroversial” (LOAR, 2006, p.525)

Em um tempo zero, Adam batiza certo macaco ‘Arnolfo’. Em um tempo um, várias pessoas proferem o enunciado “Arnolfo é F”, significando com isso que o macaco batizado por Adam como Arnolfo é tal e tal. Em um tempo dois, certas pessoas tendo esquecido a contribuição de Adam, proferem tais frases, que significa o macaco que as pessoas têm referido por ‘Arnolfo’ é tal e tal. E assim através de um uso contínuo chega-se até o presente.⁶⁰ (Tradução nossa).

Nestas condições, como a referência atual se sustenta na referência original no passado, mas não o contrário, não há violação da condição de não circularidade, isto é, obviamente, a referência original não pressupõe ela mesma um referir. Em suma, uma comunidade C, ao batizar um particular x, o qual, naquela ocasião pode ser referido por “o F”, com o nome “N”, constitui o significado desse nome nos termos da descrição “A pessoa chamada ‘N’”. E arremata Loar (2006, p.526),

Qualquer teoria da referência deve reconhecer tal origem. [...] E espero que esteja claro que quando refiro a ‘origem do uso geral’ não é necessário saber como estes manejam sua referência ou como o uso geral foi desenvolvido na dependência dele, exceto, é claro minimamente: que ambos ocorrem via descrição.⁶¹ (Tradução nossa).

O que é o análogo da afirmação que N adquiriu a propriedade de portar esse nome porque foi chamado “N” em um evento original.

Recanati (1997) é outro teórico que, ao defender uma abordagem metalinguística para a análise dos nomes próprios, o que ele chama de visão indexical, nega que esta abordagem seja circular. De acordo com ele, o comportamento semântico dos nomes próprios é análogo ao dos indexicais como “você”, “agora”, “eu”. Assim, compreender o proferimento dessas expressões, incluindo nomes próprios, envolve a identificação do referente do termo. Nisto o ouvinte é como que auxiliado pelo significado do termo referencial. Tanto no caso dos indexicais quanto no dos nomes próprios, o referente varia no contexto. Quando Carolina diz “eu” o referente é Carolina, de conformidade com a regra linguística que define “eu” como significando “aquele que fala” ou o falante; quando Josailton Filho diz “eu”, o referente é Josailton Filho, por sua vez, o nome “Sócrates”, a depender do contexto de proferimento,

⁶⁰ No original: At time zero, Adam dubs a certain ape ‘Arnolfo’. At time one, various persons utter sentences of the form ‘Arnolfo is F’, meaning thereby that the ape Adam dubbed ‘Arnolfo’ is such and such. At time two, certain persons, having forgotten Adam’s contribution, utter such sentences and mean that the ape that people have been referring to as ‘Arnolfo’ is such and such. And so through continuous such usage down to the present.” (LOAR, 2006, p. 525).

⁶¹ No original: “To repeat; any theory of reference ought to recognize such sources; [...] An I hope that it is clear that when I refer to ‘the source of general use’ I do not need to know how those source managed their reference or how the general use grew up as depending on them, except, of course minimally: that both happened via descriptions.”(LOAR, 2006, p.526)

tanto pode designar o filósofo grego quanto o jogador de futebol da seleção brasileira na década de 1980. No caso dos nomes próprios o que é linguisticamente transmitido corresponde ao que Recanati (1997) chama de característica REF (o qualificador referencial segundo Loar, o caráter segundo Kaplan), definida então como a indicação de que “há uma entidade x tal que um proferimento $S(N)$ é verdadeiro se e somente se x satisfaz $S()$ ” (RECANATI, 1997, p. 138). Deste modo, o referente do nome “ N ” é a entidade que é chamada “ N ” ou a entidade que porta o nome “ N ”, em um contexto de proferimento. Em suma, semelhante aos indexicais cujo significado remete a regras linguísticas, as quais orientam seus usos para referir, os nomes próprios dispõem de um significado que os caracteriza como expressão linguística, a saber, a característica REF. Assim, o referente de um nome próprio, em todos os casos, é a entidade que porta aquele nome. Eis, portanto, o que Recanati (1997) chama de visão indexical dos nomes próprios.

Contudo, de acordo com essa concepção, os nomes próprios não transmitem somente a característica REF, mas também um modo de apresentação do referente. Este nada mais é do que toda a informação transmitida pelo nome em virtude de uma convenção não linguística, que permite a individualização do portador. Como tal, esse modo de apresentação do referente não é parte do significado do nome. Portanto,

Em sua estrutura, um nome próprio refere por uma convenção linguística a quem quer que ocorra ser o portador do nome, mas quem (o que) é o portador do nome é relativa ao contexto, uma matéria não linguística, uma matéria de convenção social. A referência do nome assim depende do fator contextual como a referência de uma expressão indexical. (RECANATI, 1997, p.140).⁶² (Tradução nossa).

Nestas condições, de acordo com Recanati (1997), sua abordagem não viola a condição de não circularidade. Por uma razão muito simples: não se trata de uma teoria completa da referência, mas uma teoria parcial, no seguinte sentido: explica apenas o primeiro estágio do caráter referencial dos nomes próprios, isto é, argumenta que a referência do *token* de um nome próprio depende da referência do nome-tipo na comunidade. Complementa então Recanati (1997, p.159): “Se [essa ideia] fosse apresentada como uma teoria completa da referência poderia ser talvez, circular, ao menos vazio, pois explicaria a referência em termos

⁶² No original: “In this framework, a proper name refers by linguistic convention to whoever (or whatever) happens to be the bearer of that name; but who (what) is the bearer to the name is a contextual, non-linguistic matter, a matter of social convention. The reference of the name thus depends on a contextual factor, as reference of an indexical expression does.” (RECANATI, 1997, p.140).

de referência.”⁶³. Contudo, enquanto teoria parcial da referência escapa à objeção de circularidade ao assumir, em linhas gerais, as razões de Loar (2006) e Evans (1982), a saber: enquanto num primeiro estágio a regra semântica captura o determinante da referência, uma análise completa desse caráter referencial dos nomes exige que se enfatize o papel dos fatores sociais. Estes fatores permitem, de acordo com a versão metalinguística de Recanati, focalizar o importante papel dos utilizadores atuais e do passado da comunidade – os “produtores” como diz Evans; ou a “origem causal” como diz Loar □□□□ cujo uso e referência particular do nome determinam o uso e a referência geral daquela expressão. Em suma, desde que um falante competente da língua é um conhecedor dessa língua, ele sabe, ao proferir um nome próprio “N”, que essa expressão refere ao particular chamado “N” na comunidade. E a referência dessa expressão na comunidade é determinada pela prática de outros no passado da comunidade e atualmente.

Penso que a nota comum em todas essas análises é a de que o referir de um nome próprio é sempre contextual, portanto a unicidade do *designatum* não pertence ao nome-tipo isto é, não pertence ao qualificador referencial ou propriedade REF. É o uso do nome que nos conecta ao referente estrito.

Nesta linha de argumentação acrescento o seguinte: como vejo o problema não há circularidade em saber, por exemplo, que um nome próprio “N” tem um interpretante que é o *designatum* desse *N-sort*. Uma propriedade “*sort*” ou “*espécie*” são aquelas como “ser um coelho”, “ser uma cadeira”, “ser uma mesa”, etc. Nomes próprios, na abordagem metalinguística que estou a defender, exemplificam propriedades dessa espécie. Assim um indivíduo chamado “N” exemplifica a propriedade “*N-sort*” ou da “Espécie N”. Assim, a questão principal, concernente à exigência de não circularidade diz respeito, a meu ver, a natureza da propriedade “ser chamado N” ou “ser o portador de N”. Esta propriedade deve remeter a uma disposição por parte do falante em associar “N” a um *designatum* que se apresenta como signo interpretante. O falante deve estar propenso a escolher entre os indivíduos que carregam o nome aquele que é o *designatum* do nome, orientado por fatores como o contexto do seu proferimento, as suas crenças e suas percepções. Sendo assim a singularidade da referência por um nome próprio é um fenômeno da pragmática.

3.4.2 Argumento da generalização

⁶³ No original: “If it were presented as a complete theory of reference, it could perhaps be said to be circular or a least empty, for it would explain reference in terms of reference.” (RECANATI, 1997, p. 159).

Kripke (1980) também apresenta em *Naming and Necessity*, um desafio mais poderoso à teoria metalinguística: se a análise dos nomes próprios, promovida pelas abordagens metalinguísticas, não se presta para a análise do significado das palavras em geral, por que adotá-la aos nomes próprios? O que tem de especial nestas expressões para permitir este tipo de análise? O ponto em discussão é então o seguinte, de acordo com Kripke (1980, p. 69):

Por exemplo, embora possa ser informativo para alguém dizer que cavalos são usados em corridas, é trivial dizer-lhe que cavalos se chamam ‘Cavalos’. Portanto isso somente poderia ser o caso porque o termo ‘Cavalo’ significa em nosso idioma “as coisas chamadas ‘Cavalo’”.⁶⁴ (tradução nossa).

Claramente, a abordagem não é muito boa como explicação do significado das palavras em geral. E, como tal, parece igualmente de pouca utilidade para analisar o significado dos nomes próprios. A objeção então se deixa reconstruir da seguinte forma: se um nome próprio “N”, significa “O portador de ‘N’”, então uma palavra como “Mesa” deve significar (por analogia), “a coisa chamada ‘Mesa’”. Portanto, o desafio colocado é justificar porque os nomes próprios devem ter este tipo especial de análise.

Alguns teóricos da abordagem metalinguística, sobretudo Bach (2002), respondem ao desafio argumentando que os nomes próprios não fazem parte da linguagem, embora tenha um impacto semântico nos enunciados em que comparecem⁶⁵. O problema agora é demonstrar essa tese.

Kent Bach (2002) argumenta que dicionários não são incompletos por não incluir nomes próprios, da mesma forma que o vocabulário pessoal de cada um não é mais pobre por não conhecer todos os nomes próprios. Explica Bach (2002) que no proferimento de uma frase como, por exemplo, (i) “Schopenhauer teve muita influência sobre Nietzsche”, não se está proferindo uma combinação de português com alemão, antes, na frase em português, comparecem nomes próprios que, a rigor não pertencem a uma língua particular. Nomes como “Peter” e “John” embora sejam expressões da fonética inglesa, não são itens léxicos da língua inglesa, suas contrapartes em português, a saber, “Pedro” e “João” não são traduções desses termos na língua inglesa. E, como tal, “Peter” não é sinônimo de “Pedro”, assim como “João”

⁶⁴ No original: “ For example, though it may be informative to tell someone that horses are used in races, it is trifling to tell him that horses are called ‘horses’. Therefore this could only be the case because the term ‘horse’, means in English ‘the thing called ‘horses’” (KRIPKE, 1980, p.69)

⁶⁵ Neste sentido de acordo com Bach (2002, p. 83): “Proper names are not lexical items in a language [...] Whatever the name, when it occurs in a sentence it expresses the property of bearing that name and, when it occurs as a complete noun phrase, is semantically equivalent to the nominal description that mentions it.

não é sinônimo de “John”. Consequentemente, nomes como “Schopenhauer” e “Nietzsche”, embora expressões da fonética alemã não pertencem ao léxico dessa língua. Daí ser possível proferir a frase (i) em língua portuguesa sem traduzir os nomes próprios que ali comparecem.

Contudo, segundo Abbott (2004) é preciso admitir que esta tese, aparentemente não tem apoio firme. Por exemplo, a despeito do que diz Bach (2002), nomes próprios constituem uma importante categoria gramatical. Suas fonologias pertencem às línguas particulares – “Juan” é um bem conhecido nome espanhol, “Hannah” é um bem conhecido expressão de um nome próprio em alemão – e é preciso admitir ainda que embora nomes não constituam itens lexicais do dicionário de qualquer língua, isso não justifica a tese de que nomes próprios são itens extralinguísticos, já que, muitas outras expressões da língua, em particular, aquelas que caíram em desuso ou aquelas que estão na vanguarda, não se apresentarem em muitos dicionários. Além do mais, como lembra Geach (1962, p.26), inegavelmente, “[...] é parte do trabalho lexicográfico nos dizer que “Warsaw” é a palavra inglesa para “Warszawa””⁶⁶. Por fim, segundo Abbott (2004) é certo que não saber que “Shakespeare” e “London” são nomes próprios é seguramente uma deficiência no vocabulário pessoal. Assim, ao que parece nomes próprios são, no mínimo, itens fonológicos e morfológicos da linguagem. Consequentemente, aquela vertente de argumentação de Bach (2002) não justifica a hipótese de que nomes próprios não pertencem a qualquer língua particular, uma vez que, ao menos do ponto de vista fonológico e morfológico nomes próprios são expressões da linguagem. Ocorre então a necessidade de buscar a resposta ao argumento da generalidade, admitindo nomes próprios como constituintes da língua, dotado de comportamento semântico distinto das demais expressões da linguagem e capturado pela a teoria metalinguística.

Katz (1994), por exemplo, argumenta que o que distingue nomes próprios de nomes comuns é o fato de que os primeiros têm um sentido metalinguístico. Este sentido toma a relação nome-portador como envolvendo uma propriedade puramente nominal.

Para Katz (1994), os sentidos são propriedades que as expressões têm em virtude das quais prescrevem certos fenômenos linguísticos, como: significado, sinonímia, ambiguidade, redundância, antinomia, etc.. Nestes termos, o sentido pertence ao domínio dos objetos gramaticais estudados na investigação da estrutura dos enunciados da língua. E, como tal, é independente de qualquer ligação intrínseca com a referência⁶⁷.

⁶⁶ No original: [...] On the contrary: it is part of the job of a lexicographer to tell us that “Warsaw” is the English word for ‘Warszawa’; and a grammarian would say that ‘Warszawa’ is a Polish word - a feminine noun declined like ‘mowa’. And what is wrong with this way of speaking? (GEACH, 1962, p. 26)

⁶⁷ De acordo com Katz (1994, p. 10): [...] what we want in a definition of sense is not a condition on which sense is a determiner of *referential* properties and relations, but one on which it is a determiner of *sense* properties and

Se for assim, segue-se que, primeiramente, o conhecimento do sentido é condição necessária no uso literal e não literal das expressões. Por exemplo, a aplicação literal da palavra “Gorila” para Gorila e a aplicação de “Hitler” para Hitler depende do conhecimento do significado literal dessas expressões. O mesmo ocorre quando da aplicação não literal, por exemplo, a aplicação da expressão “Gorila” para designar a mascote de uma equipe esportiva, e aplicação do nome “Hitler” associado ao comportamento do professor de Lógica na sala de aula, dependem do conhecimento do significado literal dessas expressões. Em segundo lugar, desde que o sentido seja compreendido como esses fenômenos intralinguísticos, não existe a necessidade de definir um nome próprio como “Aristóteles” em termos de descrições ricas o bastante para determinar-lhe o referente, pois uma condição prévia existe para tanto, que é o conhecimento do sentido do nome “Aristóteles”, a saber, “A pessoa ou coisa portadora do nome ‘Aristóteles’”.

Concernente a este último aspecto, tudo ocorre de modo diferente do que acontece com os nomes comuns. Por exemplo, o sentido literal da palavra “Gorila” ou da palavra “Vermelho” é a base para representar o modo como o referente se apresenta ao falante. No caso dos nomes próprios, isso não é suficiente, pois exige fatores extralinguísticos na determinação desse referente, ou seja, o simples sentido não tem o poder semântico que tem no caso dos nomes comuns. Em suma, o que Katz (1994) parece sugerir é que nomes próprios são mecanismos linguísticos-formais cujo significado não determina a referência.

Bach (1994) faz restrições quanto a esta hipótese de Katz. De acordo com ele, embora um nome próprio “N” se defina em termos da propriedade puramente nominal “O portador de ‘N’”, esta propriedade não manifesta o sentido do nome. Na verdade, diz Bach (1994, p. 4) que tal conceito é perfeitamente dispensável na teoria metalinguística:

Para uma formulação precisa, eu concordo com Katz sobre a importância de invocar tão somente uma relação de portar que seja nominal, mas discordo dele sobre como isso deve ser feito [...] Prefiro o que eu chamo de “Teoria descritiva nominal” com seu esquema mais simples ‘O portador de ‘N’’. Também invoco uma relação de portar puramente nominal, mas não a noção de sentido. Argumento que a PMT (Teoria Metalinguística Pura) é desnecessariamente complexa e que a noção de sentido não faz o trabalho que Katz enfatiza.⁶⁸ (tradução nossa).

relations. Thus, we want a definition like (B) The sense of an expression is that aspect of its structure that is responsible for its sense properties and relations, that is, having a sense (meaningfulness), sameness of sense (synonymy), multiplicity of sense (ambiguity), repetition of sense (redundancy), opposition of sense (antonymy), and so on. [...] Since sense structure is independent of any intrinsic connection with reference, the question of the role that senses play in reference is shifted from the theory of sense to the theory of reference--where it belongs.

⁶⁸ No original: As for its precise formulation, I agree with Katz on the importance of invoking only the nominal bearer relation but disagree with him on how to do this, as to both wording and framework. On his view, which he dubs the “pure metalinguistic theory” (PMT), a proper name ‘N’ has the sense of ‘the thing which is a bearer

Com efeito, Katz sugere que o sentido literal do *token* deriva do sentido de seu tipo. Mas, de acordo com Bach (1994) ele não explica como isso é feito. Além do mais se o sentido é um conceito intralinguístico ele deveria pertencer tão somente às expressões tipo não aos *tokens*. Aliás, ressalta Bach (1994), nomes próprios não parecem ter aquelas características intralinguísticas que definem o sentido segundo Katz. Por exemplo, o que podemos contar como sinônimo para “Natal” ou como antônimo de “Potengi”?

Assim, parece mais razoável, de acordo com Bach, admitir que nomes próprios não pertencem à linguagem. Contudo, a objeção da generalidade não parece dirimida, pois é preciso admitir que, no mínimo, os nomes próprios são itens fonológicos e morfológicos de qualquer língua. Logo, é preciso assumir que nomes próprios são itens lexicais da linguagem ao menos numa acepção muito restrita.

Que nomes próprios sejam itens linguísticos num sentido mínimo é uma tese compartilhada por Recanati (1997, p. 138). De acordo com ele,

A única indicação linguisticamente transmitida [pelo nome] é a que corresponde à característica REF – nomeadamente, a indicação de que há uma entidade tal que um proferimento é verdadeiro se o somente se esta entidade satisfaz o predicado. Sobre esta interpretação a informação que o nome próprio transmite em virtude da convenção que associa o nome com a referência, não é linguística, portanto, não é parte do significado do nome próprio porque a convenção em si mesma não é linguística.⁶⁹ (Tradução nossa).

Em suma, o significado não tem o poder semântico de atribuir ou individualizar um portador para o nome, isto é parte do contexto antes que parte da linguagem. Isso justifica, segundo Recanati (1997), nomes próprios serem analisados sob o enfoque metalinguístico enquanto as palavras comuns não. Consideremos, por exemplo, as expressões “Sócrates” e “Vermelho”. Convencionalmente, estas expressões estão associadas, respectivamente, a certo indivíduo e a certa cor. Assim, a convenção indica algo para cada uma das expressões: a palavra “Sócrates” é indicada para esse homem (apontando para Sócrates); a palavra “Vermelho” é associada a esta cor (apontando para um *token* de vermelho). Recanati (1997, p.

of “N”.’ I prefer what I call the “nominal description theory” (NDT), with its simpler schema, ‘the bearer of “N”.’ It too invokes the nominal bearer relation but not the notion of sense. I will argue that PMT is needlessly complex and that the notion of sense does not do the job for which Katz enlists it. (BACH, 1994)

⁶⁹ No original: The only indication linguistically conveyed is that corresponding to REF — namely, the indication that there is an entity such that the utterance is true iff this entity satisfies the predicate. On this interpretation, the information which a proper name conveys by virtue of the convention associating it with the reference is not linguistic, hence not part of the meaning of a proper name, because the convention itself is not linguistic. (RECANATI, 1997, p.138)

163) chama de *relatum* tais associações ou indicações convencionais. A diferença então entre nomes próprios e palavras comuns é que o significado (valor semântico) desta última é estabelecido em termos do *relatum*, ou seja, o significado da palavra “vermelho” é o que a convenção semântica associa à palavra, neste caso, cor. Logo, “vermelho” significa a cor, não “a coisa chamada “vermelho””. No caso dos nomes próprios, essa associação não parte de uma convenção linguística, mas de relação, convencional de natureza não linguística, entre o nome e seu portador. Daí aquela associação não fixa o significado (que é de natureza linguística) do nome próprio. Contudo, desde que nomes próprios sejam expressões da linguagem o seu significado somente pode ser fixado por uma convenção linguística — aquela que um nome próprio refere ao seu portador, ou melhor, aquela que relaciona um nome próprio “N” à descrição que o menciona “O portador de 'N'”.

Portanto, admitindo que nomes próprios tenham significado, este apenas qualifica o nome como expressão referencial, isto é, revela o nome como uma expressão da linguagem a qual remete a um portador – conforme admite Loar. Mas a referência transmitida pelo nome não é parte constituinte deste significado. Assim, como sugere Recanati (1997), a convenção que associa “Sócrates” a Sócrates não é linguística.

A meu ver o argumento da generalização não chega a ser um problema para as teorias metalinguísticas. Kripke deixa escapar, ao formular o argumento, um dado importante, cuja ausência, caracterizará o problema da generalização: a equivocidade no uso dos nomes próprios. Tal característica revela que a singularidade do ato de referir não decorre da linguagem, antes é assegurada por um conjunto de fatores extralinguísticos. Nestas condições a única regra semântica dos nomes próprios, que os qualifica como expressões da linguagem, reúne todas as possibilidades de performances do nome segundo o contexto e a intenção do falante.

Resta agora para a tese metalinguística, enfrentar a objeção expressa pelo argumento modal.

3.4.3 O argumento modal

O argumento modal é outra das principais objeções suscitadas por Kripke (1980) ao modelo descritivo de conteúdo para os nomes próprios. A teoria metalinguística é somente um caso particular ao qual o argumento se aplica.

No capítulo 1 apresentei o argumento modal, o retomarei aqui, aplicado à teoria metalinguística, tendo em vista o exame de sua réplica.

O que Kripke (1980) alude, aplicado à teoria metalinguística é o seguinte:

- (i) Se N significa “O portador de ‘N’” então a frase “N poderia não ter sido o portador de N” deveria ser falso.
- (ii) Mas “N poderia não ter sido o portador de N” é verdadeiro.
- (iii) Logo, N não significa “O portador de ‘N’”.

Ora, de acordo com a teoria metalinguística, o significado de um nome próprio “N” é dado pela descrição “O portador de ‘N’”. Mas, de acordo com Kripke (1980) o conteúdo dos nomes próprios não pode ser dado em termos de descrições definidas, em particular, em termos de descrições metalinguísticas. Consequentemente cabe aos proponentes da tese metalinguística o ônus da demonstração em contrário. Duas réplicas tomadas dos proponentes mais recentes da teoria serão aqui aduzidas, a saber, a levantada por Recanati (1997) e aquela sugerida por Loar-Bach.

Recanati (1997, p. 156-157) objeta o seguinte: o argumento modal está baseado na alegação **(R)**: “Se o significado de uma expressão referencial *s* é constituído por certo conceito *F*, de modo tal que a referência de *s* é apresentado como sendo *F*, então ‘*s* é *F*’ é analítico e, portanto, necessário.”⁷⁰

O problema, segundo Recanati (1997) é que esta alegação se apoia em um vínculo questionado por Kripke entre aprioricidade (analiticidade) e necessidade ⁷¹. Com efeito, dizer um enunciado como “Eu estou a proferir este proferimento”, é verdadeiro em função de seu significado, ou seja, trata-se de um enunciado analítico. Contudo, o referente do indexical “Eu” pode variar segundo aquele que fala. Logo a proposição expressa é contingente. Portanto, o enunciado, pode ser compreendido *a priori* ainda que a proposição que ele expresse seja contingente.

Paralelo a esta distinção entre aprioricidade e necessidade, consideremos a diferença entre conteúdo e caráter (*character*), firmada por Kaplan (1989, p. 733-738). O conteúdo é a proposição expressa e o caráter de uma expressão é definido pelas convenções linguísticas e, por seu turno, determina o conteúdo de uma expressão em todo o contexto, isto é, produz um

⁷⁰ No original: If the meaning of a referring expression *e* is constituted by a certain concept *F*, in such a way that the reference of *e* is presented as being *F*, then ‘*e* is *F*’ is analytic, hence necessary. (RECANATI, 1997, p.156)

⁷¹ Kripke (1980, p. 38-43) mostra, corretamente, que aprioricidade não equivale à necessidade, mas ele também distingue entre aprioricidade e analiticidade. A primeira é uma noção epistemológica e a segunda é semântica. Um enunciado analítico sempre é necessário, mas um enunciado *a priori* pode ser contingente (e.g. ‘um metro é a medida do metro-padrão’).

conteúdo verdadeiro em todo contexto. Em virtude disso uma frase como “Eu estou aqui agora” é analítica. Assim, assumindo esta distinção modifica-se (R): agora é preciso afirmar que (1) se o conteúdo de uma expressão referencial *s* é constituído por certo conceito *F*, tal que o referente de *s* é apresentado como sendo *F*, então “*s* é *F*” é necessário. Mas também é possível afirmar (2) se o caráter de uma expressão referencial *s* é constituído por certo conceito *F*, de modo tal que a referência de *s* é apresentada como sendo *F*, então “*s* é *F*” é *a priori*. De acordo com Recanati (1997) o argumento modal pode apoiar-se em (1), desde que (2) não envolve necessidade. Considere por exemplo o nome “Sócrates” tendo como valor semântico a descrição “O portador de ‘Sócrates’”. Considere ainda que a pessoa Sócrates seja apresentada nos termos dessa descrição. Desde que, a pessoa Sócrates poderia não ter sido “O portador de ‘Sócrates’” não é necessário que Sócrates tivesse esse nome. Ao que parece então a descrição “O portador de ‘Sócrates’” não pode constituir o conteúdo do nome, antes é constitutivo do caráter. Logo, declarar, por exemplo, que o nome “Sócrates” significa “O portador de ‘Sócrates’” é *a priori* verdadeiro.

Loar (2006) e Bach (2002) por sua vez questionam a validade formal do argumento modal, reproduzindo a alegação de Dummett (1981) a respeito. Segundo estes filósofos o modo de Dummett evitar o argumento modal explicaria a tese da rigidez semântica dos nomes próprios de Kripke e, ao mesmo tempo, é compatível com a premissa descritivista de que os nomes próprios equivalem as descrições definidas.

Contrariando Kripke (1980), Dummett (1981, p.113-117) argumenta que a diferença entre o nome próprio e as descrições definidas não é semântica, mas uma diferença sintática. Isso é demonstrado a partir da ideia de que há certa ambiguidade envolvendo a interpretação do valor de verdade de alguns enunciados modalizados contendo descrições definidas, como, por exemplo, em “a mãe de Maria poderia não ter sido a mãe de Maria”. Segundo Dummett (1981, p. 114) temos duas maneiras de analisar o escopo lógico da descrição definida tal como ocorre no enunciado. Assim, se tomarmos que a descrição definida “a mãe de Maria”, em “a mãe de Maria poderia não ter sido a mãe de Maria”, ocorre dentro do escopo do operador modal, obtemos a seguinte análise do enunciado:

$$\diamond \exists y (\forall x (Mx \leftrightarrow x = y) \& \sim My), \text{ em que } My \text{ abrevia “}y \text{ é mãe de Maria”}$$

Essa maneira de analisar o enunciado dá conta, justamente, segundo Dummett, daquele caso em que o proferimento do enunciado não afirma uma proposição verdadeira. Em tal caso temos a descrição com um escopo estreito em relação ao operador modal. No entanto o valor

de verdade do enunciado muda se for estabelecido que a descrição definida ocorra fora do escopo do operador modal, caso em que teríamos a seguinte análise:

$$\exists y (\forall x (Mx \leftrightarrow x = y) \ \& \ \sim \diamond My)$$

Desse modo, de acordo com Dummett, ao considerarmos que a descrição “a mãe de Maria” tem escopo amplo com respeito ao operador modal, obtemos o sentido segundo o qual é verdadeiro afirma que a mãe de Maria poderia não ter sido a mãe de Maria. Portanto, temos duas interpretações possíveis de enunciados modalizados contendo descrições definidas. Num primeiro caso, assumindo que a descrição “a mãe de Maria” tem escopo estreito em “a mãe de Maria poderia não ter sido a mãe de Maria”, a descrição definida não é rígida. No segundo caso a descrição é rígida, pois segundo Dummett, (1981, p. 128) “estamos tratando a descrição definida enquanto tendo, como seu referente constante, o referente que ela tem no mundo real”.

Com base nessa distinção Dummett (1981, p. 127-128) assume o ponto de vista de que, nas linguagens naturais, há uma convenção estabelecendo que nomes próprios tenham sempre escopo amplo em enunciados contendo operadores modais. Assim, um enunciado modalizado como “Santa Ana poderia não ter sido a mãe de Maria” poderia ser analisado da seguinte maneira:

$\exists y (y = s \ \& \ \diamond \sim My)$, em que s representa Santa Ana e My abrevia “ y é a mãe de Maria”

Aqui o nome próprio “Santa Ana” ocorre fora do escopo do operador modal, com isso, o portador do nome no mundo atual permanece constante nos mundos possíveis, ou, em termos kripkeanos, “Santa Ana” é um designador rígido. Portanto, de acordo com Dummett é possível demonstrar a distinção entre nomes próprios e descrições definidas sem postular diferença semântica.

Voltando agora ao argumento modal tal como expresso acima,

- (i) Se N significa “O portador de ‘ N ’” então a frase “ N poderia não ter sido o portador de N ” deveria ser falso.
- (ii) Mas “ N poderia não ter sido o portador de N ” é verdadeiro.
- (iii) Logo, N não significa “O portador de ‘ N ’”.

De acordo com Loar (2006), a premissa (i) do argumento incorre num equívoco, pois uma vez que, no conseqüente, N é tomado sob o âmbito do operador modal de possibilidade, tem um escopo mais amplo do que quando tomado fora da modalidade, como acontece no antecedente. Em outras palavras, embora seja verdade que N significa “O portador de N”, isso não implica em dizer que o enunciado “N pode não ter sido o portador de N” seja falso, pois aqui N está sob a regência do operador modal, tendo assim uma extensão maior. Neste sentido, diz Loar (2006) que o argumento, é semanticamente ambíguo; isto é, o argumento falha à medida que as premissas não podem ser ambas verdadeiras.

Entretanto, observando atentamente o argumento modal, o que ele diz? A rigor diz o seguinte: se o nome próprio “N” e a descrição “o F” são semanticamente equivalentes, então o conseqüente da premissa (i) tem que ser verdadeiro. Ocorre que “N” e a descrição “o F” têm comportamentos modais distintos, conforme analisado no capítulo anterior: O nome próprio é um designador rígido, e a descrição é um designador flexível. Logo a premissa (ii) é verdadeira. Daí, por *modus tollens*, “N” não significa “o F”.

Outra réplica se serve da distinção feita por Dummett (1991) entre o conteúdo assertórico e o ingrediente de sentido. O conteúdo assertórico é o que é dito pelo proferimento, é também objeto das atitudes proposicionais. O ingrediente de sentido é a contribuição dos enunciados simples para os enunciados complexos dos quais fazem parte. Para ilustrar a distinção consideremos o exemplo em que o nome “Quine” é introduzido na linguagem como “O autor de *Word and Object*”. Neste caso, a frase (S1) tem o mesmo significado que (S2).

(S1) Quine é o autor de *Word and Object*

(S2) Quine é Quine

Logo, (S1) e (S2) têm o mesmo conteúdo assertórico, dizem a mesma coisa. Por outro lado consideremos o enunciado (S3).

(S3) Quine poderia não ter sido o autor de *Word and Object*.

Aqui, (S1) e (S2) fazem diferentes contribuições para (S3), como podemos constatar, pelo fato do enunciado (S4) ser verdadeira, enquanto (S5) é falso.

(S4) O autor de Word and Object poderia não ter sido o autor de Word and Object

(S5) Quine poderia não ter sido Quine

Resultado: (S1) e (S2), embora tenham o mesmo conteúdo assertórico, diferem quanto ao ingrediente de sentido.

Em seu argumento original, Kripke (1980) explica a distinção entre (S1) e (S2) a partir da noção de designador rígido. (S2) é verdadeiro por estabelecer uma relação de identidade entre designadores rígidos, o que não ocorre em (S1) que é igualmente verdadeiro, mas não é uma relação de identidade ou sinonímia. O que Dummett (1991) afirma é que esta diferença está no ingrediente de sentido. Porém, à luz de seus conteúdos assertóricos, (S1) e (S2) são idênticos, isto é, dizem a mesma coisa. E, portanto, a noção de designação rígida atende a exigências da sintaxe modal e como o nome tem um escopo mais amplo, não se presta como fundamento de distinções semânticas.

Assim, algumas conclusões são sugeridas: (1) é incorreto inferir, com Kripke e sua tese da rigidez dos nomes próprios, que “N” e “o F” têm diferentes comportamentos semânticos; (2), a única coisa que podemos concluir é que diferem em termos de ingredientes de sentido; (3) a diferença no ingrediente de sentido de “N” e “o F” não implica diferença em seus conteúdos assertóricos; finalmente, (4) o argumento modal falha em demonstrar que nomes próprios não têm conteúdo descritivo, desde que consideremos as descrições como conteúdo assertórico dos nomes. Mas é possível conciliar a teoria metalinguística com a tese da rigidez dos nomes próprios?

Quanto a esta questão é preciso retomar o argumento, examinando a noção de designação rígida, sob o qual se apoia o argumento modal. Dummett (1991,1981) rejeita a noção semântica de rigidez, tomando-a como uma noção eminentemente lógico-sintática, para explicar que nomes têm um largo escopo quando regulados pelos operadores de modalidade. E, pelo que foi visto, o argumento modal somente explicita a ideia de rigidez, caso a distinção entre nomes e descrições definidas ocorra nos termos dos seus conteúdos assertóricos, antes que de seus ingredientes de sentido.

Proponentes da teoria metalinguística como Bach (1981), Geurts (1997) e Katz (1994), rejeitam a ideia de rigidez semântica dos nomes próprios; outros, como Recanati

(1997), relacionam rigidez com referencialidade⁷². A questão então é a seguinte: afinal a tese da rigidez semântica dos nomes próprios é incompatível com a teoria metalinguística? A seguir espero demonstrar que a noção de rigidez não é inconciliável à tese metalinguística, sob determinadas condições.

3.5 A Tese Metalinguística e a Tese da Rigidez *de Jure* dos Nomes Próprios

A noção de rigidez surgiu com o desenvolvimento da semântica da lógica modal quantificada (LMQ) para explicar o comportamento das variáveis dessa lógica. Pontualmente, a noção de rigidez encontra-se conectada a uma interpretação objetual da LMQ em que o âmbito do operador modal e quantificador são relativos a objeto antes que a frases.

De modo geral, a lógica modal é uma lógica ortodoxa, no sentido de preservar noções semânticas importantes da lógica formal, tais como, os valores de verdade - verdadeiro e falso – satisfatibilidade, interpretação e os princípios da lógica clássica (não contradição, terceiro excluído, identidade e o princípio da substituição)⁷³. Contudo, o traço mais saliente da lógica das modalidades diz respeito ao fato de os valores de verdade dos enunciados modais serem determinados de acordo com os “fatos” existentes nos vários mundos possíveis. Portanto, temos duas noções semânticas fundamentais: a de valor de verdade e a de extensão ou denotação, ambos relativos a mundos possíveis e sobre as quais emerge a noção de designador rígido.⁷⁴

Examinemos, por exemplo, as seguintes frases:

⁷² Essa concepção de Recanati (1997) se constitui numa discussão à parte. Com efeito, a relação necessária entre referência direta e designação rígida, que parece decorrer naturalmente da própria concepção de rigidez semântica dos nomes próprios, não é tão evidente assim. Genoveva Marti (2003) sugere que, sob determinadas condições, um nome próprio sendo um designador rígido não acarreta que tenha uma referência direta. A idéia é que a noção de referência direta tal como discutido na literatura parece não considerar a existência de duas diferentes maneiras de caracterizá-la: em decorrência da contribuição que o objeto faz às condições de verdade associadas à sentença de que é constituinte, conforme concebe Kaplan (1989); em decorrência do modo como se encontra articulado a um objeto, por convenção, sem a mediação de mecanismos linguísticos, como concebe, por exemplo, Mill (1979).

⁷³ A esse respeito lembro aqui o seguinte: a própria possibilidade de quantificar enunciados modais é questionada conforme a tese da inadequação do princípio da substituição nos enunciados modais que, segundo Quine (1976), são referencialmente opacos. No entanto a tese quineana não tem a última palavra. Trabalhos como os de Carnap (1956), Kripke (1963), Barcan (1972, 1993), e outros, buscarem salvar a significatividade da quantificação dos enunciados modais num esforço que se justifica pelo fato de qualquer sistema de lógica modal sem quantificação só é relevante se considerado como base para incluir a quantificação.

⁷⁴ Esta noção, contudo, está longe de ser inocente. Embora seja uma noção técnica, ela enseja inúmeras polêmicas filosóficas, sobretudo, quando se combina modalidade e quantificação. De fato, a lógica modal quantificada envolve uma interpretação dos operadores, que remete a um compromisso com a existência de propriedades essenciais para o objeto

- (19) Possivelmente alguém é Deus.
 (20) Há um ser o qual possivelmente é Deus.
 (21) É necessário que tudo seja feito de matéria.
 (22) Tudo que existe, necessariamente é feito de matéria.

É claro que os enunciados (19) e (21) não dizem a mesma coisa, tanto quanto (20) e (22). Entre ambas, existem diferenças que se explicam pelo escopo do operador de modalidade e do quantificador. É o manejo desses dois instrumentos que determinam as diferenças entre os enunciados. Mais precisamente, determinam o que eles expressam. Podemos visualizar isto melhor, expressando-as da seguinte forma:

- (19*) $\diamond (\exists x)(x \text{ é Deus})$
 (20*) $(\exists x) \diamond (x \text{ é Deus})$
 (21*) $\Box (\forall x) (x \text{ é feito de matéria})$
 (22*) $(\forall x) \Box (x \text{ é feito de matéria})$

Constituindo-se cada um deles, enunciados modais.

De acordo com o enunciado (20*) o âmbito do operador modal e do quantificador é relativo ao enunciado “alguém é Deus”, isso quer dizer que, essa frase é possivelmente verdadeira, ou seja, no mundo atual existe uma pessoa que tem a propriedade de ser Deus em algum mundo acessível. E se é verdade, para o mundo atual, que alguém é Deus em algum mundo, então este alguém deve existir no mundo atual. É a interpretação não objetual ou conceitual da LMQ. Mas (19*) requer, para o mundo atual, que haja algum mundo no qual alguém seja Deus; ou seja, a condição para alguém existir e ser Deus no mundo atual é que, primeiramente ele exista nesta condição em algum outro mundo, ou seja, a modalidade é atribuída a um indivíduo. É a interpretação objetual da LMQ.

Podemos fazer a mesma análise considerando os enunciados (21*) e (22*). O enunciado (21*) afirma que “em todos os mundos (α) tudo que existe em (α) é feito de matéria, ou seja, o âmbito do operador modal e do quantificador é relativo a frase, não o objeto. Assim, não há mundos com objetos não materiais. Já o enunciado (22*) diz que “todo objeto feito de matéria no mundo atual é feito de matéria em todos os mundos (α). O âmbito do operador modal e quantificador recai sobre objetos. Portanto, um objeto que não seja material, digamos, espiritual, ao menos pode existir em (α).

A interpretação objetual representou um problema na semântica para a LMQ. De acordo com Quine esta interpretação não é legítima por escapar ao princípio da substituição e por exigir um impalatável compromisso metafísico.

O princípio lógico da substituição, decorrente do princípio leibniziano da indiscernibilidade dos idênticos, garante que se dois nomes denotam o mesmo objeto, então é possível substituir um dos nomes pelo outro, em qualquer enunciado em que eles compareçam *salva veritate*, neste caso diz-se que o nome ocupa uma posição referencial. Mas, de acordo com Quine, as noções modais de necessidade e possibilidade, contradizem este importante princípio lógico. Considere, por exemplo, o seguinte argumento⁷⁵:

P₁: 9 é necessariamente maior do que 7;

P₂: O número dos planetas = 9;

C : O número de planetas é necessariamente maior do que 7.

O princípio de substituição gera um enunciado falso (C), e tomando o enunciado (P₁) e (P₂) como premissas tem-se um argumento inválido. Neste caso, não se pode inferir por generalização existencial de (P₁), o seguinte:

$(\exists x)(x \text{ é necessariamente maior do que } 7),$

pois embora, de acordo com (P₁) tal número seja 9, que é o número de planetas, isto entra em conflito com (C) que é um enunciado falso. Em outras palavras, 9 é tomado como sendo necessariamente maior do que 7 segundo a sentença (P₁) mas não segundo a sentença (C). Do que se conclui que a noção modal de necessidade não pode ser aplicada aos objetos de maneira absoluta, mas segundo um modo de especificação. Assim a modalidade não se dará no âmbito da coisa, (*de re*), mas tão somente no âmbito dos termos, (*de dicto*) portanto, o advérbio “necessariamente” só é aplicado em um enunciado significativamente, se este enunciado for analítico (QUINE, 1971, p.31; 1975, p: 237-254; 1968, p.75-80), como por exemplo em, “Todos os solteiros são não casados”. É claro que, “Necessariamente todo solteiro é solteiro” é um enunciado verdadeiro. Logo, podemos substituir “homem que não

⁷⁵ Hoje já é amplamente reconhecido que esse argumento do Quine é uma falácia. Se a necessidade aqui é *de re*, o argumento é válido e a conclusão é verdadeira. Se a necessidade é *de dicto*, o argumento é inválido. Conservei o argumento com o objetivo de mostrar como as críticas de Quine à interpretação objetual da LMQ renderam esforços no sentido de respondê-las oferecendo uma interpretação coerente da semântica da LMQ.

casou” na segunda ocorrência de “solteiro” obtemos então,” Necessariamente todos os solteiros são não casados”. Preservando-se o valor de verdade. E tendo S por solteiro, e C por casado, obtemos $\Box(\forall x)(Sx \rightarrow \sim Cx)$ que se constitui na expressão quantificada da chamada modalidade *de dicto*, e este sim, é o real uso do operador modal, na visão quineana. Assim para Quine o fracasso do princípio da substituição em contextos modais demonstra a não existência de uma interpretação objetual para a LMQ.

Segue naturalmente que se é desejável preservar o princípio da substituição, tanto quanto a concepção de satisfação na quantificação da lógica modal é imprescindível assegurar que as variáveis e termos sejam rígidos. Por que? Stanley (1997) aponta as seguintes razões de ordem técnica: permitir um tratamento uniforme da classe dos termos, pois se assim for às variáveis não livres podem ser tratadas na semântica como variáveis cuja interpretação não depende da atribuição; se consentirmos designações não-rígidas devemos restringir a regra da instanciação universal a designadores rígidos, o que é bastante desagradável. Finalmente, conclui Stanley (1997, p. 562),

[...] não há compromisso com a tese de que todos os termos na linguagem comum são rígidos. Termos rígidos apenas desempenham o papel, nesta fase, de desejáveis ferramentas semânticas formais, o que nos permitirá uma melhor compreensão da noção objectual de satisfação, bem como uma explicação sobre a validade da substituição clássica.⁷⁶

Contudo se compreendermos a LMQ como uma representação do discurso modal na linguagem comum, a noção de rigidez dos termos é problemática, em particular, teremos o problema da demonstração filosófico-semântica da noção de rigidez. Essa demonstração permitiria à linguagem comum apoiar a semântica da quantificação da lógica modal. Caso contrário, a noção de rigidez seria um artifício *ad hoc* para estruturar a quantificação de lógica modal.

O trabalho desenvolvido por Kripke, sobretudo em *Naming and Necessity* (1980), tem como um dos seus propósitos, chamar a atenção para como interpretamos normalmente enunciados modais com a ocorrência de nomes próprios. De fato, isso parece suficiente para convencer o leitor da rigidez dos nomes próprios. E, assim, o conteúdo semântico dessas expressões não pode ser dado por descrições definidas.

De acordo com Kripke (1980) a rigidez está ligada às condições de verdade dos

⁷⁶ No original: “[...] there is no commitment to thinking that any terms in ordinary language are rigid. Rigid terms only play the role, at this stage, of desirable formal-semantical tools, which allow us a better grasp of the objectual notion of satisfaction, as well as an explanation of the validity of classical substitution.” (STANLEY, 1997, P. 562)

enunciados em que comparece o termo rígido. Assim, dizer que um designador é rígido é dizer que há um indivíduo tal que, em todas as situações contrafactuais, as condições da verdade do enunciado em que comparece aquele designador envolvem aquele indivíduo. Tomemos, por exemplo, o nome “Einstein”, para designar a pessoa de Einstein, tal que em todo mundo possível em que essa pessoa exista é designado por “Einstein”.

Suponhamos agora que exista um mundo possível em que Einstein exista, mas não é designado por “Einstein”. Assim, $\exists x (x = \text{Einstein} \ \& \ \diamond (x \text{ exista} \ \& \ x \neq \text{Einstein}))$, isto é, “há alguém que é Einstein, mas poderia não ser Einstein”, o que é claramente falso. Logo, se “N” é um nome próprio designando um objeto x , então, se x existe em um mundo w , “N” o designa, mas se x não existe em w então “N” não designa um objeto diferente em w . O que completa a caracterização da rigidez. Nesta condição, de acordo com Stanley (1997, p.565), há três possibilidades abertas para um designador d cujo objeto por ele designado não existe em um mundo possível w : (1) d não designa nada com respeito a esse mundo w – designadores persistentemente rígidos; (2) d designa x em todos os mundos possíveis, não obstante x não existir nestes mundos – designadores obstinadamente rígidos; e (3) d designa x com respeito a alguns mundos e não designa nada com respeito a outros – designadores híbridos.

Em *Naming and Necessity* (1980, p. 26, nota 21; p. 112 nota 56) há ainda uma distinção entre rigidez *de jure* e rigidez *de facto*. Uma expressão é um designador rígido *de jure* de um objeto apenas no caso da regra semântica da linguagem ligá-lo, sem mediação, àquele objeto. O conteúdo intuitivo da rigidez *de jure*⁷⁷ apoia-se na ideia de que a regra semântica toma a forma de uma estipulação que denota certo objeto. Na rigidez *de facto*, uma descrição que expressa um atributo essencial do designado se conserva, noutros mundos possíveis, como condição para a existência, nesses mundos, do objeto referido pela descrição. Por exemplo, a descrição “a raiz cúbica de 27” designa, em todas as situações contrafactuais, o número três: 3 é em todos os mundos possíveis raiz cúbica de 27. A rigidez *de facto* apoia-se na metafísica ou numa tese essencialista. Com efeito, descrições definidas, podem ser rígidas (*de facto*), mas não rígidas *de jure*.

Ocorre que é através das descrições definidas que os nomes próprios estão ligados à

⁷⁷ Kripke ressalta o caráter intuitivo da rigidez *de jure* em vários momentos em *Naming and Necessity*: “Uma das teses intuitivas que sustentarei nestas falas é que os nomes são designadores rígidos” (1980, p.48); “Minha observação mais importante é, então, que temos uma intuição direta da rigidez dos nomes, a qual é posta de manifesto em nossa compreensão das condições de verdades das frases particulares” (1980, p.19), em (1980, p. 51-52) ele destaca exatamente a intuição como evidência em favor da rigidez dos nomes. No prefácio ele já argumentava que nossas intuições corroboram a tese de que os nomes próprios são rígidos.

realidade extralinguística, ao menos de acordo com o modelo descritivista de referência. Este modelo responde a seguinte questão: em virtude do que um nome “N” tem o referente que tem? Assim um nome próprio como “Aristóteles” denota a pessoa Aristóteles porque está associado a um conjunto de descrições satisfeitas unicamente por Aristóteles. O que a noção de rigidez e o argumento modal atacam, no entanto, é o modelo descritivista de conteúdo dos nomes próprios. Por outro lado, o que define o descritivismo de conteúdo é a defesa da tese segundo a qual as descrições que explicam porque “N” tem o referente que tem também determinam o conteúdo ou valor semântico de “N”.

O exemplo da barra de um metro em Paris dada por Kripke (1980) explicita essa questão. Kripke afirma que há diferença intuitiva entre a expressão “Um metro” e a expressão “O comprimento de B em t_0 ”. A primeira expressão é um designador rígido, enquanto a outra, não. É claro, em algumas situações, o comprimento de B pode não ser de um metro. Mas isso não inviabiliza o uso dessa expressão descritiva para fixar a referência de “Um metro”, pois não estamos usando esta descrição para firmar o conteúdo semântico de “Um metro”; antes estipulando que “Um metro” deverá ser definido em termos de “O comprimento de B em t_0 ”, em todas as situações contrafactuais. Isto é, estipulamos que a expressão “Um metro” designará rigidamente uma medida de comprimento que de fato é o comprimento de B em t_0 . Coisa análoga explicaria então a rigidez dos nomes próprios. Consideremos por exemplo alguém que deseje introduzir o signo “Colombo” dizendo algo como: “designarei por “Colombo” ao homem que descobriu a América, quer esteja falando do mundo atual ou de qualquer circunstância contrafactual”. Introduzido dessa forma na linguagem, a expressão “Colombo” individualizará em toda situação contrafactual exatamente aquele que no mundo atual é o homem que descobriu a América. Em outras palavras “Colombo” é um designador rígido.

Mas quem assim procedeu tinha uma intuição fundamental acerca dos nomes próprios: essas expressões têm a propriedade semântica de individualizar o seu portador. Isto é, na origem da rigidez designativa do nome “Colombo” encontra-se uma propriedade semântica. Diz-se então que “Colombo” é um designador rígido *de jure*.

Kripke toma a rigidez como uma propriedade dos nomes não como um fenômeno relativo ao seu uso pelos falantes. Ao menos é o que transparece quando ele diz (1980, p 11), por exemplo, “Eventualmente cheguei a perceber que [...] de fato pode-se sustentar a intuição geral de que os nomes da linguagem natural são designadores rígidos [...]”. Depois na famosa nota 21 do prefácio de *Naming and Necessity* essa ideia é ressaltada ao caracterizar os nomes próprios como rígidos *de jure*. Mas nestas condições como explicar a questão dos múltiplos

portadores do mesmo nome? Kripke (1980, p. 13) propõe o seguinte:

Para a linguagem, como a temos, poderíamos falar dos nomes como se tivessem um referente único, desde que adotássemos uma terminologia [...] de acordo com a qual o uso dos sons foneticamente iguais para nomear objetos distintos conta como nomes diferentes. Certamente esta terminologia não está de acordo com muitos dos usos comuns, entretanto pode ter muitas vantagens que a recomendam para propósitos teóricos.⁷⁸

Assim dentro dessa concepção cada nome é único em sua individualização, isto é, não há dois nomes iguais, até porque são cadeias causais históricas de referências completamente distintas. Por exemplo, o nome “Mateus” para designar, no mundo atual, com respeito a todas as situações contrafactuais, “O homem que escreveu o primeiro evangelho” é completamente diferente do nome “Mateus” para designar, no mundo atual, e com respeito a todos os mundos possíveis “O diretor da fábrica em que eu trabalho”. Embora foneticamente iguais, são segundo Kripke, nomes distintos, na medida em que se apoiam em cadeias causais históricas completamente diferentes.

Entretanto há vários problemas com essa proposta. Katz identifica algumas consequências implausíveis. Por exemplo, um falante chamado “Pedro” que dissesse para alguém também chamado “Pedro”, “Olha, temos o mesmo nome!” estaria dizendo algo literalmente falso; se Kripke estiver certo, é redundante acrescentar a expressão “Junior” para o nome do filho que partilha do nome do pai; os nomes que identificam pessoas da mesma família como, por exemplo, “Sena”, “Barbosa”, nesta proposta de Kripke, perdem essa importante função.

Contudo, parece-me que a proposta de Kripke, haja vista, assegurar a unicidade do *designatum*, salva a singularidade de proposições em que aparecem os nomes próprios e estabelece um “modelo de conteúdo oficial” dessas expressões. Isto porque enquanto nomes próprios contribuem com o objeto para o conteúdo semântico dos enunciados em que comparecem, descrições definidas contribuem com o modo de apresentação ou com a condição que deve ser satisfeita pelo objeto. Neste aspecto cada nome próprio é único em sua função referencial individualizante.

Como já ressalttei, rigidez dos nomes próprios é uma tese a respeito do conteúdo ou

⁷⁸ No original: “For language as we have it, we could speak of names as having a unique referent if we adopted a terminology, analogous to the practice of calling homonyms distinct “words,” according to which uses of phonetically the same sounds to name distinct objects count as distinct names. This terminology certainly does not agree with the most common usage, but I think it may have a great deal to recommend it for theoretical purposes.”

valor semântico dessas expressões. Os argumentos em sua defesa, em particular o argumento modal, sugerem fortemente que o modelo descritivo do conteúdo dessas expressões é falso. Contudo, rigidez dos nomes próprios não parece refutar o modelo descritivo de intencionalidade e tampouco outras análises descritivistas de conteúdo como é o caso dos indexicais, das descrições que expressam conceitos gerais, como por exemplo, “o menor número primo”, “o metal de número atômico 79”, e das descrições definidas prefixadas pela palavra “atual”.

No caso dos indexicais e demonstrativos as regras da linguagem associadas ao uso dessas expressões determinam as condições sob as quais elas referem. As descrições a elas associadas expressam as regras que asseguram o uso referencial singular dessas expressões. A expressão “Eu”, por exemplo, define-se como “O falante que diz ‘Eu’”; o pronome demonstrativo “Você” denota aquele a quem se refere num dado contexto; “Agora” refere um tempo, em um contexto. Descrições expressivas de conceitos gerais podem ser compatíveis com a análise dos conteúdos dos termos gerais. É o que Kripke denomina de designadores rígidos *de facto*. E finalmente as descrições prefixadas pela expressão “Atual”. Ocorre aqui o seguinte: a análise do conteúdo dos nomes próprios em termos de descrições definidas prefixadas pela palavra “Atual” não parece contrariar a tese da rigidez semântica daquela expressão. Por que? Há uma característica dos indexicais e demonstrativos compartilhada pela expressão “Atual” que torna possível sustentar que esta palavra é um indexical. Nos indexicais e demonstrativos o contexto determina certo parâmetro de aplicação da regra linguística associada à expressão, por exemplo, se chego ao departamento de filosofia e encontro um cartaz na porta com a seguinte informação “Hoje o secretário não vem”, o contexto é fundamental na determinação do significado da expressão “hoje” e, portanto, da compreensão da frase pelo ouvinte-leitor. Se é assim parece natural incluir a palavra “Atual” na lista dos indexicais uma vez que no contexto da semântica dos mundos possíveis “Atual” indica o mundo como contexto. Logo, a descrição definida “O atual F” denota com respeito ao contexto de todo mundo possível o mesmo objeto, nomeadamente, o único F do mundo atual. Sob esta análise, descrições pré-fixadas pela palavra “atual” são rígidas.

Estas condições parecem permitir concluir pela análise do valor semântico dos nomes próprios em termos de descrições definidas pré-fixadas pela palavra “Atual”, sem prejuízo da tese da rigidez daquelas expressões. Entretanto a meu ver existem dois problemas profundamente relacionados com essa proposta: o primeiro que chamarei de “problema da mediação semântica” e o segundo a concepção dos nomes próprios como designadores rígidos *de jure*. Analisarei ambas as dificuldades conjuntamente.

Um designador rígido *de jure* designa sem a mediação de uma propriedade do objeto ou descrição, conforme é o caso com os termos gerais – “Ouro”, “Leão”, e outros. Ao afirmar que nomes próprios são rígidos *de jure* é assumida a concepção de acordo com a qual a maneira como é determinada a singularidade referencial dessas expressões escapa a qualquer forma de essencialismo. De fato, segundo a tese da rigidez semântica dos nomes próprios, sua singularidade referencial decorre estritamente das regras linguísticas na forma de uma estipulação que remete um nome próprio “N” a certo objeto. Kripke reconhece assim que nomes próprios não têm conteúdo descritivo.

Mas descrições definidas “atualizadas” não são rígidas *de jure*, isto é, uma descrição como “O atual autor de *Word and Object*” designa Quine através da mediação de um conceito. Nesta condição, desde que nomes próprios são rígidos *de jure*, a análise do seu significado não poderia ocorrer em termos de descrições “atualizadas”. Descrições definidas “atualizadas” permitiriam justificar que nomes são expressões rígidas, mas não rígidas *de jure*.

Agora se isso é verdade, é possível afirmar que os nomes próprios designam o que designam rigidamente via mediação. Um exemplo nesta perspectiva é dado por Gareth Evans (1985). Suponha que desejássemos saber o que teria acontecido se o inventor do zíper tivesse morrido ao nascer. Não sabemos quem inventou o zíper. Introduzimos o nome “Júlio” pelo seguinte estipulação fixadora da referência:

Referente (“Júlio”) = O inventou do zíper

Podemos então especular a respeito do que aconteceria se Júlio tivesse morrido ao nascer e o zíper não tivesse sido inventado. Supondo que “Júlio” é um designador rígido temos o seguinte:

- I. Júlio pode não ter sido Júlio
- II. Júlio pode não ter sido o inventor do zíper

Claramente (i) é falso, mas (ii) é verdadeiro. Nesta condição “Júlio” designa o que designa através da mediação, e, portanto, não é um designador rígido *de jure*.

É claro que sob uma análise descritivista nenhum nome próprio é um designador rígido. Por outro lado, a questão da rigidez é simplesmente independente da questão do conteúdo descritivo dos nomes, pois é perfeitamente plausível manter a tese do conteúdo

descritivo dos nomes e sua rigidez semântica, com bem o demonstra as descrições definidas contendo expressões indexicais, em particular, descrições definidas “atualizadas”. Além do mais, Kripke nunca argumentou que suas considerações modais refutavam toda análise descritivista do conteúdo dos nomes próprios. Assim, acredito que seja possível estabelecer a rigidez *de jure* dos nomes próprios apoiado no seu significado metalinguístico. Conforme indiquei anteriormente nomes próprios como parte do sistema linguístico podem se aplicar a qualquer número de objetos. Seu valor semântico decorre de uma propriedade sortal “O portador de ‘N’”. Essa propriedade é meramente reflexiva e garante que nomes próprios são expressões designadoras usadas para a referência singular nos processos comunicacionais. Ao prefixarmos a cláusula “atual” à descrição metalinguística “O portador de ‘N’”, poderemos especificar com respeito ao contexto de todo mundo possível os mesmos objetos, nomeadamente, “O portador de ‘N’” do mundo atual. Com isso penso assegurar através da regra sintático-semântica que qualifica “N” para o uso referencial singular, a unicidade de todos os possíveis usos de “N”. Nestas condições nomes próprios não deixam de serem designadores rígidos *de jure*.

3.6 Considerações do capítulo

Ao longo deste capítulo examinei as abordagens atualmente mais representativas da teoria metalinguística do significado dos nomes próprios. Destaquei nesse estudo as objeções que são levantadas contra a teoria e os argumentos em sua defesa. Ao apresentar o argumento modal deparei-me com a questão da rigidez semântica dos nomes próprios. No exame dessa questão percebi a aversão que os proponentes da teoria metalinguística compartilham com respeito à ideia de designação rígida. Contudo, como mostrei, essa é uma tese central na justificativa semântica-filosófica da quantificação da lógica modal. Assim, a rigidez dos nomes próprios, como categoria semântica da linguagem ordinária deve apoiar ou justificar o uso técnico do conceito na lógica modal. Sugeri então compreender a descrição metalinguística “O portador de ‘N’” pré-fixando à descrição a cláusula “Atual”, tal que a descrição “O atual portador de ‘N’” encerra todo o significado ou valor semântico dos nomes próprios. Como esta descrição é a expressão da única regra linguística que caracteriza o nome próprio como expressão referencial de largo escopo, entendo que esta descrição manifesta o sentido em que o nome próprio é um designador rígido *de jure*. No próximo capítulo, continuarei a assumir esta hipótese, no exame dos enigmas a que estão sujeitas as novas teorias da referência.

.4 A TEORIA METALINGUÍSTICA E OS ENIGMAS COM NOMES

No capítulo 1 considere algumas objeções à tese fregeana, sobretudo nas versões de Russell (1905, 1956) e Searle (1958, 1969).

No capítulo 2 fiz alusão a conhecidas objeções à visão milliana que está sujeita a bem conhecidas dificuldades, conforme alertam os seus críticos, em particular, os teóricos do descritivismo.

Estas dificuldades têm a ver basicamente com quatro grandes problemas: desde que há nomes próprios cujo referente não existe — como, por exemplo, “Vulcano” “Peter Parker” — como explicar o conteúdo dessas expressões? É o chamado problema dos nomes próprios vazios. Depois, como explicar o significado dos enunciados em que aparecem nomes vazios? Tais enunciados expressam proposições? Uma resposta possível na linha do millianismo nega a significatividade e o caráter proposicional dessas expressões. Entretanto, isso resulta em consequências contra-intuitivas, por exemplo, podemos pensar que um enunciado como “Sherlock Holmes é um detetive” é uma expressão sem sentido a qual não podemos atribuir valor de verdade, mas, de fato, não parece ser assim compreendida, com efeito, frases expressando proposições com nomes próprios vazios são objetos de crença. Muitas crianças ainda acreditam no papai Noel.

Depois, há o caso dos enunciados de atitude proposicional. O problema é que, desde que esperemos a aplicação irrestrita do princípio da substituição, o caso envolvendo os nomes co-referenciais, nestes contextos, parece violar esse princípio. O tratamento dessa questão exige examinemos o problema que envolve as relações de identidade entre enunciados em que aparecem nomes próprios. O caso paradigmático a ser examinado neste ponto é o assim chamado enigma de Frege. Isto porque a solução apontada por ele para o enigma parece definitiva.

Neste capítulo analisarei esses problemas. Para tanto, a hipótese é aquela apresentada e examinada no capítulo 2, a saber: O valor semântico do nome próprio ‘N’ aponta para uma propriedade geral nos termos da descrição “O atual portador de ‘N’”. Este significado caracterizará o nome como designador rígido *de jure*. Agora, referir é uma ação interna do falante, neste sentido incorpora elementos contextuais e psicológicos. Mas, conforme ressaltai, se o ato de referir é extralinguístico, não o pode ser o referente, que aqui compreendo como signo interpretante. Assim referir é o ato de indicar esse signo interpretante. Nesta condição, a regra que define o valor semântico do nome próprio reúne e

unifica todas as possibilidades de referente do nome como signo interpretado. Portanto, do ponto de vista semântico não há nomes próprios referencialmente vazios, ainda que nomes do discurso ficcional, do discurso mitológico e dos enunciados existenciais negativos tratem de objetos inexistentes. De qualquer maneira sugiro aqui que estes “enigmas” não são desastrosos à teoria metalinguística, sobretudo, na versão aqui proposta, como o é para o referencialismo.

4.1 O problema da referência aos não existentes

Sabemos que embora Frege (2009) e Russell (1905) possam discordar a respeito do caráter referencial das descrições definidas, estão de acordo a respeito do caráter referencial dos nomes próprios — se bem que no caso de Russell, nomes logicamente próprios⁷⁹. Ao mesmo tempo, para o millianismo, nomes próprios são termos singulares cujo comparecimento nos enunciados garantem a estes a singularidade do pensamento que expressam, isto é, sua proposição. Com efeito, a ideia é a de que nomes são tais porque referem. Mas, e no caso de nomes próprios ficcionais e mitológicos tais como, “Pégaso”, “Apolo”, “Peter Parker” os quais pelo fato de remeterem a indivíduos inexistentes, são referencialmente vazios? Como se comportam frases em que comparecem tais expressões? Nomes como estes, que não têm referentes, são carentes de valor semântico?

A existência desses nomes próprios representa um problema para qualquer teoria que procure explicitar a conexão entre a linguagem e a realidade. É particularmente agravante para as teorias que assumem que o conteúdo dos nomes próprios não é outra coisa que o objeto ao qual se referem — teorias da referência direta. Mas não representa grande desafio para a tese metalinguística, tal como será demonstrado nesta seção.

Consideremos inicialmente o seguinte: o fato de um nome próprio ser uma expressão referencial não implica que seu *designatum* exista necessariamente⁸⁰. Por exemplo, em enunciados como “Aquiles foi morto por Paris” ou “Sherlock Holmes é um detetive”, os nomes próprios não deixam de ter o caráter referencial pelo fato de o referente não existir.

Tomemos então o seguinte enunciado:

(23) Peter Parker é um fotógrafo.

⁷⁹ Vide capítulo 1 deste trabalho.

⁸⁰ Há casos em que os nomes próprios não são usados referencialmente. Em enunciados como “O professor é um Einstein no assunto” ou em “Aquele é o Da Vinci da nossa cidade”, os nomes próprios são usados com a intenção de qualificar, antes que individualizar alguém. Contudo não se trata de um uso literal, antes de um tipo de metáfora.

Trata-se de uma expressão que se encontra estruturada em termos de sujeito-predicado, perfeitamente significativa, isto é, as condições de significação, como diz Strawson (1950)⁸¹, estão dispostas de modo que qualquer falante da língua portuguesa compreende o que ele quer expressar. Mas, claramente, o termo sujeito falha em oferecer qualquer coisa existente, de fato, “Peter Parker” é um personagem de ficção. Daí, se o enunciado é significativo somente se oferecer um objeto e indicar a propriedade desse objeto, como quer, por exemplo, a tese referencialista, então este enunciado é sem significado uma vez que designa uma coisa que não existe. Ainda mais, assumindo que Meinong (1960, p. 78)⁸² está errado, não havendo coisas como “objetos que não existem”, (23) é sem significado, o que parece contrariar a evidência.

Com efeito, inconsistências desse tipo são desafios aos princípios explicativos da relação entre linguagem e realidade. Diante disto, Frege, por exemplo, parece entender que o conteúdo dos termos singulares não é constituído pelo objeto diretamente referido, mas pelo modo de apresentação (MP) ou sentido o qual determina o referente. Assim, termos singulares contribuem com o sentido para o caráter proposicional do enunciado em que comparecem. Nesta condição, (23) tem um sentido, mas não é passível de valor de verdade, isto é, escapa-lhe a referência.

O problema é que Frege (2009) rejeita a bivalência para o enunciado em que comparecem nomes vazios, embora a preserve para todo o sistema. Conforme apresentado no capítulo 1, Frege (1984, 2009) parece aceitar a significatividade de expressões sem referência tanto quanto enunciados significativos sem valor de verdade.

A tese de Russell com respeito a situações como (23) não deixa de ser muita engenhosa. Conforme expliquei anteriormente, Russell quer garantir a significatividade de enunciados contendo nomes vazios, sem abandonar o princípio da bivalência. Mantém que enunciados como (23) são da forma sujeito-predicado apenas superficialmente, porque, na verdade, abreviam um trio de enunciados gerais. É isto que fundamenta a tese segundo a qual enunciados contendo nomes vazios podem ser significativos mesmo que o termo sujeito não

⁸¹ Ver nota 10 em que explico quais são essas “condições de significação”.

⁸² Alexius Meinong (1960, p.80-82) distingue objetos que existem de objetos que subsistem. De acordo com ele todo objeto que existe também subsiste, mas o contrário não ocorre. Assim, embora não existam, os objetos subsistentes têm alguma espécie de ser, isto é, há coisas que não existem. A esse respeito ver, Caplan (2002, p. 15).

denote nada⁸³.

Ocorre que Russell estende sua análise dos enunciados em que comparecem descrições definidas para a análise de enunciados em que comparecem nomes próprios. Isso permite resolver o problema das descrições definidas não referenciais, e no mesmo movimento, resolver a inconsistência de análises de situações como (23).

Convém destacarmos que, de acordo com Russell (1905, 1956) nomes próprios comuns não são realmente nomes, mas expressões equivalentes a uma descrição definida. E estas prescindem de uma função referencial. Ao menos, esta é a posição oficial do russellianismo. Mas, como examinei no capítulo 1, a rigor, Russell não tem uma teoria semântica muito precisa sobre os nomes próprios. Ao tratar desse tema, suas teses percorrem diferentes momentos do descritivismo, que vai desde a chamada posição oficial até a ideia de que nomes próprios expressam o sentido de uma descrição metalinguística⁸⁴.

A posição oficial, contudo, é problemática em um sentido muito importante: supõe que referir é uma relação abstrata entre a expressão linguística e o mundo. Na verdade — e essa é a crítica de Strawson (1950)⁸⁵ — referir é um ato feito por uma pessoa, numa ocasião, e em tempo concreto. Com efeito, para Strawson (1950) referência, verdade e falsidade são funções da utilização da sentença ou expressão. Conforme encontra-se ressaltado em “On Referring” (1950): “Obviamente não podemos dizer que a sentença é verdadeira ou falsa, mas somente que está sendo usada para fazer uma asserção verdadeira ou falsa ou (se isto é preferido) expressar uma proposição verdadeira ou falsa”⁸⁶. E ainda mais, enfatiza Strawson (1950), o significado tem a ver com o fornecimento de diretivas gerais que possibilitem a utilização de uma sentença ou expressão para fazer referência ou mencionar objetos ou pessoas particulares⁸⁷. Nestas condições significação é um conjunto de regras, hábitos e convenções que determinam a utilização da expressão para fazer referência⁸⁸. Daí, segundo Strawson,

⁸³ Resumo aqui teses que aparecem em Russell, *The Philosophy of Logical Atomism* (1918), *Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description* (1910), e em “On Denoting” (1905).

⁸⁴ Imaguire (2006) apresenta, com detalhes essa falta de clareza em Russell, no tocante aos nomes próprios.

⁸⁵ O artigo de Strawson “On Referring” foi o primeiro de uma série de críticas desenvolvidos por diversos filósofos da linguagem contrários à teoria das descrições de Russell.

⁸⁶ No original lemos: “Obviously in the case of this sentence, and equally obviously in the case of many others, we cannot talk of *the sentence* being true or false, but only of its being used to make a true or false assertion, or (if this is preferred) to express a true or a false proposition.” (STRAWSON, 1950, p. 326)

⁸⁷ Pontualmente assevera Strawson (1950, p. 326): “‘Mentioning’, or ‘referring’, is not something an expression does ; it is something that someone can use an expression to do. Mentioning, or referring to, something is a characteristic of a *use* of an expression, just as “being about ” something, and truth-or-falsity, are characteristics of a *use* of a sentence.”

⁸⁸ No original lemos: “People use expressions to refer to particular things. But the meaning of an expression is not the set of things or the single thing it may correctly be used to refer to: the meaning is the set of rules, habits, conventions for its use in referring” (STRAWSON, 1950, p. 328).

Russell confunde significar com fazer referência⁸⁹.

Realmente, a semântica dos nomes próprios, segundo o que Russell apresenta em sua tese oficial (1905), é pouco sensível à pragmática que rege o uso dos nomes próprios nos contextos de fala⁹⁰. Enunciados como (23), de acordo com Russell, somente manifesta valor de verdade quando revelada a sua forma lógica. Para Strawson (1950), entretanto, a verdade e a falsidade de (23) são, antes, propriedades expressas nas variadas enunciações dos falantes ao dizerem com (23) alguma coisa.

Contudo, o problema da referência dos nomes vazios é particularmente embaraçoso para as teses da referência direta. Isto por, ao menos, três razões: a primeira, e mais óbvia, é a idéia de que nomes próprios contribuem com os seus portadores para a proposição que os enunciados expressam; a segunda, é que ligar nomes próprios aos portadores é o modo natural como as crianças aprendem os nomes próprios das pessoas que lhes são apresentadas; e terceiro, um nome próprio é uma expressão que se refere a um indivíduo em todas as circunstâncias em que esse indivíduo se encontra.

Ora, a existência de nomes próprios que não remetem a nada no mundo afeta a noção de proposição singular⁹¹ e, se a terceira razão é correta, então nomes próprios sem referente, a rigor, não são nomes, haja vista que não remetem a portador algum nas variadas circunstâncias possíveis. No entanto, se formos ao dicionário de qualquer língua, não encontraremos o significado de, por exemplo, “Sherlock Holmes”, por uma razão clara: trata-se de um nome próprio.

A situação se torna mais incômoda quando consideramos que os nomes vazios estão associados a um conjunto de descrições definidas, que informa acerca de certa personagem. Mas tais descrições não exercem nenhuma função na determinação do significado dos nomes próprios, na teoria da referência direta. Logo, sob esta ótica, todos os enunciados em que ocorrem nomes sem referentes são semanticamente defectivas.

Uma maneira de contornar a dificuldade, preservando a tese da referência direta, remete a uma sugestão de Kaplan (1989, p. 496). Segundo ele, poderíamos assumir a tese de

⁸⁹ Neste sentido lemos: “[...] he confused expressions with their use in a particular context; and so confused meaning with mentioning, with referring.” (STRAWSON, 1950, p. 328).

⁹⁰ É particularmente interessante analisar até que ponto essa carência põe em risco as concepções de Russell, no tocante aos nomes próprios. Não tomo aqui essa via de discussão, embora sua importância seja reiterada.

⁹¹ A noção de proposição singular é particularmente complexa. Frege (2009), por exemplo, ao assumir que todas as expressões referenciais têm o que ele chama de modo de apresentação, parece sugerir que, toda sentença em que comparece um termo singular é reduzida à proposição geral – aquela que tem como constituinte, um modo de apresentação – noutros casos, um conceito geral, propriedades. Russell (1956) assume que proposições singulares são aquelas cujo constituinte é o próprio objeto e uma propriedade desse objeto. Mas, a utilidade da proposição singular para especificar o conteúdo das sentenças contendo nomes indexicais e demonstrativos, é uma investigação à parte. (a este respeito, Leclerc, (2006, p. 79-89); Kaplan, (2003, p. 11-33), Frege, 1984).

que enunciados contendo nomes vazios expressam o que chama de proposições *gappy*, ou seja, proposição contendo um espaço vazio no lugar do termo singular, configurada então como $\langle _, \text{Propriedade} \rangle$ ⁹². Nestas condições, proposições *gappy* não contêm nada onde em uma proposição não *gappy* contém um objeto.

Mas isso não resolve o problema. Consideremos o seguinte:

(24) Clark Kent é um detetive

(25) Sherlock Holmes é detetive.

Proposições são distinguidas não somente pelo objeto e atributos, mas também pelo modo como esses objetos e atributos estão relacionados. No caso das frases (24) e (25), que contêm ocorrências de nomes próprios vazios e o atributo é o mesmo, suas estruturas são as mesmas, a saber, $\langle _, \text{ser detetive} \rangle$, portanto, expressam a mesma proposição *gappy*, e não há razão para pensarmos que expressam diferentes proposições. Mas qualquer aficionado em revista em quadrinhos sabe que (24) e (25) tem diferentes valores cognitivos. Ao que parece, então, a hipótese das proposições *gappy* é incapaz de oferecer uma explicação para a diferença de valor cognitivo de enunciados como (24) e (25). Além do mais, se tais enunciados compartilham da mesma estrutura proposicional, em virtude do que podemos afirmar que (24) é falso – como qualquer aficionado em revistas em quadrinhos sabe – (25) é verdadeiro – como qualquer leitor de Conan Doyle sabe? Ao que parece, temos aqui um hiato entre a teoria e a intuição.

Realmente, o embate entre a semântica das proposições *gappy* e a intuição dos falantes parece inevitável. Tomemos essa outra situação.

(26) Clark Kent é Clark Kent.

(27) Clark Kent é Sherlock Holmes

Consideremos (26) uma proposição representada por $\langle _ I_R _ \rangle$, em que I_R é uma relação de identidade⁹³. Mas, se a proposição expressa por um enunciado é determinada com base no conteúdo de suas partes, então (27) deve expressar a mesma proposição que (26), isto

⁹² No original, Kaplan (1989, p.496) diz “ [...] Then we need only add [...] to mark the place in a singular proposition which correspond to directly referential terms”. A tese que sentenças contendo nomes vazios expressam proposições *gappy* é defendida por outros conforme apresenta: Adams; Fuller; Stecker, (1993).

⁹³ A rigor não há clareza se enunciados como (26) expressa uma proposição. Considero aqui como tal tendo em vista a argumentação que se segue e, sobretudo a explicitação da noção de proposição *gappy*.

é $\langle \text{--- } I_R \text{ ---} \rangle$. Daí, se (26) é verdadeiro, (27) também o é, embora pareça falsa; se (27) é falso, então (26) é igualmente falso, ainda que pareça verdadeiro; e se a ambas não podemos atribuir valor de verdade, por expressarem a mesma estrutura proposicional, então não são nem verdadeiras nem falsas, ainda que uma pareça ser verdadeira, (26) e a outra parece ser falsa (27).

Uma solução possível, conservando a ideia de proposição *gappy*, foi sugerida por Kaplan (1989). De acordo com essa idéia, (26) e (27) diferem em termos do que ele chamou de sintaxe lógica: não expressam a mesma proposição *gappy* porque suas partes não estão juntas do mesmo modo. Em (26), a proposição *gappy* está configurada da seguinte maneira $\langle \text{---} \cap \text{---} \rangle$, relação de identidade>: entre os espaços em branco há como que uma “amarração” de origem sentencial. O que não ocorre em (27), que é uma proposição *gappy* padrão. Ora, se são proposições distintas, justifica o fato de terem diferentes valores de verdade, o que está de acordo com a intuição dos falantes.

Entretanto, a ideia parece escapar à solução de casos envolvendo relações de identidade entre distintos nomes vazios, por exemplo:

(28) Zeus é Júpiter.

Nestes casos não há razão para pensar que (27) e (28) tenham estruturas distintas, porque suas partes não estão juntas do mesmo modo. Assim, não há razão para pensar que expressam diferentes proposições. Daí, ao que parece, expressam a mesma proposição *gappy*, com distintos valores de verdade. E o problema permanece.

O que temos até agora com respeito aos referentes não existentes é o seguinte: a posição de Frege (2009) ao remeter à noção de sentido como modo de apresentação permite fixar o significado de enunciados em que comparecem nomes próprios sem referência, e negar a estes enunciados um valor de verdade. A tese de Russell (1905) a qual preserva o valor de verdade desses enunciados é que é possível expressá-la em sua forma lógica, preservando o caráter de proposição singular das mesmas. Contudo o problema dos referentes não existentes é particularmente desafiador para a teoria da referência direta, porque atinge sua concepção de proposição singular. Um modo de resolver a questão, postulando a existência de proposições *gappy*, parece inevitavelmente chocar-se com a intuição semântica dos falantes, ao proferirem enunciados contendo nomes vazios.

O ponto insistentemente preservado em todos estes modelos é a intuição semântica elementar, de acordo com a qual o significado dos nomes próprios está voltado de alguma

forma para o referente, seja direta ou indiretamente. De fato, a dinâmica de aprendizagem dos nomes próprios pelas crianças é, quase sempre, ostensivo. Mas nos sistemas linguísticos, o aspecto semântico dos nomes próprios deve ser considerado em conjunto com os aspectos lexical e morfológico. E, em geral, são esses últimos aspectos determinantes na caracterização de um nome próprio como tal.

Há, portanto uma forte carga no desempenho referencial quando da maneira de compreender o que seja o nome, entretanto de acordo com o que é sugerido nesse estudo, esta performance é garantida pela característica léxico-morfológico do nome. É essa característica que assegura ao nome a referência singular dada segundo fatores extralinguísticos. Consideremos, por exemplo, a frase (23) mencionada acima:

(23) Peter Parker é um fotógrafo.

O valor semântico do nome próprio é dado em termos da descrição metalinguística “O atual portador de ‘Peter Parker’” e qualifica este nome como expressão referencial. Desde que o significado do enunciado seja determinado pelo significado das partes, (23) é significativo e, como tal, expressa uma proposição, não ao modo dos teóricos da referência direta, mas porque o nome “Peter Parker” tem um valor semântico que unifica e assegura os diferentes usos referenciais singulares que se possa fazer do signo “Peter Parker”. Esses diferentes usos estão apoiados no contexto e nos episódios de atos de fala. É o contexto e tais atos de fala, portanto que oferecem as condições que definem o signo interpretante para o signo interpretado “Peter Parker”. É importante observar que nestas condições não pergunto se o nome é vazio ou não, mas se pode ser contado como signo interpretado, especificamente, como expressão nomeadora. E à medida que pode ser usada como marca segregadora ou individualizadora é introduzida na linguagem como uma variável sortal em termos da descrição “o atual portador de ‘N’”⁹⁴.

Assim, a descrição metalinguística funciona como uma propriedade geral. Estabelece uma condição para uma palavra ser um nome próprio: uma palavra é um nome próprio “N” se e somente se há uma convenção linguística que estabelece uma relação entre esta palavra e seu portador – o signo interpretante.

Mas agora tomemos a frase seguinte:

⁹⁴ Conforme o que foi discutido no capítulo 2.

(29) Sebastião Salgado é um fotógrafo.

É uma frase que se comporta, em termos de seu significado metalinguístico, da mesma maneira que (23), com exceção do fato que “Sebastião Salgado” não é um nome vazio. Contudo, sob a perspectiva da contribuição que fazem aos enunciados em que aparecem, nomes como “Peter Parker” e “Sebastião Salgado” têm o mesmo estatuto semântico, isto é, remetem ao portador do nome. Se este portador existe ou não é um problema que remete ao uso particular desses nomes. Sendo assim, a visão metalinguística expõe a semântica do nome próprio como uma propriedade geral. Ao mesmo tempo, são as condições de uso que determinam o nome próprio como um termo singular, conforme indiquei antes em concordância com o pensamento de Castañeda (1988)

Deste modo, como é possível tomar os nomes próprios vazios como designadores rígidos *de jure*? O problema com o conceito de designador rígido é o problema da mediação que remete, por sua vez, à questão do conteúdo descritivo dos nomes próprios. Como destaquei no capítulo anterior, uma expressão é um designador rígido *de jure* quando refere sem mediação ao seu *designatum* atual em todos os mundos possíveis nos quais aquele *designatum* existe. Mas neste caso, os nomes próprios não designariam o que designam sem a mediação de uma descrição atualizada. Por exemplo, o nome “Aristóteles” designaria Aristóteles via descrições como “O atual professor de Alexandre, o Grande”, ou “O atual filósofo grego que nasceu em Estagira e morreu em Calcis”, etc.. Portanto, assumindo a possibilidade de que análises descritivistas dos nomes próprios podem ser compatíveis como a tese da designação rígida – o que demonstrei no capítulo anterior – nomes próprios seriam designadores rígidos, mas não rígidos *de jure*. O caso dos nomes próprios vazios é um agravante desse problema.

Assumo, no entanto, que a tese metalinguística dos nomes próprios na versão aqui defendida não é incompatível com a tese da rigidez semântica dessas expressões, em particular assumo que nomes próprios são designadores rígidos *de jure*. A descrição “O atual portador de ‘N’” como valor semântico de N, não se configura como mediador – conceito que remete a compromisso metafísico de alguma espécie – mas como um “marcador” linguístico ou léxico da natureza referencial ou nomeadora do nome próprio. No caso dos nomes próprios vazios é preciso considerar, na sua caracterização como designador rígido *de jure*, alguns elementos que sugeri anteriormente. Sugeri que o ato de referir se explica segundo as condições determinadas pelas crenças perceptuais, atitudes e pontos de vista do falante bem como o contexto dos atos de fala. Assim, entendo que o referente é sempre apreendido de

certa maneira, segundo certa interpretação. Consequentemente o uso do nome próprio é associado a uma multiplicidade de quadros de referências possíveis que determinam a forma como o *designatum* é visto. A rigor, então, a referência é transmitida sempre através do signo que representa o *designatum* de acordo com uma interpretação possível⁹⁵. E dada a abertura semântica do nome próprio, seu *designatum* é sempre uma possibilidade que se realiza pelo processo de interpretação. Logo o ato de individualizar pelo uso do nome próprio não é o ato de atribuir ao nome um objeto referente concreto, mas reunir e transmitir crenças e informações que comunicam a respeito do *designatum* o qual só é objeto designado na medida em que é signo, e signo como tal suscita interpretante⁹⁶. Assim a descrição “O cavalo alado de Belerofonte” é uma possibilidade de interpretação para o falante que usa o nome “Pegasus”, isto é, a descrição representa uma maneira de o falante apreender o objeto mitológico o qual, nessa situação, é signo interpretado. Por outro lado, o conteúdo ou valor semântico do nome “Pegasus”, dado nos termos da descrição “O atual portador de ‘Pegasus’”, reúne todas as possibilidades de uso do nome, inclusive para com ele designar “O cavalo alado de Belerofonte”, ou “O cavalo malhado da rainha” ou “O cavalo que se encontra agora no meu curral”, em fim, infinitas possibilidades de representar o objeto nomeado “Pegasus” em função das crenças perceptuais, atitudes e ponto de vista do falante, bem como o contexto de uso do signo interpretado.

Neste sentido regra semântica que qualifica o nome como expressão da linguagem o qualifica como semanticamente aberto. Por outro lado, a rigidez é um produto do contexto de uso ou do ângulo pelo qual se apreende o objeto, e, portanto, da maneira como esse objeto dar-se como signo interpretante. Sendo assim, entendo que o signo interpretante não faz mediação, antes alcança um aspecto do objeto e comunica isso. Neste sentido o uso do nome próprio é rígido *de jure* e como tal opera como expressão referencial singular.

4.2 O problema dos enunciados de não existência

Consideremos a frase seguinte, a saber:

⁹⁵ A esse propósito é pertinente considerar aquilo que afirmei no capítulo 2, apoiando-me em Pierce (1995, 2.231), o signo só representa o objeto de certa maneira, assim o referente só o é segundo a maneira como o signo o representa e o signo o faz segundo uma representação. Além disso, como diz Pierce (1995, 1.538) “Todo signo representa um objeto independente dele mesmo [...]”.

⁹⁶ Sobre isso Pierce (1995, 1.538), “O interpretante é quando o signo cria no espírito da pessoa um signo equivalente”.

(30) Aquiles não existe

O problema agora é o seguinte: quando é afirmado (29) “Sebastião Salgado é um fotógrafo”, o caráter proposicional do enunciado transparece, uma vez que, o significado do nome “Sebastião Salgado” contém a característica semântica que permite seu uso referencial nos contextos. Mas, como explicar o caráter proposicional de enunciados como (30) quando o termo sujeito indica um indivíduo inexistente? Afirmei que a expressão “Aquiles”, como nome próprio, “autoriza” o seu uso referencial. No entanto, as condições particulares espaço-temporal desse uso referencial singular não se manifesta em nenhum contexto, exceto, no contexto do poema épico “A Ilíada”. Aquiles como um personagem fictício – não existiu num espaço e num tempo - é uma coisa que não existe. Neste caso, devemos postular uma realidade com duas espécies de coisas: as que existem e as que não existem. Evitarei, tanto quanto possível, entrar nos interessantes debates ontológicos que essa hipótese sugere. Mas a utilizarei como pano de fundo para tratar o problema do caráter proposicional de enunciados acerca de coisas inexistentes.

Esse problema remete a duas questões bastante discutidas na literatura filosófica pelos teóricos das novas teorias da referência⁹⁷: (1) as condições de verdade de enunciados acerca de inexistentes e (2) o tratamento dado ao predicado “Existir”. Aqui a discussão é se “existir” é uma propriedade de primeira ordem — Meinong (1960), Parsons (1980).

A intenção fundamental ao apresentar esta discussão é demonstrar que a teoria metalinguística não está vulnerável às dificuldades que estes problemas suscitam para as novas teorias da referência. Isto permitirá argumentar em favor de duas teses: (1) referência não implica existência; e (2), quando se trata de enunciados envolvendo não existentes, o modo como o nome próprio contribui para as condições de verdade desses enunciados é diferente dos demonstrativos e indexicais: é paradoxal dizer “Eu não existo”, mas é perfeitamente consistente, na visão metalinguística dizer “Sherlock Holmes não existe”.

⁹⁷ Ressalto aqui, Soames (2002), Salmon (1982), Caplan (2002, especialmente o capítulo 2), Parsons (1979; 1980).

4.3 O caráter proposicional dos enunciados acerca dos inexistentes

O problema do significado de enunciados que envolvem a não existência é particularmente agravante para quem acredita que o significado dos nomes próprios é dado exclusivamente pelo referente. Sob a teoria da referência direta, por exemplo, enunciados que contêm nomes vazios parecem não expressar proposições. Mas se esses enunciados não expressam proposições, então o falante não pode usá-las para comunicar algo em que acredita: quem acredita em (30) manifesta uma crença acerca de quê? Uma proposição, segundo os teóricos da referência direta, está configurada em termos de <objeto, propriedades>. Dado que em frases como (30) não temos o objeto, e a “existência” é um atributo exemplificável diretamente por indivíduos, enunciados como esses parecem ser desprovidos de qualquer significado.

Nesta situação, afirmar que enunciados como (30) transmitem uma proposição *gappy*, como Kaplan (1985) diz, resolve parcialmente se concebemos que (30) seja sem sentido, porque não transmite qualquer proposição. Mas a questão do predicado de existência ainda permanece como terrivelmente constrangedora.

Frases existenciais singulares acerca de inexistentes são de fato muito problemáticas. Envolvem questões lógicas e ontológicas e, especialmente, no meu caso, semânticas. Teses como a de Meinong (1960) afirmam que certos objetos, embora não existam concretamente, partilham de alguma outra espécie de ser, que não a existência concreta (*Existenz*), nomeadamente a subsistência (*Bestand*). Como exemplos desses objetos podemos citar, Vulcano, Aquiles, Unicórnios e outros. Uma forma de contornar essa inflação de entidades é firmar a concepção segundo a qual existência não é um predicado de particulares. Com efeito, em uma tradição firmada por Frege (1979), Russell (1905) e Quine (1961), “existir” é captado pelo quantificador existencial da lógica clássica.

Neste sentido, frases como (30) podem ser subsumidas na forma lógica de um enunciado russeliano, como $\neg \exists x(Ax \wedge \forall y(Ay \rightarrow x=y))$ que lemos como “não é o caso de haver um e apenas um Aquiles”. Claro que a verdade deste enunciado, assim formulado, não nos compromete com a existência daquilo que queremos negar. Isto porque nomes próprios comuns se comportam em sua forma lógica como conceitos, seja na terminologia fregeana seja como função proposicional na terminologia de Russell. No caso de (30), um conceito que não se aplica a nada no mundo ou uma função proposicional, que não é o caso de ser verdadeira de qualquer indivíduo no mundo.

Portanto, desde que o enunciado (30) tem um predicado de existência negado a uma determinada entidade, e desde que no atual estado do mundo, esta entidade é inexistente, então o caráter proposicional que esta frase intuitivamente manifesta é difícil de ser sancionado e explicado. Mesmo que seja assumida a validade da tese kaplaniana das proposições *gappy*, resta definir ou ratificar o comportamento do predicado de existência. Já sob o modelo fregeano-russeliano, frases envolvendo o predicado de existência têm forma lógica distinta de sua forma gramatical. E sob o modelo milliano, o comportamento gramatical é preservado, mas ao custo daquela ideia de proposições *gappy*.

A análise da frase nos termos de uma proposição *gappy*, ao pretender captar a verdade intuitivamente transmitida, choca-se com a problemática questão do comportamento lógico do predicado de existência. Este, como um predicado monádico, que manifesta uma propriedade de entidades singulares, tem, na análise de suas condições de verdade, um aspecto um tanto paradoxal. Consideremos o enunciado “Eu não existo”, representada na proposição <Josailton, não existir>. Nas atuais circunstâncias, esse enunciado é claramente falso. Mas, certamente, é possível que em outra circunstância, por exemplo, em 1950, afirmar que a proposição representada por <Josailton, não existir> é claramente verdadeira. Logo, se “existe” for interpretado conforme intuitivamente parece, uma propriedade monádica de particular, é forçoso concluir que objetos podem ter propriedades em circunstâncias nas quais ele não existe⁹⁸.

A impossibilidade de aplicarmos o princípio da bivalência na análise semântica de enunciados singulares acerca de inexistentes ou em outras palavras a impossibilidade de transmitir, na análise semântica, em termos de proposição *gappy*, as condições de verdade que os falantes pressupõem intuitivamente claras, na enunciação de frases como (30), constitui-se em um sério obstáculo aos teóricos da referência direta. Isso ocorre porque estas frases parecem contradizer a ideia de proposição sustentada por esses teóricos. Consideremos, por exemplo, uma frase como,

(31) Aquiles é Aquiles

A qual é manifestamente verdadeira. E uma frase como (32),

(32) Aquiles é Páris.

⁹⁸ Para uma discussão mais detalhada vide Branquinho (1998), Parsons (1980), Quine (1961).

A qual é manifestamente falsa.

Ora, se (31) é uma proposição verdadeira, representada como $\langle \text{—}, \text{—}, \text{auto-identidade} \rangle$, então o enunciado (32) que apresenta a mesma estrutura proposicional deveria igualmente ser verdadeira, mas é falsa. Daí, o problema da impossibilidade de aplicação do princípio da bivalência a enunciados singulares acerca dos inexistentes que pareciam ter fugido pela porta da frente, graças à tese da existência de proposições *gappy*, na verdade entra pela porta dos fundos, quando analisamos as condições de verdade para esses enunciados, e quando analisamos a embaraçosa questão do estatuto lógico-semântico do predicado de existência.

Situações como esta, a princípio justificariam a solução russelliana para o problema. Russell (1956) pergunta quais as circunstâncias em que alguém ao pronunciar (30) “Aquiles não existe”, faria uma enunciação verdadeira⁹⁹. E de acordo com ele, esse alguém estaria asseverando algo como $\neg \exists x(Ax \wedge \forall y(Ay \rightarrow y=x))$ — não é o caso de existir um Aquiles e não mais que um Aquiles. E, realmente, essas são as condições necessárias para fazermos uma enunciação verdadeira ao proferir (30). Com efeito, essa análise russelliana permite explicar como enunciados assim podem ser significativos mesmo quando parecem pressupor a existência daquilo que querem negar. Ora, alguém que profere (30), enuncia a negação da existência de um indivíduo nomeado “Aquiles”, no atual estado de mundo; e isto é significativo e verdadeiro, como seria significativo e falso se alguém proferisse, através da frase, “Aquiles existe” a asserção $\exists x(Ax \wedge \forall y(Ay \rightarrow y=x))$ — Há um Aquiles e não mais que um Aquiles. Isto permite eliminar possíveis compromissos ontológicos com entidades denotadas por descrições definidas. E, por extensão, eliminar possíveis compromissos ontológicos com entidades denotadas por nomes vazios.

Convém ressaltar, nesta análise de Russell, os enunciados em que comparecem nomes vazios. Estes não são aberrações semânticas, mas é possível traduzi-las, observando a teoria quantificacional, em proposições nas quais o nome vazio deve corresponder a algo no mundo. Como ele afirma (1956 p.243):

Vemos, portanto, que esta proposição “Rômulo existiu” ou “Rômulo não existiu” introduz uma função proposicional, porque o nome “Rômulo” não é realmente um nome, mas uma espécie de descrição truncada. Representa uma pessoa que fez tais e

⁹⁹ Cf. apresentado no capítulo 1. Aqui é importante lembrar o que foi mencionado anteriormente: Russell não tem uma tese uniforme acerca do comportamento semântico dos nomes próprios. Sobre esse tema em Russell vê *A filosofia do atomismo lógico* (1978, p. 110ss), *Knowledge by acquaintance and knowledge by description* (1910-1911, p. 114-128) e claro, *On denoting* (1905, 1978). Análise dessa questão em Chateaubriand (2001, p.109-119), Branquinho (1998), Evans (1982, p.46ss).

tais coisas, que matou Remo, e fundou Roma, e assim por diante. Ele é limitado por aquela descrição; se desejarmos, ele é limitado por “a pessoa que se chamava ‘Rômulo’”. (Cf. tradução da Coleção “Os Pensadores, 1978, p.105).¹⁰⁰

Nestes termos um nome pode ainda ser introduzido via descrição metalinguística.

Mas, uma crítica importante de Strawson (1950)¹⁰¹, aqui assumida, é a de que a teoria das descrições de Russell confundiu as expressões com a sua utilização em um contexto particular, referência com significado¹⁰². Com efeito, em uma teoria metalinguística, estas distinções indicadas por Strawson se constituem no fundamento que permite oferecer uma solução mais serena ao problema dos enunciados acerca dos inexistentes.

De acordo com o que procurei demonstrar até agora a significação consiste em um conjunto de regras e normas que orientam o uso referencial das expressões linguísticas. Nomes próprios comuns, portanto, significam antes mesmo de referir. Caso contrário, não seriam nomes próprios. O valor semântico, portanto, fixa, de antemão, as condições referenciais de uso do nome de maneira que uma frase em que comparece um nome próprio vazio tem em si, por causa das regras e normas da língua, as condições de significação. Isso me permite assumir, na mesma linha da distinção feita por Perry (2005, p. 586 e ss)¹⁰³, dois modos de designação do enunciado: um que fixa a sua denotação e outro que fixa a referência. A designação que fixa a denotação é aquela da tese aqui sustentada: a descrição “O atual portador de ‘N’” é a marca semântica do nome próprio; enquanto a designação que estabelece a referência é aquela das condições de uso de enunciados contendo nomes próprios, em particular nomes próprios acerca dos inexistentes.

Sendo assim um enunciado como “Aquiles não existe” tem duas condições de

¹⁰⁰ No original: You see, therefore, that this proposition “Romulus existed” or “Romulus did not exist” does introduce a propositional function, because the name “Romulus” is not really a name but a sort of truncated description. It stands for a person who did such-and-such things, who killed Remus, and founded Rome, and so on. It is short for that description; if you like, it is short for “the person who was called ‘Romulus’”. (RUSSELL, 1956, p.243)

¹⁰¹ Strawson (1950, p.328) assevera: “[...] he confused expressions with their use in a particular context ; and so confused meaning with mentioning, with referring”

¹⁰² Em um artigo de 1957 publicado em *Mind*, “Mr. Strawson on Referring” Russell responde que Strawson confunde o problema das descrições definidas com o problema da indexicalidade. Isto porque de acordo com Strawson (1950) saber o significado de uma expressão é saber usá-la em vários contextos e não saber a que coisa a expressão refere em um contexto particular. Essa resposta é pertinente se considerarmos que Russell não pretendia tratar na sua teoria dos exemplos envolvendo indexicais, escolhidos por Strawson em suas objeções. Contudo se considerarmos outras objeções de Strawson, sobretudo, a da cláusula de unicidade na forma lógica dos enunciados na análise de Russell (a objeção sem dúvida mais forte), Strawson parece ter razão quando afirma que a teoria russelliana é pouco sensível aos contextos de elocução.

¹⁰³ Perry (2005, p.589) estabelece a distinção entre denotação e nomeação. Denotar é uma característica das descrições enquanto aos nomes próprios está reservada a nomeação. Altero um pouco essa distinção para falar das condições de significado dos enunciados contendo nomes próprios vazios e seu caráter proposicional singular. Isso me permite explicar por que um termo t num enunciado designa um objeto a, tomando esse “objeto” como signo interpretante num contexto.

designação: uma semântica e outra pragmática. Do ponto de vista da semântica é fixada sua denotação nos termos das condições de proferimento, sua sintaxe, a linguagem do proferimento e o seu conteúdo semântico¹⁰⁴. Do ponto de vista da pragmática são fixadas as condições de sua referência, em particular as condições de uso do enunciado em um contexto, neste caso no contexto ficcional ou mitológico da “Íliada”. Este modo de designação, portanto estabelece o que é dito¹⁰⁵. Portanto, um enunciado “‘N’ não existe” ou “‘N’ existe”, em que “‘N’” é um nome vazio, é uma expressão dotada de valor semântico, que associa “‘N’” a uma propriedade geral tipo, a saber, “O atual portador de ‘N’ e nos variados contextos de uso o falante pode usar o enunciado para transmitir uma informação ou uma crença, de modo que, nesta ação “‘N’” é associado a um signo interpretante, o que explica o caráter proposicional singular do enunciado.

Enunciados proposicionais singulares podem ser usados para fazer asserções verdadeiras ou falsas porque a pessoa que os utiliza está falando acerca de algo. Como compreendo nesta abordagem metalinguística, trata-se aqui de um fenômeno pragmático que ocorre no interior de uma estrutura semântico-sintático. Neste sentido, importa salientar que a propriedade-tipo que faz do nome próprio uma expressão nomeadora estabelece o valor semântico, mas não o contexto de uso da frase contendo o nome, tanto quanto outros fatores importantes para o estabelecimento dos valores de verdade. As proposição manifestadas em frases como “‘N existe” ou “‘N não existe” ou mesmo “‘N é F”, em que “‘N’” é um nome vazio, estão perfeitamente abertos a esses fenômenos. Por que posso afirmar que um enunciado como “Sherlock Holmes é um detetive” é verdadeiro? Porque a propriedade de ser um detetive é atribuída a algo/alguém que tem a função, no contexto do que é dito, de signo interpretante do nome próprio vazio “Sherlock Holmes”. Ressalto nesta perspectiva que somente temos acesso ao objeto como signo interpretante. Ainda mais, o signo interpretante transmite uma carga informacional e um conjunto de crenças associadas ao uso do nome que constituem o quadro referencial indicador do objeto.

Agora, a explicação de porque o enunciado “Sherlock Holmes é um detetive” é verdadeiro é igualmente válida para enunciados como “Sherlock Holmes existe” ou “Sherlock Holmes não existe” em que as condições de verdade e de falsidade estão associadas a aspectos informacionais e de crenças do falante, isto é, ao quadro referencial numa dada ocasião de uso dessas frases. Assim a frase “Sherlock Holmes existe” é verdadeira desde que tomemos o signo interpretante de “Sherlock Holmes” no quadro referencial indicado na obra de Conan

¹⁰⁴ É o que Perry (2005, p. 599) chama de conteúdo M – *Meaning*.

¹⁰⁵ O conteúdo C – o que Perry (2005, p. 603) chama de *official content*.

Doyle. Contudo à luz de um quadro referencial distinto o nome “Sherlock Holmes” remeterá a um signo interpretante distinto daquele indicado por Conan Doyle, caso em que o enunciado será falso.

Assim, a análise semântica dos nomes próprios que temos asseverado não compromete a tese metalinguística com possíveis entidades subsistentes porque a significatividade do enunciado não decorre de um compromisso ontológico, mas da semântica dessas expressões. O que quer dizer que o valor semântico de enunciados como (30) “Aquiles não existe”, bem como suas condições de verdades são estabelecidas, respectivamente, pelo significado do nome “Aquiles” e pelo uso feito do enunciado pelos falantes nos mais variados contextos. Portanto, as condições para designação são fixadas segundo o valor semântico do nome – denotação do enunciado - e as condições contextuais e perceptuais de proferimento do enunciado – referência. Penso que no contrário a tudo isso, ou “Aquiles” não seria um nome próprio genuíno, ou os enunciados em que comparecem tais expressões são embaraços semânticos sem conteúdo, hipóteses altamente contra-intuitivas.

Observo finalmente que, nesta situação, o comportamento semântico dos nomes próprios é análogo ao comportamento dos indexicais¹⁰⁶. No caso dos indexicais a regra linguística que fixa seus significados indica de antemão suas condições referenciais. Por exemplo, “Eu” significa “a pessoa que fez este proferimento”, “Você” significa “A pessoa a quem é endereçado o proferimento”, “Aqui” significa “O lugar de onde foi feito o proferimento”, etc. Quando afirmo, por exemplo, “Eu não existo”, o enunciado se revela paradoxal, porque a regra linguística que orienta o uso do pronome pessoal “Eu” pressupõe, necessariamente, a individualização do falante. Em outras palavras, o *token* do pronome “Eu” se refere ao falante deste *token*; no caso dos nomes próprios, a regra que fixa o valor semântico do nome garante essa expressão como semanticamente aberta, isto é, orienta as condições de uso referencial singular do nome. Assim, diferentes proferimentos do mesmo indexical designa diferentes coisas tanto quanto diferentes proferimentos do mesmo nome pode vir a designar diferentes indivíduos¹⁰⁷.

Nestas condições reafirmo o seguinte: enunciados singulares existenciais negativos

¹⁰⁶ Para Recanati (1997, p.140-143), por exemplo, nomes próprios se comportam de maneira muito semelhante à semântica das indexicais. Textualmente ele afirma “[...] on the view I have just sketched proper names are very much like indexicals (This is why I call it the indexical view)”.

¹⁰⁷ O tema do comportamento semântico dos nomes próprios e sua relação com o comportamento semântico dos indexicais é bastante controverso na literatura. Um tratamento acurado sobre desta discussão foge aos objetivos do presente trabalho. Aqui mencionei a relação com o objetivo de explicitar a função da regra que fixa o valor semântico dos nomes próprios. Uma análise aprofundada do tema remete a Perry (2005, 1993), Evans (1981), Kaplan (1989), Recanati (1993), Smith (1989).

comunicam proposições verdadeiras ou falsas relativas a um estado atual do mundo, sem firmar compromissos ontológicos de qualquer espécie. Na base de tudo isso, encontra-se a tese metalinguística segundo a qual os nomes próprios denotam de acordo com uma regra léxico-semântica convencional, mas referem segundo condições muito específicas tratadas no âmbito da pragmática. Mas se é possível referir usando nomes próprios é porque aquela regra, enquanto propriedade geral estabelece o nome próprio como expressão semanticamente aberta.

Assim a tese metalinguística não nega a função referencial dos nomes próprios. Explica essa função a partir daquela propriedade geral que fixa o valor semântico da expressão¹⁰⁸.

Resta agora tratar no âmbito desses “enigmas” com nomes o caso dos nomes próprios em contextos de crença. Se os que afirmam que o valor semântico dos nomes próprios é o referente estão certos, então ninguém pode assertiva e sinceramente, acreditar que, saber que, ou julgar que (18), “Aquiles é o maior herói da guerra de Troia”; mas parece que alguém pode asseverar, acreditar, saber ou julgar que (30), “Aquiles não existe”. É o chamado problema com as atitudes proposicionais envolvendo termos referenciais. Este problema tem a ver com a substituição de nomes co-referenciais em contextos linguísticos — princípio da substituição. Nestas condições, os enunciados de atitude proposicional se constituem exceção a esse princípio. Por causa disso, muitos teóricos tendem a rejeitar o millianismo, em favor das teses fregeanas. Analiso esse problema na seção a seguir.

4.4 O problema dos enunciados de atitudes proposicionais

Consideremos os enunciados seguintes:

(33) Carol acredita que Cassius Clay foi campeão mundial dos pesos pesados em 1968.

(34) Cassius Clay é Mohamed Ali.

(35) Carol acredita que Mohamed Ali foi o campeão mundial de pesos pesados

¹⁰⁸ Diferente, por exemplo, da concepção de Strawson com respeito aos nomes próprios. De acordo com ele (1950, p.340): “An ordinary personal name, is, roughly, a word, used referringly, of which the use is *not* dictated by any descriptive meaning the word may have, and is *not* prescribed by any such general rule for use as a referring expression (or a part of a referring expression) as we find in the case of such words as ‘I’, ‘this’ and ‘the’, but is governed by *ad hoc* conventions for each particular set of applications of the word to a given person.[...]”

em 1968.

O problema dos enunciados que envolvem verbos de atitude proposicional (crer, saber, etc.) é que o princípio da substituição parece não se aplicar nestes casos. O princípio assevera o seguinte:

Princípio da Substituição: se dois termos referenciais são co-extensivos (isto é, têm o mesmo referente), então são permutáveis *salva veritate*.

Esperamos neste caso que a verdade de (33) seja preservada em (35) por causa de (34). O que não ocorre, pois é perfeitamente possível que Carolina não saiba que Cassius Clay é Mohamed Ali, isto é, ela pode acreditar que Cassius Clay foi o campeão mundial de pesos pesados em 1968, mas não acreditar que Mohamed Ali tenha sido o campeão mundial de pesos pesados em 1968. Neste contexto, portanto, o que é asseverado pelo princípio da substituição parece não se aplicar.

Por isso, Frege (2009) assume que nomes próprios, dentro do escopo semântico de um verbo de atitude, não pode se referir ao objeto que em um contexto extensional, seja o seu referente usual¹⁰⁹. Isso porque, em tais contextos, as pessoas não estariam se referindo ao *designatum*, mas associando diferentes sentidos aos nomes. Por exemplo, em (33) Carolina caracteriza Cassius Clay nos termos de “O campeão mundial de boxe de 1968”, mas porque desconhece (34), isto é, que Cassius Clay é Mohamed Ali não assume a verdade de (35). Neste caso, nomes próprios co-designativos sempre falham em ser permutáveis quando ocorrem em enunciados de atitudes ou de relatos de atitudes, devido a uma diferença nos modos de apresentação que os falantes associam a esses nomes.

Ocorre então, nestes contextos, de acordo com Frege (2009), que os nomes próprios se referem ao modo de apresentação do objeto que é referido pelo nome ocorrido, em contextos extensionais, ou seja, referem ao seu sentido.

Mas as pessoas associam diferentes modos de apresentação — ou diferentes sentidos nos termos de diferentes descrições definidas — a um nome. Por exemplo, ao nome “Cassius Clay” estão associadas descrições como “O campeão mundial de boxe derrotado por Joe

¹⁰⁹ É bem sabida a opinião de Frege (2009) a respeito dos comportamentos dos termos singulares dos contextos de atitude proposicional. De acordo com sua visão nomes próprios nestes contextos, os quais ele chama de oblíquos, referem ao seu sentido costumeiro, isto é, ao modo de apresentação do objeto referido em contextos retos. Na prática isso que dizer que em uma sentença da forma “S acredita que P” há uma relação entre a pessoa referida por S e a proposição expressa pela sentença P, tal que S porta uma crença com respeito a P.

Frazier”, “O campeão mundial de pesos pesados que perdeu o título em 1968”, etc.. Em vista disso, qual desses modos de apresentação oferece o “sentido costumeiro” do nome “Cassius Clay” em enunciados como (33)? De fato, Kripke (1979)¹¹⁰ ressalta, embora essa não seja a sua posição, que o sentido que um dado falante atribui a um nome, como por exemplo, “Cícero”, depende de qual asserção começando com “Cícero” ele aceita, e qual dessas ele considera como definindo o nome. Todavia qual dessas descrições deve prevalecer sobre as outras? Se Kripke (1980) estiver certo e as descrições definidas de fato fracassam em seu propósito semântico de oferecer a referência inequívoca do nome, referência essa que definiria o seu valor semântico, então teremos de admitir que o fracasso do princípio da substituição em contextos de crença não pode ser explicado pela diferença de sentido dos nomes¹¹¹.

Quine (1976) tem enfatizado que contextos como estes são naturalmente ambíguos. E dessa ambiguidade decorre do que ele chama de opacidade referencial. De acordo com Quine (1976, p.191), os termos singulares são naturalmente transparentes. A prova disso é que termos singulares co-referencias estão sujeitos ao princípio da substituição. Entretanto, essa transparência é obstruída quando esses termos são partes constituintes de enunciados de atitudes proposicionais. Tomemos o exemplo (36)

(36) Ralph acredita que alguém é um espião.

De acordo com Quine (36) tem dois sentidos distintos: um nocional e outro relacional. O que pode ser detectado expressando (36) em termos quantitativos:

(36') Ralph acredita que ($\exists x$) (x é um espião).

(36'') ($\exists x$) (Ralph acredita que x é um espião).

(36') expressa o sentido nocional de (36) e (36'') o sentido relacional. É fácil perceber a

¹¹⁰ Textualmente, no original, diz Kripke (1979, p.240): “[...]According to such a view, the sense a given speaker attributes to such a name as 'Cicero' depends on which assertions beginning with 'Cicero' he accepts and which of these he regards as defining, for him, the name (as opposed to those he regards as mere factual beliefs 'about Cicero')”.

¹¹¹ Em *A Puzzle about belief* Kripke (1979, p.386) nos dá algumas razões para rejeitar a tese fregeana-russeliana concernente à explicação e solução para o problema da referência nos nomes próprios em contextos de crença. Segundo ele, embora em tais contextos nomes próprios não sejam referencialmente transparentes, dizer que a referência nestes casos é o sentido costumeiro não resolve, porque as pessoas podem associar a mesma descrição a dois nomes co-designativos e não saber que se trata de uma única pessoa, ou de duas pessoas distintas, pois geralmente, lembra Kripke, as pessoas não atribuem sentido aos nomes que inequivocamente identifica o objeto.

diferença: afinal Ralph tem alguém em mente ou ele apenas pensa que há espiões?

A propósito de parecer tratar-se de uma diferença de escopo dos quantificadores (uma ambiguidade sintática), é na verdade, de acordo com Quine uma importante diferença semântica. Quine (1976) explica que normalmente a ocorrência de um termo singular é puramente referencial e o critério para julgar um termo como tal é sua obediência ao princípio da substituição. O problema com a ocorrência desses termos em contextos de atitudes proposicionais é que são referencialmente opacos. O que isso quer dizer? Quine compreende que nos contextos de atitude proposicional, os termos singulares os quais normalmente são referencialmente transparentes, isto é, usados para especificar um objeto, naqueles contextos tornam-se não referenciais.

Consideremos assim o exemplo a seguir.

(37) Ralph acredita que o homem de chapéu marrom é um espião.

(38) Ralph não acredita que o homem visto na praia é um espião.

O homem de chapéu marrom = O homem visto na praia = Bernard J. Ortcutt.

O termo singular “O homem de chapéu marrom” é referencial em “O homem de chapéu marrom é um espião” desde que o termo singular refere-se à Ortcutt. Mas o termo não é referencial em (38) desde que a substituição *salva veritate* falha.

Quine (1976) ainda assevera que se o termo “O homem de chapéu marrom” é opaco em (37) segue que (38) — que é a quantificação de (37) — é sem sentido. De acordo com Quine a quantificação exige transparência referencial. Mas nestas condições teremos que admitir que “existe um objeto x que satisfaz a condição Fx”, isto é, há uma pessoa tal que Ralph acredita que ela é um espião. Desde que essa pessoa é Bernard J Ortcutt, então “Ralph acredita que x é um espião e Ralph não acredita que x é um espião”. O que, de acordo com Quine é inaceitável. Uma vez que o princípio da substituição e a quantificação andam lado a lado, quantificar em contextos em que o princípio falha é sem sentido.

O que ocorre nos contextos de crenças, é comparável a contextos em que o nome não é usado, mas mencionado. Por exemplo, em:

(i) “Cícero” tem seis letras.

(ii) Cícero = Túlio

(iii) “Túlio” tem seis letras.

A verdade de (i) não é preservada em (iii), muito embora (ii), porque, no contexto de (i), o nome ‘Cícero’ não é usado, mas mencionado. O princípio da substituição, portanto não se aplica.

Apesar de haver certa relutância por parte de outros filósofos em aceitar pacificamente situações como esta, para Kripke (1979) da mesma forma que qualquer teoria da verdade tem que conviver com o paradoxo do mentiroso, qualquer teoria semântica dos nomes próprios ou qualquer teoria acerca de atitudes proposicionais tem que conviver com esse enigma. Com efeito, de acordo com Kripke (1979) sempre podemos tentar resolver o problema postulando recursos fregeanos, mas eles não resolvem o problema inicial que é o comportamento dos nomes em contextos de crença¹¹². É o chamado “*puzzle about belief*”.

Realmente, muito embora a permutabilidade de termos singulares co-designativos esteja garantida em contextos modais, Kripke (1979) insiste que contextos intencionais, nem de longe, conseguem preservar o valor de verdade de enunciados em que comparecem os termos singulares co-designativos. Para tanto, invoca o que chama de princípio descitacional (*disquotational*).

De acordo com esse princípio, se um falante da língua portuguesa, em condições normais, sinceramente assevera “P” então ele acredita “que P”. Consideremos então, o caso de Pierre. Pierre conhece Paderewski em um concerto de piano, e assevera,

(1a) Paderewski tem talento musical

Depois, Pierre ouve um político chamado Paderewski. E sem saber que se trata da mesma pessoa, assevera:

(1b) Paderewski não tem talento musical.

Pelo princípio da descitação (*disquotational*) se Pierre assevera (1a), então ele acredita em (1a). Igualmente, se ele assevera (1b), então ele acredita em (1b). Portanto, Pierre tem crenças contraditórias.

¹¹² Textualmente diz Kripke (1979, p. 278): The conditions stated may let us concede for the moment describe 'what's really going on'. But they do not resolve the problem with which we began, that of the behavior of names in belief contexts: Does Pierre, or does he not, believe that London (not the city satisfying such-and such description, but *London*) is pretty? No answer has yet been given.

Assumo, no entanto neste estudo, na linha da tese de Schiffer¹¹³(1987), uma posição menos radical. É claro que Pierre quer designar alguém, quando usa o nome “Paderewski”: é nos contextos dos atos de fala, segundo os elementos constitutivos desses atos, que o *designatum* é determinado. Ocorre então que esses elementos pragmáticos – contexto, atos de fala, crenças, dados perceptuais do falante - que, associados aos nomes, fixa o signo interpretante, não constituem o valor semântico do nome próprio. Este é constituído tão somente em termos metalinguísticos pela descrição “O atual portador de ‘N’”. E, a propósito de que as normas semânticas estabelecem preceitos gerais da relação entre linguagem e mundo, é possível afirmar que são as pessoas que identificam indivíduos não as regras semânticas.

Se as condições são essas, as crenças de Pierre em (1a) e em (1b) expressam distintas proposições, na medida em que distintos modos de apresentação caracterizam a maneira como Pierre identifica Paderewski, a saber, como músico e como político. Como cada um desses modos de apresentação acaba por determinar diferentes crenças por parte de Pierre, concluímos que ele não tem crenças contraditórias ao asseverar (1a) e (1b). Assim, o que temos é o seguinte:

(2a) Pierre acredita que Paderewski, o músico, tem talento musical.

(2b) Pierre não acredita que Paderewski, o político, tenha talento musical.

É claro que é possível retrucar: “se o nome próprio é de natureza referencial — na medida em que essa natureza referencial decorre de seu valor semântico — seu uso deve ser necessariamente referencial; e como Pierre, com o nome ‘Paderewski’ em (1a) e (1b) refere-se à mesma pessoa, ele tem crenças contraditórias”. Penso que réplicas como essas se apoiam em uma visão referencialista demasiadamente forte. Na verdade, em contextos de uso, o valor semântico do nome enquanto expressão de uma propriedade geral - sua abertura semântica – não se efetiva na ausência do fenômeno da referência singular e da comunicação dessa referência singular pelo falante através de enunciados contendo o nome próprio. Conforme demonstrei esse fenômeno é restritivo. Estas restrições tem a ver com a particularização do

¹¹³ De acordo com a teoria de Schiffer (1987) (depois proposta de forma diferente por Crimmins e Perry (1989)), uma sentença da forma “x acredita que P” expressa uma proposição da forma, $(\exists x)(\varphi^* \ \& \ x \text{ acredita na proposição que P sob m})$. em que m representa um modo de apresentação, e φ^* é uma referência implicitamente determinada pelo modo de apresentação.

referente através de descrições, crenças, dados perceptuais do falante, contexto, que são atribuídos ao indivíduo, como signo interpretante. Contextos de crenças nada mais são, do que uma extensão desse fato. Se isso é correto, a natureza referencial do nome independe do uso que é feito do mesmo, nos variados contextos de crença. Nestes contextos, e ademais, em contextos do uso, o falante não refere ao *designatum* se não determinado por um modo de apresentação. Pierre ao asseverar (1a), acredita que $(\exists x)$ (x é músico e x tem talento musical) e ao asseverar (1b), não acredita que $(\exists x)$ (x é político e x tem talento musical). Sua crença, portanto, diz respeito à Paderewski, mas sob um determinado modo de singularização. Modo esse que pertence ao contexto de proferimento da crença e das intenções na mente do falante.

Finalmente, é importante destacarmos que esta linha de raciocínio permite preservar aquilo que Recanatti (1997, p.327) chama de princípio da inocência, a saber,

Princípio da Inocência: O comportamento semântico de um termo referencial é o mesmo se o termo ocorre em um enunciado simples ou como parte de um proferimento complexo como em “John acredita que P”. (Tradução nossa).¹¹⁴

Desde que uma teoria semântica que a este princípio se amolda é mais simples e mais elegante do que aquelas que a este princípio não se conforma é desejável preservá-la. Contudo, segundo o que mostrei nas concepções de Quine (1976) e de Kripke (1979), os debates deste ponto têm revelado certo pessimismo quanto à possibilidade de preservar tal princípio. Na verdade, já Frege (2009) relutava em aceitá-lo. Para ele, importa ressaltar, contextos de atitude proposicional e no caso do discurso indireto o sentido e a referência das frases deixam de ser comuns: diz ele (2009, p. 141): “[...] para tais casos, como temos visto, as palavras não têm sua referência costumeira. Em discurso direto um enunciado designa outro enunciado, e em discurso indireto um pensamento” Isto acaba por afetar a aplicação do princípio da substituição nestes contextos. E, conseqüentemente, tais contextos não se deixam guiar pelo assim chamado “princípio da inocência”.

A questão persiste: por que o princípio da substituição falha nestes contextos? E esta questão nos remete agora ao exame de outro aspecto relacionado ao problema. Trata-se dos nomes co-referenciais em contextos de crença, que nada mais é do que a generalização do assim chamado o enigma (*puzzle*) de Frege.

4.5 Nomes próprios co-referenciais em contextos de crença

¹¹⁴ No original: The semantic behaviour of a referential term is the same whether the term occurs in a simple sentence or in the embedded part of a complex utterance such as ‘John believes that P’” (RECANATI, 1997, P.327)

Desde que foi proposto por Frege (2009) que verbos de atitude proposicional expressam relações entre pessoas e proposições, que o tema vem sendo discutido e nos seus pormenores revelando-se muito complexo.

Destaquei anteriormente, no capítulo 1, que o problema surge quando o princípio leibniziano da substituição dos idênticos parece admitir exceções, como o que ocorre em enunciados do tipo “S acredita que P”. Em tais situações, o nome próprio que é parte de P, não pode ser tomado em sua referência singular. Por exemplo, consideremos os enunciados (39) e (40):

(39) Lois Lane acredita que Clark Kent voa.

(40) Lois Lane acredita que Superman voa.

Se os nomes “Clark Kent” e “Superman” são co-referenciais, então, a princípio, poderíamos substituir um pelo outro nas frases, sem alterar o valor de verdade verdadeiro das mesmas. Acontece que (39) é manifestadamente falso embora (40) verdadeiro. Logo é de admitirmos uma indesejável exceção na aplicabilidade do princípio da substituição.

O problema é particularmente sério para qualquer forma de millianismo. E Kripke (1979) admite que se constitua num entrave com ao qual terá que conviver qualquer teoria referencial das expressões linguísticas, conforme aludido acima.

Frege (2009) postula uma solução aparentemente simples: nomes próprios em enunciados como (39) e (40) referem ao modo de apresentação do objeto o qual é referido pelo nome em enunciados diretos. O argumento de Frege então leva a compreender que, nestes casos específicos, as diferenças nos nomes fazem a diferença no estabelecimento das condições de verdade das frases.

Trata-se aqui de um desenvolvimento do seu modo de resolver um enigma fundamental: o caráter informativo das afirmações de identidade contendo nomes próprios comuns. Frege (2009) introduz a questão da identidade perguntando se se trata de uma relação entre signos, ou de uma relação entre objetos — conforme o primeiro parágrafo de “Sobre o Sentido e a Referência”. Temos então duas teses acerca do tema: uma afirmando que, por exemplo, “Cassius Clay = Mohamed Ali” expressa uma relação entre nomes que remetem ao mesmo referente – relação entre signos linguísticos; e outra tese, a qual afirma que a identidade aí expressa é uma relação entre objetos. Frege (2009, p. 129) então indica que no *Begriffsschrift*, assumiu a primeira tese, porque a última lhe parecia notadamente viciosa. O

problema com esta última tese é que, se a relação de identidade que vigora entre “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ” é uma relação entre objetos então “ $a = b$ ” é tão carente de valor cognitivo quanto “ $a = a$ ”. Isto é, são relações de auto-identidade.

Frege (1970) opta, ao menos na interpretação padrão, pela rejeição à tese da relação entre signos linguísticos. Quer dizer, Frege parece abandonar a tese defendida no *Begriffsschrift* e assumir a tese da relação entre objetos, contornando a objeção à mesma a partir de idéia de “modo de apresentação do referente” — o sentido¹¹⁵.

Assumindo então a interpretação padrão, segundo a qual o sentido corresponde ao modo de apresentação, e esta é dado em termos de descrições definidas, então o enigma resultante da análise das afirmações de identidade é diluído. A este respeito voltemos à frase (34):

(34) Casius Clay é Mohamed Ali.

Pode então ocorrer duas coisas: ou essa informação é verdadeira e o indivíduo referido por “Cassius Clay” é o mesmo que o referido por “Mohamed Ali”. Este é o caso em que as duas expressões são co-referenciais. Mas assim asseverar (34) é o mesmo que afirmar que “Cassius Clay = Cassius Clay”. Logo, se (34) é verdadeira, então é trivial. Ou pode ocorrer que a informação em (34) seja falsa, neste caso os nomes envolvidos não referem ao mesmo indivíduo. Portanto, (34) não é trivial.

Segue, então, o seguinte paradoxo: se uma afirmação de identidade como em (34) é verdadeira, então é trivial; mas se não é trivial, então é falsa.

Notemos que o conceito de modo de apresentação permite Frege (2009) asseverar que (34) é verdadeiro e não trivial porque ambas as expressões têm sentidos distintos.

Com relação aos termos singulares nos contextos das frases envolvendo verbos de atitudes proposicionais a tese de Frege, como já enfatizado, é que essas expressões não têm sua referência comum — têm, de acordo com ele, uma referência oblíqua. O nome está sendo

¹¹⁵ Em um longo artigo publicado no *Canadian Journal of Philosophy* (Junho, 2001), Thau e Caplan (2001) argumentam que Frege nunca abandonou a tese de que a relação de identidade se constitui numa relação entre signos linguísticos. Com efeito, de acordo com os autores em diversos textos anteriores e posteriores ao *Sobre o Sentido e a Referência* Frege preserva a tese da relação entre signos linguísticos. Por exemplo, em Thau e Caplan (2001) aponta algumas passagens do segundo volume das *Leis Básicas da Aritmética* (1903), como a do parágrafo 105, p. 133 e parágrafo 138, p. 140, parágrafo 64, p. 76, e ainda uma carta a Giuseppe Peano não datada – mas que se postula ser de 1893, portanto, um ano depois da publicação de *Sobre o sentido e a Referência* – entre outras obras. É uma tese que ao final, enfraquece a distinção entre sentido e referência e questiona a interpretação padrão do primeiro parágrafo do famoso artigo fregeano. Abordá-la aqui em detalhes foge aos objetivos do estudo.

usado para se referir ao seu sentido costumeiro, isto é o seu modo de apresentação.

Com efeito, muitos teóricos compartilham a tese segundo a qual a teoria da referência e do sentido de Frege proporciona modelos de análise da semântica de frases envolvendo verbos de atitudes proposicionais que é superior a muitas teorias de seus críticos¹¹⁶. De fato, é inegável que Frege estabelece as linhas gerais para o desenvolvimento da semântica extensional e intensional moderna. Contudo, em sua origem, a solução fregeana para o enigma dos nomes próprios co-referenciais, em contexto de crença ou contextos oblíquos, não parece definitiva: consideremos o princípio subjacente à tese fregeana, a saber, o princípio da relação.

Para Frege (2009) verbos de atitude cognitiva expressam relações entre pessoas e proposições. É o caso em que (39), “Lois Lane acredita que superman voa”, por exemplo, é compreendida como expressando uma relação de crença entre Lois Lane e a proposição “Superman voa”. É o princípio relacional.

È sabido que a posição de Frege (2009) quanto a este princípio é o de preservá-lo a partir da noção de modo de apresentação do referente.

Noutra ocasião nesse estudo já analisamos algumas dificuldades desta noção fregeana. E, realmente, parece muito suspeito o fato de o princípio relacional ter, na ideia de modo de apresentação, um apoio importante. Em primeiro lugar, porque sugere que a relação indicada é sempre entre o sujeito do verbo de atitude e uma proposição geral. Mas esta indicação é muito genérica e problemática. Posições como a de Russell (1905), que desejava preservar a noção de proposições singulares, não chega a ser uma resposta contundente ao problema. As teses da referência direta, não obstante preservar a noção de proposição singular encontram obstáculo no que se refere ao fracasso da aplicação irrestrita do princípio da substituição. De modo geral, tomar uma decisão no tocante a esse tema, no atual estado das pesquisas sobre o assunto, é muito difícil.

De qualquer maneira usando a terminologia que Recanati (1997, p.389) capta de Quine (1976) é possível afirmar que a leitura que Frege (1970) aponta para os verbos de atitude proposicional, acrescida da ideia de modo de apresentação, somente favorece a opacidade desse tipo de sentença. Consideremos novamente (39) e (40).

¹¹⁶ O problema da análise fregeana do sentido e da referência em contextos oblíquos é um terreno árido do qual emergi os variados e complexos modelos de semântica extensional e intensional. Destaco neste âmbito Church (1954), Carnap (1956), Burge (1979), Dummett (1991), Parsons (1980), Hintikka (1971), Schirn (1999). Não é objetivo desse estudo o aprofundamento desta temática, embora o fato de tê-la mencionada aqui indique a mobilização para um trabalho posterior. De qualquer forma quis por em relevo o caráter basilar da análise fregeana, mas com importantes lacunas que veriam suscitar modelos mais acurados para solução do problema.

(39) Lois Lane acredita que Clark Kent voa.

(40) Lois Lane acredita que Superman voa.

O que temos aqui, segundo a leitura fregeana, é uma relação entre a crença de Lois Lane e a proposição “Clark Kent voa” (39) e “Superman voa” (40). Apesar do conteúdo da crença de Lois Lane parecer, em ambos os casos, ser acerca de uma proposição singular, o que ocorre, segundo Frege (2009) é que, alguém não pode ter uma crença acerca de um objeto sem pensar esse objeto de certo modo. Argumento esse que é acompanhado, entre outros, por Schiffer (1978, p. 182). Se assim for, em um sentido estrito, a crença de Lois Lane não é acerca de uma pessoa, mas de uma propriedade que alguém tem. O que envolve um modo de apresentação que é constituinte da proposição expressa pelo relato de crença, mas não é parte da contribuição semântica feita pelo nome próprio para aquela proposição.

O que estou insinuando é que, existe uma leitura opaca de enunciados em que comparecem verbos de atitude proposicional, por exemplo, “x acredita que P”, tendo P a ocorrência de um nome próprio N. Caso em que a contribuição semântica de N corresponde ao seu valor semântico. E existe uma leitura transparente desses enunciados em que o modo de apresentação torna-se relevante na determinação do referente, embora tal modo de apresentação associado ao nome próprio reflète a maneira como o falante pensa ou identifica o referente – o signo interpretante. Portanto, neste sentido, enunciados de crenças com nomes próprios não deixam de ser ambíguos.

Eis que os verbos de atitude cognitiva dão a conhecer o modo com alguém pensa o referente. Associado ao significado dos enunciados de atitude proposicional acha-se a especificação do signo interpretante segundo o modo como alguém nele acredita, isto é, o modo de apresentação. Assim, compreendo, na linha de Recanati (1997), Schiffer (1978, 1987) e Crimmins; Perry (1989), que a existência deste componente nos enunciados de atitude cognitiva é eminentemente pragmática, isto é, não é parte do significado linguístico convencional das expressões, particularmente, dos nomes próprios usados no enunciado cognitivo. Este componente — o modo de apresentação — é parte do que é dito por quem profere a crença.

Portanto, o significado de tais enunciados nunca será plenamente satisfeito em termos puramente semântico-formais. É preciso observar os elementos pragmáticos de uma teoria do ato de fala: o contexto, as crenças do falante e o modo de apresentação.

4.5 Considerações sobre o capítulo

Acha-se então demonstrado neste capítulo que os enigmas (*puzzles*) envolvendo a referência dos nomes próprios vazios e os nomes co-referenciais, em contextos de atitude proposicional ou contextos oblíquos, não afetam mais a teoria metalinguística do que afeta os modelos fregueanos e millianos.

A teoria metalinguística se apoia na ideia de acordo com a qual os nomes próprios estão associados a uma propriedade geral que fixa o seu valor semântico. Nesta condição o caráter referencial singular do nome decorre de um fenômeno explicado a partir da pragmática e sustentado pela estrutura léxico-semântica. Acredito que essa hipótese permite, entre outras coisas, afirmar que os chamados nomes próprios vazios têm conteúdo semântico e preservam o caráter proposicional singular dos enunciados acerca do inexistente, nomeadamente, que um enunciado como “N não existe” ou “N existe”, em que N é um nome vazio é uma expressão dotada de significado ou valor semântico.

Neste sentido ressalto a noção de designação como ato de denotar e ato de referir. Enunciados contendo nomes próprios vazios denotam segundo o valor semântico do nome próprio, portanto, esses enunciados se constituem numa proposição geral que contém todas as possibilidades de expressão de pensamentos singulares segundo o uso e o contexto de proferimento destes enunciados – ficcional, mitológico, científico, de crenças perceptuais, etc. Por outro lado o ato de referir usando um enunciado contendo nomes próprios, vazio ou não, é o ato de comunicar através de um signo interpretante aspectos do *designatum* considerados pertinentes pelo falante em um contexto.

Em outras palavras, assumindo que esse valor semântico, dados nos termos de “N” significa “O atual portador de ‘N’” é genérico, temos então duas coisas: a primeira, é que não diz quem é o portador numa dada ocasião de uso, remetendo o problema da individualização para os múltiplos quadros de referência em que objeto pode ser pensado e captado. Segundo, essa estratégia permite mostrar que em enunciados de atitude proposicional o nome próprio é usado referencialmente: situação em que o nome N remete a um objeto o qual só temos acesso enquanto signo que, por sua vez, induz uma interpretação de acordo com um quadro referencial. Portanto, a descrição metalinguística permitiria assim preservar a noção fregeana de que não é possível ter uma crença acerca de um objeto, sem pensar esse objeto de certo modo.

Acredito ainda que uma questão decisiva na análise dos enigmas com nomes,

sobretudo, o problema dos nomes próprios acerca do inexistente, a partir da tese metalinguística aqui proposta é a possibilidade, que procurei demonstrar, do tratamento das questões sob a perspectiva estritamente semântica e pragmática, não obstante a abertura que esses problemas sugerem a análises ontológicas. Por exemplo, a relação entre nomes próprios e objeto e a relação entre proposição singular e propriedades.

5 CONCLUSÃO

Tratei de apresentar ao longo deste trabalho uma versão à tese metalinguística a qual sustentei ser uma alternativa plausível em explicar o significado ou o valor semântico dos nomes próprios. De acordo com essa versão o valor semântico de um nome próprio N é dado pela descrição “O atual portador de ‘N’” e tal descrição não tem o cunho identificador, antes a apresentei como uma propriedade sortal que reúne e unifica todos os possíveis usos referenciais dos nomes próprios. Isso foi defendido principalmente no capítulo dois

Ao defender essa proposição procurei ressaltar alguns problemas ou enigmas envolvendo a semântica dos nomes próprios. Tive a intenção de assim mostrar que a tese metalinguística, na versão que defendo, é uma alternativa preferível na análise e resolução dessas questões. Isso foi examinado, sobretudo, no capítulo três.

É claro que não pretendo ter oferecido um tratamento completo da semântica dos nomes próprios. Existem problemas importantes dentro desta temática que demandam mais estudos, como por exemplo, o problema do uso referencial e com sucesso dessas expressões, o problema dos enunciados de atitudes proposicionais e a questão semântica dos indexicais e demonstrativos.

Contudo, sustento que a versão da tese metalinguística proposta neste trabalho é uma melhor alternativa na explicação do porquê os nomes próprios são expressões do sistema linguístico. Ademais, chamo a atenção para outros resultados: a razão dos diferentes usos referenciais singulares de um nome próprio estarem unidos como uso do mesmo nome próprio; o porquê do episódio da referência singular ser sempre realizado a partir das crenças e percepções do falante no contexto de um ato de fala; o motivo pelo qual os nomes próprios vazios não se constituem em uma classe de pseudonomes, expliquei isso na seção 3.1; como conciliar a abertura semântica dos nomes próprio com a tese designação rígida: tratei disso na seção 2.4 do capítulo dois.

Procurei deixar claro que meu objetivo era examinar o problema do significado ou valor semântico dos nomes próprios e procurei manter este debate separado do problema do uso referencial singular dessas expressões. Entretanto, face à importância desse problema na caracterização do nome próprio como expressão designadora, tratei do tema ressaltando como o significado do nome próprio unifica e consolida todos esses usos referenciais singulares. Neste sentido, procurei enfatizar que a referência singular do nome próprio repousa sobre uma estrutura semântico-pragmática.

Finalmente, concordo que não sabemos o que é dito pelo proferimento de um

enunciado contendo nomes próprios, a menos que saibamos o que ou quem é o portador do nome, mas isso não acarreta que o conhecimento sistemático do significado dos enunciados tipo, isto é, o domínio da linguagem, dependa desse conhecimento. Muito mais poderia ser dito sobre esta questão, de qualquer maneira, espero que a tese defendida seja consistente com a intuição que temos acerca do valor semântico dos nomes próprios e do seu uso referencial singular.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Barbara. Proper names and language. In: CARLSON, Gregory.; PELLETIER, Jeffry (eds). **Reference and quantification: the partee effect**. USA: Center for the study of language and information, 2004. p.1-19.

ADAMS, Fred; FULLER, Gary; STECKER, Robert. Thoughts without Objects, **Mind and Language** 8.1 Spring, 1993, p. 90-104.

ALMOG, John. **Naming without necessity**. The journal of philosophy, n. 86. v. 4: p. 210-242,1986

BACH, Kent. What's in a name? **Australasian Journal of philosophy**, v. 59, n. 4, p. 371-386. 1981.

BACH, Kent. **Descriptivism Distilled**. 1994. Disponível em: <http://online.sfsu.edu/~kbach/oldies/descriptivism.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2008.

BACH, Kent. **Giorgione was so-called because of his name**. Philosophical Perspectives, n.16, 2002, p. 73-103.

BARCAN, Ruth.Marcus. **Modalities philosophical essays**. New York, Oxford: Oxford university press,1993.

BARCAN, Ruth.Marcus. Quantification and ontology, **Noûs**, v. 6, n. 3, sept. 1972, p. 240-250.

BAUMANN, Pierre. Are Proper Names Rigid Designators? **Axiomathes**, v. 20, 2010, p.333–346

BRANQUINHO, João. A forma lógica das afirmações de existência. **Disputatio**, volume suplementar 1, 1998, p. 5-33

BRANQUINHO, João. **Direct reference, cognitive significance and fregean sense**. New college, University of Oxford. Thesis submitted for the degree of doctor of philosophy at the University of Oxford, 1992.

BURGE, Tyler. Sinning against Frege, **Philosophical Review**, v. 88, n. 3, jul. 1979, p. 398-432

CASTAÑEDA, Hector-Neri. **Thinking, language and experience**. Minneapolis, USA. University of Minnesota press, 1988.

CAPLAN, Ben. **Empty Names: An Essay on the Semantics, Pragmatics, Metaphysics, and Epistemology of Empty Names and Other Directly Referential Expressions**. Thesis submitted for the degree of doctor of philosophy at the University of California, 2002, 253p.

CARNAP, Rodolf. **Meaning and necessity: a study in semantics and modal logic**. Chicago: The university of Chicago press, 1956.

CARNAP, Rodolf. Meaning and Synonymy in Natural Languages, **Philosophical studies**, University of California, vol. 6, no. 3, april 1955.

CHATEAUBRIAND, Oswald. Use, mention, and Russell's theory of descriptions. In: **Logical forms: Part I - Truth and descriptions**. Campinas, Centro de lógica, epistemologia e história da ciência –CLE, .2001, p. 93-135

CHURCH, Alonzo. Intensional isomorphism and identity of belief, **philosophical studies**, 5, 1954, p. 65-73

CRIMMINS, Mark., PERRY, John. The Prince and the Phone Booth: Reporting Puzzling Beliefs. **Journal of Philosophy**, v. 86, p. 685-711, 1989.

DEVITT, Michael. Brian Loar on singular terms. In: DAVIDSON, Matthew. **On sense and direct reference: readings in the philosophy of language**. USA: Mcgraw-hill, 2006, p.517-524.

DEVITT, Michael.; STERELNY, Kim. **Language and Reality: An introduction to the philosophy of language**. Oxford: Blackwell, 1999.

DONNELLAN, Keit. Reference and definite. In: OSTERTAG, G. **Definite descriptions: a reader**. Massachussets: Massachussets institute of technology, 1998, p. 173-193.

DUMMETT, Michael. **Frege Philosophy of language. 2a.ed.** Cambridge: Harvard university

press,1981.

DUMMETT, Michael. Note on an attempted refutation of Frege. In: DAVIDSON, Matthew. **On sense and direct reference: readings in the philosophy of language**. USA: Mcgraw-hill, 2006, p. 430-461.

DUMMETT, Michael. **The logical basis of metaphysics**. London: Duckworth, 1991

EVANS, Garret. **The varieties of reference**. Oxford: Oxford university press, 1982.

EVERETT, Anthony. Referentialism and empty names. In: EVERETT, Anthony, HOFWEBER, Thomas. (Edited). **Empty names, fiction and the puzzles of non-existence**. Stanford, California. CSLI Publications, 2000, p.37-59.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: **Lógica e filosofia da linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. 2 edição. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2009, p. 129-158.

FREGE, Gottlob. Função e conceito. In: **Lógica e filosofia da linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. 2 edição. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2009, p. 81-110.

FREGE, Gottlob. The Thoughts: A logical inquiry, **Mind**, new series, v. 65, n. 259, jul. 1956, p.289-311.

FREGE, Gottlob. **The basic laws of arithmetic**. Translation M. Furth. Berkeley: University California Press, 1964.

FORBES, Graeme. **The metaphysics of modality**. Oxford: Clarendon press, 1985

GEACH, Peter. **Reference and generality: an examination of some medieval and modern theories**. Ithaca: Cornell university press, 1962.

GRICE, Hebert Paul Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J.L (eds). **Syntax and Semantics**. Vol. 3. New York: Academic press, 1975

GUERTS, Bart. **Good news about the description theory of names**. Journal of Semantics, n. 4, v. 14, 1997, p. 319-348

GUERTS, Bart. **Reference and generality: an examination of some medieval and modern theories**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1962.

HINTIKKA, Jaakko. Semantics for the propositional attitudes. In: LINSKY, Leonard. (ed.).

Reference and modality. London/New York: Routledge & Kegan Paul, 1971, p. 145-167.

IMAGUIRE, Guido. Nomes próprios entre a semântica e a epistemologia em Russell. **Manuscrito**, v. 29, n. 2, p. 437-455, jul-dez 2006.

KAPLAN, David. Demonstratives: An essay on the semantics, logic, metaphysics, and epistemology of demonstratives and other indexicals. In: ALMOG, John.; PERRY, John; WETTSTEIN, Howard. **Themes from Kaplan.** New York: Oxford university press, 1989, p. 481-579.

KAPLAN, David. Dthat. In: YOURGRAU, Palle. **Demonstratives.** Oxford: Oxford university press, 2003, p. 11-33.

KATZ, J. **Names Without Bearers.** Philosophical Review, n. 103. v. 1: p. 1-39,1994

KNEALE, William. Modality De Dicto and De Re. In: NAGEL, Ernest.; SUPPES, Patrick; TARSKI, Alfred. (Eds.). **Logic, Methodology, and Philosophy of Science.** Stanford: Stanford university press, p. 622-633, 1962

KRIPKE, Saul. Semantic considerations on modal logical, **Acta philosophica Fennica**, n. 16, 1963, p. 83-94

KRIPKE, Saul. A puzzle about belief. In: MARGALIT, Avishai. **Meaning and use.** Dordrecht: Reidel, 1979, p. 239-283.

KRIPKE, Saul. **Naming and Necessity.** Cambridge: Harvard university press,1980

KRIPKE, Saul. Speaker's reference and semantic reference. In: OSTERTAG, Gary. **Definite descriptions: a reader.** Massachussets: Massachussets institute of technology, 1998, p. 222-256.

LECLERC, Andre. Descrições definidas e proposições singulares, **Dissertatio**, Pelotas, n.23, 2005, p. 71-90.

LOAR, Brian. The semantics of singular terms. In: DAVIDSON, Matthew. **On sense and direct reference: readings in the philosophy of language.** USA: Mcgraw-hill, 2006, p. 496-516.

LOAR, Brian. Names and descriptions: A reply to Michael Devitt. In: DAVIDSON, Matthew. **On sense and direct reference: readings in the philosophy of language**. USA: Mcgraw-hill, 2006, p. 524-528.

LYCAN, William **Philosophy of language: a contemporary introduction**, London: Routledge, 2000

MARTI, Geneveva. The question of rigidity in new theories of reference. **Noûs**, v. 37, p. 275-289, 2003.

MARTI, Geneveva. The essence of reference. **Journal of philosophical logic**, 24, 1995, p.275-289

McGINN, Collin. The structure of content. In: WOODFIELD, Andrew (Ed). **Thought and object**. Oxford: Clarendon press, 1982, p.207-258.

MEINONG, Alexius. Theory of objects. In: CHISHOLM, Roderick. **Realism and the Background of Phenomenology**. Glencoe: Free press, p. 76-117.1960.

MILL, John Stuart. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva**. trad. Pablo Mariconda. 2ª edição. São Paulo: Abril, 1979, p.89-257. (Coleção Os pensadores).

NEALE, Stephen. **Descriptions**. London: Massachusetts institute of technology, 1990.

PARSONS, Terence. **The Methodology of Nonexistence**, Journal of Philosophy, n. 11. v. 76, p. 649-662, nov. 1979.

PARSONS, Terence. **Nonexistent Objects**. New Haven: Yale University Press,1980.

PERRY, John. Reflexivity, Indexicality and Names. In: KUNNE,Wolfgang, ANDUSCHUS, Martin.; NEWEN, Albert. (Eds). **Direct Reference, Indexicality and Proposition Attitudes**. Stanford: CA: CSLI-Cambridge University Press, 1997.

PERRY, J. Indexicals and demonstratives. In: HALE, B; WRIGHT,C (Eds.). **A Companion to the Philosophy of Language**. Oxford, Basil Blackwell,1997. p. 586-612.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia**. Trad. Octanny Silveira e Leonidas Hegenberg. São Paulo. Cultrix, 1993.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica: seleção de textos dos collected papers**. São Paulo. Perspectiva, 1995

PUTNAM, Hillary. The meaning of 'meaning'. In: PESSIN, A; SANFORD, A. **The twin earth chronicles: Twenty years of reflection on Hilary Putnam's**. New York, M.E. Sharp, p. 2-52, 1996.

QUINE, Willard Van Orman. Quantifiers and propositional attitudes. In: **The ways of paradox and other essays**. Cambridge: Harvard university press, 1976, p. 185-196.

QUINE, Willard Van Orman. Sobre o que há. In: **De um ponto de vista lógico**. São Paulo: Abril cultural, 1975, p. 223-235, Col. Os Pensadores.

QUINE, Willard Van Orman. Os dois dogmas do empirismo. In: **De um ponto de vista lógico**. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. Col. Os Pensadores.

RECANATI, François. **Direct Reference: from language to thought**. Massachusetts: Blackwell, 1997.

RUSSELL, Bertrand. On Denoting. **Mind**, New Series, v.14, n.56, p. 479-493, 1905

RUSSELL, Bertrand. A filosofia do atomismo lógico. In: **Lógica e Conhecimento: Ensaios escolhidos**. São Paulo: Abril cultural, 1978, p. 53-125, (Os Pensadores)

RUSSELL, Bertrand. The Philosophy of Logical Atomism. In: **Logic and Knowledge**. London, George Allen and Unwin, 1956.

RUSSELL, Bertrand. **Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description** (1910-1911). Disponível em: www.hist-analytic.org/Russellacquaintance.pdf. Acesso em 23 de maio de 2008. p. 108-128.

SALMON, Natan. **Reference and Essence**. Oxford: Princeton university press, 1982.

SCHIFFER, Stephen. The Basis of Reference. **Erkenntnis**, v. 13, p. 171-206, 1978.

SCHIFFER, Stephen. The 'Fido'-Fido Theory of Belief. **Philosophical Perspectives**, v. 1, p. 455-480, 1987.

SCHIFFER, Stephen. Belief Ascription. **Journal of Philosophy**, v. 89, p. 499-521, 1992.

SCHIRN, Mathias. Nomes próprios e descrições definidas. In: IMAGUIRE, Guido, SCHIRN, Mathias. **Estudos em filosofia da linguagem**. São Paulo. Loyola, 2008, p.15-47.

SEARLE, John. **Proper Names**. *Mind*, v. 67: p. 166-173, 1958.

EARLE, J. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SOAMES, Scott. **Beyond Rigidity: The unfinished semantic agenda of naming and necessity**. New York: Oxford university press, 2002

STRAWSON, Peter. On Referring. *Mind*, New Series, v. 59, n. 235, 1950, p. 320-344.

STANLEY, Jason. Names and Rigid Designation. In: HALE, Bob; WRIGHT, Crispin (Eds.). **A Companion to the Philosophy of Language**. Oxford, Basil Blackwell, 1997. p. 555-585.

STALNAKER, Robert. Reference and necessity. In: HALE, Bob; WRIGTH, Crispin. (eds). **A companion to the philosophy of language**. Australia: Blackwell companions to philosophy, 1999, p.534-554.

STOJANOVIC, Isadora. Semantic content. **Manuscrito: Revista Internacional Filosofia**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 123-152, jan.-jun. 2009.

TEXTOR, Mark. Rigidity and de jure rigidity, **Teorema**, v.17, 1998, p. 45-59.

THAU, Mike. & CAPLAN, Ben. What's Puzzling Gottlob Frege?, **Canadian Journal of Philosophy**, v. 31, n. 2, p. 159-200, 2001.

ZALTA, Eduard. **Fregean Senses, Modes of Presentation, and Concepts**. *Philosophical Perspectives (Noûs Supplement)*, v. 15, p. 335-359, 2001.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. London. Routledge, 1961.